



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

EMILIO RODRIGUES JUNIOR

**Sobre humanização no PNLL/Brasil e orientalismo no PNL/Portugal,
da implantação dos planos (2006) aos dias atuais**

Campinas
2021

EMILIO RODRIGUES JUNIOR

**Sobre *humanização* no PNLL/Brasil e *orientalismo* no PNL/Portugal,
da implantação dos planos (2006) aos dias atuais**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Educação, na Área de Educação.

Orientador: Dr. Alexandro Henrique Paixão

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO EMILIO RODRIGUES JUNIOR, E ORIENTADA PELO PROF. DR. ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO

**Campinas
2021**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

R618s Rodrigues Junior, Emilio, 1986-
Sobre humanização no PNLL/Brasil e orientalismo no PNL/Portugal, da
implantação dos planos (2006) aos dias atuais / Emílio Rodrigues Júnior. –
Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Alexandro Henrique Paixão.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Prática de leitura. 2. Literatura. 3. Educação como humanização. 4.
Orientalismo. 5. Mídia digital. I. Paixão, Alexandro Henrique, 1978-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: On humanization in the PNLL/Brazil and orientalism in the
PNL/Portugal, from the implementation of the plans (2006) to the present day

Palavras-chave em inglês:

Reading practice

Literature

Education as humanization

Orientalism

Digital mídia

Área de concentração: Educação

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

Alexandro Henrique Paixão [Orientador]

André Luiz Paulilo

Carmem Lúcia Soares

Enio Passiani

Eliane Veras Soares

Data de defesa: 22-12-2021

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-2035-5808>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1210264159936555>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

TESE DE DOUTORADO

**SOBRE HUMANIZAÇÃO NO PNLL/BRASIL E ORIENTALISMO NO
PNL/PORTUGAL, DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS (2006) AOS
DIAS ATUAIS**

Autor: EMILIO RODRIGUES JUNIOR

COMISSÃO JULGADORA:

PROF. DR. ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO
PROF. DR. ANDRE LUIZ PAULULO
PROF.^a. DRA. CARMEM LÚCIA SOARES
PROF. DR. ENIO PASSIANI
PROF.^a. DRA. ELIANE VERAS SOARES

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por essa conquista que é muito importante em minha vida. Aos meus pais que sempre me motivaram a estudar e fazer a diferença por onde eu passasse, seja, no âmbito profissional ou pessoal. Meu reconhecimento aos meus irmãos pois pela união, conseguimos passar por grandes desafios, todos vencidos com humildade. Agradeço aos meus amigos que sempre me motivaram com palavras sinceras, em especial, ao Pedro Castanha, que mesmo sabendo que ia ser difícil conciliar algumas coisas, não me deixou desanimar e sempre me colocou para a frente para que eu nunca desistisse, ao meu amigo e colega de trabalho Prof. Mauricio, um ser humano incrível que nos motiva pelas suas palavras dóceis, aos membros do LECHESP pelo companheirismo de sempre, minha amiga Carla que foi sem dúvida uma parceira nesse processo. Durante o programa de Doutorado conheci pessoas maravilhosas as quais considero importante e as levarei para sempre em minha vida. Não poderia deixar de agradecer também a alguns professores que foram grandes amigos e me incentivaram a continuar na caminhada, Prof. Ezequiel, Prof. Anderson e Prof.^a. Carmem Lúcia, com eles aprendi muito sobre a ciência, de pesquisar e a deixar os olhos focados no que eu realmente gostaria de estudar. Ao meu orientador, Prof. Alexandro Henrique Paixão que me ajudou a desenvolver desde o início, florescer esse tema, que mudou profundamente a minha vida, com ele aprendi também que jamais devemos desistir daquilo que nos inquieta. É maravilhoso quando as coisas acontecem naturalmente e amizades como estas vão crescendo junto com o desejo de querer fazer o melhor. Esta tese só finaliza quando passamos aquele pente fino e retiramos os excessos e aquilo que não é necessário, e para isso, não seria possível se não tivesse passado pelo crivo dos grandes membros da banca que abrilhantou a qualificação e defesa com suas sugestões, que foram cabíveis na minha pesquisa.

RESUMO

Este estudo, inscrito numa abordagem de cultura, educação e sociedade, propõe uma análise e interpretação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), do Brasil, e do Plano Nacional de Leitura (PNL), de Portugal, ambos com início no ano de em 2006; o PNLL tendo a conclusão da sua 1ª fase em 2018 e *a segunda, prevista para ir de 2018 a 2027, enquanto o PNL foi* implantado igualmente em 2006 e com previsão de se estender até 2027, também composto de duas fases. Em relação ao recorte da pesquisa temos a importância da literatura para nos ajudar a compreender esses programas nacionais de leitura, destacando, de um lado, a perspectiva *humanizadora* do PNLL, e do outro, o *orientalismo* do PNL, em que se ressalta um aspecto da literatura portuguesa que é a literatura de viagens (ou de contato com o Outro). Também questiona o papel transformador da literatura, vista como fator decisivo para a consolidação e ampliação das iniciativas de ambos os planos, e de como ela tem se adaptado às novas linguagens, a exemplo das mídias digitais, para acompanhar os tempos e suas metamorfoses. Em decorrência disso, apresenta-se a seguinte hipótese em forma de pergunta: por que no Brasil nossas ações tomam a direção da humanização enquanto em Portugal o tópico central é o orientalismo? Ao se considerar que um dos alicerces dos planos se assenta na articulação entre diversos atores sociais, Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil, que formam o chamado terceiro setor, a pesquisa procura analisar como tem funcionado esta parceria governo-sociedade para a concretização do PNLL e do PNL.

Palavras-chave: planos de leitura; literatura; humanização; orientalismo; mídias digitais.

ABSTRACT

This study, inscribed in a culture, education, and society approach, proposes an analysis and interpretation of the National Book and Reading Plan (PNLL) in Brazil and the National Reading Plan (PNL) in Portugal, both starting in the year of 2006; the PNLL having the conclusion of its 1st phase in 2018 and the second, scheduled to go from 2018 to 2027, while the PNL was also implemented in 2006 and is expected to last until 2027, also comprising two phases. Regarding the research section, we have the importance of literature to help us understand these national reading programs, highlighting, on the one hand, the humanizing perspective of the PNLL, and on the other, the orientalism of the PNL, in which an aspect of the Portuguese literature that is travel literature (or contact with the Other). It also questions the transforming role of literature, seen as a decisive factor for the consolidation and expansion of initiatives on both planes, and how it has adapted to new languages, such as digital media, to keep up with times and their metamorphoses. As a result, the following hypothesis is presented in the form of a question: why in Brazil our actions take the direction of humanization while in Portugal the central topic is orientalism? Considering that one of the foundations of the plans is based on the articulation between various social actors, the State, the university, the private sector and other civil society organizations, which form the so-called third sector, the research seeks to analyze how this government-society partnership has worked. for the realization of the PNLL and the PNL.

Keywords: reading plans; literature; Humanization; orientalism; digital media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Taxa de analfabetismo	33
Imagem 2	Distribuição de pessoas de 25 anos ou mais, segundo o nível de instrução (%)	35
Imagem 3	Pessoas de 25 anos ou mais que concluíram ao menos o ensino básico, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo À Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Políticas Culturais
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INL	Instituto Nacional do Livro
IPL	Instituto Português do Livro
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PISA	Programa Internacional de Avaliação De Alunos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNE	Plano Nacional de Educação
PNL	Plano Nacional de Leitura
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura

- PNLE** Política Nacional de Leitura e Escrita
- PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PROLER** Programa Nacional Do Incentivo À Leitura
- PUC** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- SAEB** Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
- SNC** Sistema Nacional de Cultura
- STDM** Sociedade de Turismo e Diversões de Macau
- UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	27
1. UM PANORAMA SOBRE A LEITURA NO BRASIL E EM PORTUGAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E PARCERIAS NO PNLL E NO PNL	27
1.1. Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)	27
1.1.1. Antecedentes	27
1.1.2. As linhas do PNLL (2006-2018)	30
1.1.3. O PNLL e as políticas de incentivo à leitura	39
1.2. Plano Nacional de Leitura (PNL)	44
1.2.1. Justificação do PNL.....	48
1.2.2. O PNL e os caminhos do letramento na leitura em Portugal.....	50
1.2.3. A segunda década: em busca da integração social	53
CAPÍTULO 2	56
2. NAS TEIAS DA HUMANIZAÇÃO (PNLL) E DO ORIENTALISMO (PNL)	56
2.1. Humanizar pela literatura	56
2.2. O direito à literatura segundo Antonio Candido.....	60
2.3. Uma ponte Ocidente-Oriente pela literatura.....	66
2.4. Traços de orientalismo em obras da literatura portuguesa.....	66
CAPÍTULO 3	72
3. PERSPECTIVAS CRUZADAS PNLL-PNL E LINGUAGENS DE HOJE	72
3.1. A correlação das políticas de leitura no Brasil e em Portugal.....	72
3.1.2. Separação entre fala e escrita: uma discussão superada	76
3.2. A emergência da leitura digital no mundo contemporâneo	80
3.3. PNLL e PNL e as linguagens de hoje.....	81
3.4. Desafios dos planos de leitura: o “pós-PNLL” e o PNL hoje.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado, centrada no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), do Brasil, e no Plano Nacional de Leitura (PNL), de Portugal, busca compreender os projetos governamentais de leitura nos respectivos países, eles mesmos sustentados por quadros técnicos e acadêmicos, visando implantar políticas do livro e da leitura em seus territórios. Discutem-se também os resultados alcançados até 2018, com a conclusão da primeira fase desses programas em ambos os países, e se intenta projetar como se dará o prosseguimento das ações previstas (no caso brasileiro, agora apenas em nível de estados e participação da sociedade civil), para os próximos anos, naquilo que chamo aqui de “pós-PNLL”.

De modo complementar, esta pesquisa sobre o livro e a leitura também enfatiza o papel da literatura no interior desses planos nacionais, compreendendo que o texto literário tem uma força transformadora e encantadora do mundo dos leitores, sendo que cada plano enfatiza a poesia e a prosa a sua maneira, embora tenham um mesmo objetivo, pode-se aventar: o direito à literatura. Nesse sentido, partindo de análise e interpretação prévias, formulou-se a seguinte pergunta que nos guiará ao longo da tese: por que no plano brasileiro as ações tomam a direção da humanização, enquanto que no plano português a tópica é a do orientalismo?

Para responder essa questão, vou me apoiar na hipótese de que cada uma das nações tem uma forma muito particular de compreender a sua cultura literária, e essa forma acabou por se inscrever decisivamente nos respectivos planos de leitura implantados em 2006, em ambos os países. Assim, “humanização” e “orientalismo” são expressões de um mesmo legado, a saber: tanto o PNLL quanto o PNL apresentam um viés ideológico concebido no seio da universidade brasileira e portuguesa, sendo eles elaborados e pensados por professores representantes de parte do universo acadêmico de cada país: no Brasil, destaca-se o professor José Castilho Marques Neto, da Universidade Estadual Paulista (Unesp); em Portugal, cito a professora Maria de Lourdes Lima dos Santos, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Quanto ao viés ideológico, apoio-me em Fritz Ringer para ressaltar este ponto: ideologia como algo atrelado à “orientação psicológica ou à [...] posição social ou

econômica”¹ dos agentes muitas vezes localizados no interior de instituições sociais, como a universidade, embora seja importante mencionar que na Alemanha de Ringer os intelectuais estavam voltados para a educação das elites, enquanto aqui no Brasil e em Portugal, quando o assunto são os dois planos do livro e leitura, o projeto político tem um caráter mais popular.

E a própria escolha deste tema e o recorte proposto também têm relação com o universo acadêmico. Porque o ponto de partida para a aproximação com o tema liga-se à minha experiência pessoal em projetos desenvolvidos na área educacional.

Ao longo dos anos exercendo a função de procurador institucional de Instituições de Ensino Superior (IES) e lecionando em cursos de graduação em diversas áreas, pude acompanhar e estudar diversas legislações e políticas públicas voltadas para a educação em nosso país. Dessa forma, independentemente do nível de ensino, venho transitando nesse universo de pessoas empenhadas em formar profissionais responsáveis no exercício da cidadania.

Durante a pesquisa de mestrado tive a oportunidade de me familiarizar com os instrumentos de avaliação de cursos superiores do Inep/MEC, analisando os encaminhamentos dados pelas IES no atendimento aos requisitos legais e conteúdos curriculares que abrangem as discussões étnico-raciais e indígenas, temas importantes na formação da identidade brasileira. O pano de fundo da dissertação foi, portanto, o da cultura e das diferenças socioculturais.

A experiência no ambiente de sala de aula também evidenciou a importância de que a leitura se tornasse parte do cotidiano dos brasileiros, pois muitas avaliações de desempenho tinham como base a prática de ler. Nesse sentido, conciliar a educação e a cultura como partes indispensáveis ao processo de construção de leitores foi um passo decisivo para a elaboração de um debate que resultasse em contribuições efetivas nesse campo.

Falar em promover a leitura implica, necessariamente, em tratar do problema do letramento, que envolve o desenvolvimento do uso competente da leitura e da escrita inserido, de modo prático, na vida em sociedade, tanto no passado quanto no presente, tempo no qual os meios digitais vigoram cada vez mais.

O conceito de letramento surgiu da necessidade de reconhecer e nomear as práticas de leitura e de escrita, bem como fazer o uso competente e frequente delas.

¹ RINGER, Fritz. *Declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 11.

No âmbito desta tese, será necessário estabelecer uma relação entre letramento e alfabetização, já que planos nacionais de leitura em geral se destinam a quem sabe ler, e a ausência desse requisito (saber ler) também se faz relevante na presente discussão. Mas vamos aos planos, objeto de estudo desta tese, antes de adentrar este debate de letramento e alfabetização, bem como a outras questões envolvendo o PNLL e PNL, no Brasil e em Portugal, respectivamente.

O convite é conhecer esses dois planos que tiveram início no mesmo ano (2006) e que impulsionaram esta tese a propor um olhar entrecruzado entre os dois países para pensar diversos problemas envolvendo a temática do livro e da leitura.

PNLL

O PNLL foi instituído no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicado pela Portaria n. 1.442, de 10 de agosto de 2006, e envolvendo o MinC (Ministério da Cultura) e o MEC (Ministério da Educação). Sua primeira versão tinha duração trienal, com a finalidade básica de assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.

Posteriormente, no governo da presidente Dilma Rousseff, o documento foi firmado pelo decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011. Nesse novo formato, as diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil passaram a levar em conta o papel de destaque que essas instâncias assumiam no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa.

Podemos perceber que a tendência expressa pelo PNLL pressupõe a assunção da leitura como prioridade política, tomando essa competência como básica para o acesso plural ao conhecimento e ao enriquecimento cultural.

Consta nos parâmetros do PNLL que o destaque à leitura e ao livro está estreitamente associado à questão geral da competência em informação e do aprendizado ao longo da vida, aspectos que têm merecido especial atenção por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em forma de diretrizes e políticas mundiais para os próximos anos. Sob

essa perspectiva, a competência em informação encontra-se no cerne desse aprendizado, constituindo direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade, no âmbito individual e coletivo, e para criar condições plenas de inclusão social.

Tendo em mente que vivemos em uma sociedade letrada, embora desigualmente, não seria possível viver à parte das práticas de leitura e escrita. Contudo, embora tais práticas façam parte do dia a dia de qualquer sujeito, direta ou indiretamente, isso não garante que o acesso a elas seja significativo para boa parte dos cidadãos que, por questões econômicas e/ou sociais, ainda se encontram a sua margem.

Destaca-se, a propósito, o programa *Viva Leitura*, que é uma das primeiras linhas a serem instituídas no âmbito do PNLL, direcionado a incentivar a sociedade e mapear as ações desenvolvidas fora do âmbito governamental, ou seja, descentralizando-as.

Assim, a elaboração desse plano reforça um compromisso do governo federal brasileiro de arquitetar políticas públicas e culturais a partir de um vasto debate com a sociedade e, em particular, com todos os setores envolvidos no tema.

[...] é uma ação liderada pelo governo federal para converter esse tema em política pública mediante a concentração e articulação dos esforços desenvolvidos pelos diversos atores sociais: Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor. Tem como objetivo central melhorar a realidade da leitura no país e, por isso, é construído e se desenvolve por meio de um processo que transcende a imediatez.²

Segundo consta no PNLL, a atenção dada à leitura e ao livro tem por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito aos bens, aos serviços e à cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável; esta é, por sinal, mais uma prática humanizadora do plano. Dessa forma, quatro eixos orientam a sua organização: 1 - Democratização do acesso; 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores; 3 - Valorização institucional

² BRASIL. Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), 2006, p. 5. Acesso: 21/4/2019.

da leitura e incremento de seu valor simbólico; 4 - Desenvolvimento da economia do livro³.

A importância dessa lei reside no fato de que ela estabelece as diretrizes e os objetivos para garantir a universalização do direito de acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura, bem como para a democratização do acesso aos diversos suportes de leitura por meio de bibliotecas públicas e outras instituições voltadas a esse campo. Sendo isso, um fator indispensável de humanização, conforme nos ensina Antonio Candido (1988)⁴, que será mobilizado mais adiante para pensarmos esta questão especificamente.

Retomando: a justificativa do PNLL baseia-se no fato de que, no século XXI, momento em que a difusão do audiovisual assume imensas proporções, a sociedade brasileira apresenta ainda enorme déficit no que diz respeito às práticas leitoras de textos escritos. Nossos índices de alfabetização e de consumo de livros são ainda muito baixos em comparação com os de países mais ricos e desenvolvidos, ou mesmo em relação a alguns dos países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia. Quando de sua implantação, as linhas definidas pelo plano visavam, assim, o enfrentamento de uma situação real, numa área das mais sensíveis para o desenvolvimento do país em todos os níveis. E é certo que, mesmo hoje, não perderam a atualidade, tendo em vista que os avanços alcançados, que de fato existiram, ainda são insuficientes para se falar de uma real superação daquele quadro precário inicialmente encontrado.

A fim de situar o contexto pré-implantação do PNLL, destaco algumas leis, iniciativas nos campos da educação e da cultura que já traziam em seu bojo a necessidade do enfrentamento de alguns dos problemas centrais da sociedade brasileira nesse setor.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por diversos planos e medidas que alteraram o cenário cultural no Brasil. Com a criação do Ministério da Cultura (MinC) pelo decreto 91.144 de 15 de março de 1985, houve algumas conquistas, tais como:

³ MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

⁴ CANDIDO, A. "O direito à literatura". In: CANDIDO, A. *Vários escritos*, 1988.

- A Lei Sarney (Lei n. 7.505/86), posteriormente substituída pela Lei Rouanet (Lei n. 8.313/91), que favorece a criação e propagação de projetos culturais por meio de ferramentas oferecidas pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), órgão responsável pela análise dos projetos;
- A Lei de Direitos Autorais (Lei n. 9.610/98), que beneficia o autor de um bem cultural assegurando-lhe suporte quanto à propagação da informação, englobando as novas tecnologias;
- A Lei n. 10.753, a “Lei do Livro”, elaborada pelo então senador José Sarney, que cuida das questões regulamentares concernentes ao livro, contemplando difusão e leitura, editoração, distribuição e comercialização.

O PNLL é instituído, pois, com a incumbência de reunir em si muitos pontos já delineados nessas e em outras iniciativas anteriores, na condição de um amplo programa de fomento à leitura e, em tese, capaz de efetivamente levar brasileiros a lerem mais. E que isso seja feito de modo mais eficaz e produtivo.

PNL

No caso do PNL português, ele constitui uma resposta institucional à preocupação com os níveis de letramento da população em geral e, em particular, dos jovens. Ao longo dos últimos 10 anos, o PNL concretizou um conjunto de estratégias destinadas a desenvolver as competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como a alargar e a aprofundar os hábitos de leitura da sociedade portuguesa, em especial, da população escolar. Nessa primeira década de sua vigência, a intervenção do PNL decorreu em duas fases de cinco anos, com um programa nuclear de continuidade: a promoção da leitura em ambiente escolar, nomeadamente por intermédio da leitura orientada em sala de aula e uma multiplicidade de projetos dirigidos aos contextos da escola e da família, às comunidades locais e à população em geral⁵.

De acordo com documentos oficiais do governo de Portugal divulgados em 2006, quando do lançamento do Plano Nacional de Leitura, ao se falar das bases e

⁵ PORTUGAL. Plano Nacional de Leitura (PNL), 2017. Disponível em: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/> >. Acesso: 13/3/2018.

dos objetivos a serem alcançados com a iniciativa, afirma-se: “O PNL foi criado visando a melhorar os níveis de literacia e leitura dos portugueses”⁶.

Nos documentos portugueses é feita a descrição não só do que se pretendia alcançar a princípio como também de desdobramentos de sua implantação nas escolas do país. Em linhas gerais, fica-se sabendo que o projeto envolveu a realização de estudos, trabalho de promoção do livro e da leitura em todos os agrupamentos de escolas, envolvendo municípios, a Rede de Bibliotecas Escolares, professores, bibliotecários, pais e alunos.

Quanto aos objetivos delineados pelo plano português, alguns são colocados como fundamentais, compondo como que a espinha dorsal dele:

O Plano Nacional de Leitura tem como objectivo central elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o país a par dos nossos parceiros europeus. Destina-se a criar condições para que os portugueses possam alcançar níveis de leitura em que se sintam plenamente aptos a lidar com a palavra escrita, em qualquer circunstância da vida, possam interpretar a informação disponibilizada pela comunicação social, aceder aos conhecimentos da Ciência e desfrutar as grandes obras da Literatura.⁷

A síntese, portanto, apresenta um plano orientado para o letramento da nação portuguesa.

Seja o PNLL, seja o PNL, o assunto do letramento está no centro das discussões, assunto que carece de reflexão entrecruzando a situação do livro e da leitura nos dois países.

Nesta pesquisa, para pensar letramento, fiz a opção por uma abordagem da questão tomando por base estudos do linguista Luiz Antônio Marcuschi⁸, especialmente quando ele aborda a relação entre a fala e a escrita nos processos escolares: o paralelo, ou possível diferenciação, entre letramento e alfabetização.

O linguista se posiciona sem reservas já na apresentação do livro, ao se mostrar contrário a toda tentativa de se estabelecer dicotomia quando se trata das relações entre oralidade e letramento ou entre fala e escrita. Sua proposição, nesse

⁶ PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros n. 48-D/2017. Diário da República, 1ª série - n. 65 - 31/3/2017.

⁷ PORTUGAL. Plano Nacional de Leitura (PNL). Disponível em: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/> >. Acesso: 13/3/2018.

⁸ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 9.

aspecto, é a de que sempre se considere tais relações dentro de um quadro mais amplo no contexto das práticas comunicativas e dos gêneros textuais⁹.

No contexto brasileiro, há de se ressaltar o problema crônico das altas taxas de analfabetismo ainda presentes, lembrando que até meados do século passado metade da população era analfabeta.

Percebemos que só tinham acesso aos textos quem frequentava a escola, quem podia comprar livros, quem tinha tempo para ler. E, com isso, há de se ressaltar o desamparo que sentiam ou sentem os analfabetos nessa questão.

Conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feita em 2019 e com resultados divulgados em julho de 2020, havia 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,6%. Dessas pessoas, 56,2% (6,2 milhões de pessoas) viviam na região Nordeste e 21,7% (2,4 milhões de pessoas) na região Sudeste.

Torna-se necessário, pois, refletir sobre estratégias para enfrentarmos esse quadro. Além do mais, outras inquietações foram surgindo em tal contexto, daí a urgência de facilitar o acesso ao livro, o que, no caso presente, se efetivou com a implantação de programas de governo voltados à promoção da leitura.

Nota-se que, no Brasil, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, o número era de quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18% para esse grupo etário.

Até 2015, conforme determinação da lei, o Brasil deveria ter elevado a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5%, o que não foi cumprido, pois apenas 13 estados alcançaram a meta de redução do analfabetismo estipulada para o ano. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad – a chamada Pnad Contínua) mostram que o índice atual é de 93,2%, ainda abaixo, portanto, do objetivo para 2015. O Plano Nacional de Educação (PNE) determina também que o país erradique o analfabetismo até 2024.

Todavia, a realidade aponta para uma situação ainda dramática a ser enfrentada: hoje, transcorridos 14 anos da implantação do plano, o Brasil tem 11,3 milhões de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais, número correspondente a 6,6% dessa população; 11,8% dos jovens nesta faixa etária estão

⁹ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Op. cit.*

fora da escola, o equivalente a 1,1 milhão de pessoas, apesar de o PNE, de 2014, ter estabelecido a meta de universalizar o atendimento à população de 15 a 17 anos até 2016. Os analfabetos funcionais – equivalentes, em 2018, a cerca de 3 em cada 10 brasileiros – têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior a uma centena.

Na verdade, segundo Marcuschi, essa aparente dicotomia fala/escrita já se encontra superada dentro de um processo de mudança linguística que vem ocorrendo desde pelo menos a década de 1980: “Hoje [...] predomina a posição de que se pode conceber oralidade e letramento como atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais”¹⁰.

Para o autor, com certeza, a tendência predominante na maioria de nós no sentido de associar alfabetização e escolarização não passa de um grande equívoco, pois, conforme o demonstram exemplos históricos, é perfeitamente possível se alfabetizar crianças (ou mesmo adultos) fora da escola¹¹.

Com essa asserção, ele reafirma o seu ponto de vista quando diz que o letramento não pode, e nem deve, ser equiparado à aquisição da escrita. E cita o caso dos “letramentos sociais” que “surgem e se desenvolvem à margem da escola, não precisando por isso serem depreciados”¹².

Em tal contexto, importa lembrar a assertiva segundo a qual os diferentes usos da língua serão sempre relacionados ao ambiente em que se vive, trabalha ou estuda, ou seja, dependem da sociointeração que os embasam e ao mesmo tempo determinam. Ao comentar com um amigo a leitura do jornal pela manhã, ou enviar um e-mail, carta ou bilhete a um conhecido contando as novidades daqui e querendo saber as de lá; quando se manda por um portador a lista de compras do dia ao balconista da mercearia ou da farmácia, o certo é que nosso discurso (ainda que na superfície possa parecer muito simples), na verdade se insere em operações sociodiscursivas bastante complexas.

¹⁰ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 17.

¹¹ Para esclarecer tal passagem, Marcuschi cita o caso da Suécia, em que a alfabetização se processou de forma desvinculada da escolarização. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 19.

¹² MARCUSCHI, Luiz Antônio. Op. cit.

Porque, de fato, toda comunicação pressupõe complexidade, ambivalência, pelo simples fato de envolver dois ou mais falantes, emissores/receptores de cada mensagem – seja ela escrita, falada, digitada ou irradiada de algum modo.

Ler e, sobretudo, compreender adequadamente aquilo que se lê, tem, pois, muito a ver com a forma da recepção do leitor. E tal recepção, cada vez mais, abarca uma gama maior e mais multifacetada de elementos, de nuances e cores, de acordo com o espírito do tempo (*zeitgeist*).

Nos dias de hoje, apenas saber ler e escrever tem se mostrado exíguo para satisfazer a linha de desenvolvimento da sociedade. É necessário ir além da simples aquisição da decodificação dos signos, saber fazer o uso da escrita e da leitura no dia a dia, lendo o mundo que cada vez mais exige esta prática. E haja vista a sociedade cercada pela diversidade de linguagens, com as quais interage a todo o tempo, é necessário letrar-se.

Para Roger Chartier, das formas herdadas (tradicionais) da cultura escrita à eclosão das novas tecnologias para escrever e ler, temos a seguinte situação:

Ao romper o antigo laço entre o texto e o objeto, entre cada discurso e sua materialidade própria, a revolução digital obriga a uma radical revisão dos gestos e das noções que associamos à escrita. Apesar da inércia do vocabulário, que procura domesticar a novidade, denominando-a com palavras familiares (página, livro, imprimir), os fragmentos de textos que aparecem nas telas não são páginas, mas, sim, composições singulares e efêmeras. E, contrariamente a seus antecessores, rolo ou códex, o livro eletrônico não se diferencia das outras produções da escrita pela evidência de sua forma material. Apoiado nessas mudanças, o mundo digital pode dar realidade aos sonhos, nunca alcançados, que o precederam.¹³

Na realidade, o autor francês nem fala propriamente em transformação e sim em revolução, conforme a expressão que tem empregado para designar esta ocorrência: “digital natives”. No entendimento dele, a resposta (quanto ao presente e futuro da escrita e da leitura) a eles pertence, já que são os que identificam espontaneamente cultura escrita e textualidade eletrônica. “São suas práticas da leitura e da escrita, mais do que nossos discursos, que vão decidir a sobrevivência ou a morte do livro, o apagamento do passado ou sua presença perpetuada”¹⁴.

¹³ CHARTIER, Roger. “Novas tecnologias e a história da cultura escrita: obra, leitura, memória e apagamento”. In: *Revista Leitura: Teoria & Prática* – Unicamp. Campinas, SP, 2017 - v. 35, n. 71, p. 19.

¹⁴ CHARTIER, Roger. Op. cit.

Em outra perspectiva, Michel de Certeau, no tópico “Ler: uma operação de caça”, do livro *A invenção do cotidiano*, também discute a questão das transformações da leitura ao longo do tempo. Para ele, cada vez mais, a leitura tem se tornado algo intimamente relacionado ao corpo humano, e, em especial, a um de nossos sentidos:

[...] em seu nível mais elementar, a leitura se tornou há três séculos uma obra da vista. Ela não é mais acompanhada, como antigamente, pelo ruído de uma articulação vocal nem pelo movimento de uma mastigação vocabular. Ler sem pronunciar em voz alta ou a meia-voz é uma experiência “moderna”, desconhecida durante milênios. Antigamente, o leitor interiorizava o texto: fazia da própria voz o corpo do outro, era o seu ator. Hoje o texto não impõe mais o seu ritmo ao assunto, não se manifesta mais pela voz do leitor. Esse recuo do corpo, condição de sua autonomia, é um distanciar-se do texto. É para o leitor o seu *habeas corpus*.¹⁵

Com isso, Certeau diz que a leitura se liberta do solo que a determinava, tornando-se uma atividade cada vez mais identificada com o outro, com o múltiplo, com o universal. Ou, sintetizando, nas palavras dele: “Emancipado dos lugares, o corpo que lê se acha mais livre em seus movimentos”¹⁶. Mais livre e mais autônomo, mesmo que de forma limitada, tendo em vista que a autonomia (inclusive dos leitores, como é óbvio) é sempre uma coisa relativa, ainda mais no mundo contemporâneo, em que o letramento digital (ou não) carece de reflexão.

Logo, a importância do letramento em leitura tem sido sistematicamente reconhecida em várias partes do mundo. E um dos destaques, nesse sentido, é o que foi efetivado por intermédio da cooperação europeia em matéria de educação. A necessidade de evolução no âmbito da leitura foi um dos objetivos europeus acordados em diversos projetos e programas internacionais.

As competências de leitura medidas pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) revelam que nos países europeus em geral pelo menos um em cada cinco jovens de 15 anos apresenta índices muito frágeis nesse quesito; fato este demonstrado no relatório da proposta de recomendação do Conselho sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida, na Comissão Europeia, realizada em Bruxelas, em janeiro de 2018¹⁷.

¹⁵ CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. 22ª ed. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 247.

¹⁶ CERTEAU, M. Op. cit.

¹⁷ Comissão Europeia. *Proposta de recomendação do conselho. Sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida*. Bruxelas, 2018, p. 14-15.

Na direção das discussões apresentadas por esses autores e que se combinam com algumas questões levantadas nesta tese, podemos afirmar que a questão do letramento está relacionada tanto ao Brasil quanto a Portugal quando o assunto são os seus planos de leitura, embora no Brasil figure ainda o problema do analfabetismo.

No caso específico de Portugal, segundo o argumento da professora Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar: “O Plano Nacional de Leitura é exemplo de uma política educativa que surgiu na sequência dos resultados dos alunos portugueses nos estudos do Pisa 2000, 2003 e 2006”¹⁸. Consequentemente, no que tange aos resultados alcançados em competência em leitura, o PNL português pode ser compreendido numa correlação com o PNLL brasileiro, pelas perspectivas cruzadas no debate do letramento nos dois países, atrelado a políticas educacionais. Neste sentido, numa perspectiva entrecruzada, a ênfase será o letramento e não o analfabetismo de duas sociedades leitoras de livros. Mas discutir letramento não exclui as estruturas sociais desiguais e que condicionam o fato literário nos dois países. Os discursos sobre humanização e orientalismo que emergem dos planos vão refletir tais contradições, conforme irei ainda apresentar.

Perspectivas cruzadas

Apesar de tratar de dois planos voltados ao livro e à leitura em dois diferentes países, Brasil e Portugal, esta pesquisa não pretende comparar os dois países, mas compreender qual o sentido de construção cultural está posto em cada uma das nações a partir dos seus respectivos planos nacionais do livro e da leitura.

Essas perspectivas cruzadas não são descompromissadas, ao contrário, trata-se de uma forma de compreender a cultura literária de duas nações com elementos em comum, mas também diversos. Pode-se aventar que um vezo “colonial” parece orientar ainda as políticas de leitura portuguesa, enquanto no Brasil o desejo de humanização, apesar de se transmutar numa luta por direitos, parece ser sinônimo do “atraso” cultural no país.

¹⁸ VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Educação. Lisboa (Portugal), janeiro de 2016, p. 74.

Pensando nisso, recoloco a pergunta desta tese: por que no Brasil nossas ações vão em direção à humanização, enquanto em Portugal a tónica é a do orientalismo?

Para tentar responder estas questões, a pesquisa se coloca alguns objetivos específicos para a tese:

- Apresentar as perspectivas cruzadas do PNL (Portugal) e do PNLL (Brasil); para seus respectivos âmbitos sociais;
- Compreender as ações executadas até o presente momento dentro do escopo do PNLL e PNL, focando nas informações disponíveis na web sobre o desenvolvimento, implementação e resultados até então obtidos.

Além dos Planos Nacionais de Leitura e do Livro, outros materiais de pesquisa estão sendo mobilizados: livros, sites, manifestos, artigos e conteúdos diversos ligados à questão da leitura e do livro nos dois países. Projetos como *Retratos da Leitura no Brasil*, *Leituras d’Oriente e d’Ocidente* e *Ler+ e a leitura em Portugal*, sempre serão acionados.

Acerca dos caminhos da tese, faz-se necessário estabelecer uma discussão inicial sobre o sentido de orientalismo, com base nas acepções de Edward W. Said expressas no livro *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, e de humanização com bases em diversos escritos de Antonio Candido, merecendo destaque os ensaios “O Direito à Literatura”¹⁹ e “Literatura e Subdesenvolvimento”²⁰, porque pretendo aprofundar o sentido de humanização no interior do plano brasileiro.

Durante a pesquisa, tive a honra de entrevistar o professor José Castilho Marques Neto que, na sua condição de um dos idealizadores do projeto do plano brasileiro, vem contribuir grandemente para um foco de análise proposto na tese. Embora considerando a validade de múltiplos outros assuntos relacionados à atuação do professor no âmbito da cultura nacional, e particularmente da educação, escolhi fazer um recorte na entrevista enfatizando apenas a questão do PNLL e seus desdobramentos no Brasil.

A partir do seu assentimento (mais do que isso, do seu entusiasmo em participar da consecução da proposta), elaborei algumas perguntas abarcando aspectos relevantes abordados na tese, de modo que aquilo que considero essencial,

¹⁹ CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

²⁰ CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

nesta perspectiva, não se perdesse de vista numa oportunidade tão propícia e gratificante.

Desse modo, o universo abordado em nossa conversa abrange todo o período percorrido pela pesquisa com o PNLL, do ano inaugural de 2006 até o início de 2020. E abarca temas de interesse discutidos mais longamente no transcurso da tese como: expectativas e sentimentos quando da implantação do PNLL; as ferramentas que compunham o eixo das ações propostas; as bases humanísticas do plano e a indagação quanto a possíveis marcas de ideologização nele impressas por seus formuladores; mudanças previstas no plano que ocorreram (ou não), quando das sucessões presidenciais no decorrer do período, isto é, na passagem de um governo para outro, digo, de Luiz Inácio Lula da Silva para Dilma Rousseff, de Dilma Rousseff para Michel Temer e de Michel Temer para Jair Bolsonaro; o atual estágio em que se encontra o PNLL, realidade do presente e perspectivas futuras. Por fim, resta dizer que ambos os planos visam à construção de uma política de Estado, algo que carece também de reflexão.

Dito, isso, a tese se estrutura em três capítulos, conforme se delinea a seguir:

No Capítulo 1, que traz *um panorama sobre a leitura no Brasil e em Portugal*, apresentam-se os antecedentes históricos que justificam a criação do PNLL; em seguida, o plano, em si, é apresentado, bem como as suas linhas de ação na 1ª fase (2006-2018); e, ainda, delineiam-se as políticas públicas de incentivo à leitura propostas. Em seguida, é apresentado o PNL, trazendo também ao debate a questão dos caminhos do letramento na leitura em Portugal e a busca da integração social por intermédio, sobretudo, do acesso à literacia. Busca-se, nesse contexto, realizar uma abordagem procurando levantar os antecedentes desses planos, bem como as linhas teóricas essenciais para sua formulação e desenvolvimento.

No Capítulo 2, *Nas teias da humanização (PNLL) e do Orientalismo*, procura-se discutir a perspectiva entrecruzada para refletir as semelhanças e dessemelhanças entre os dois planos, destacando-se os principais referenciais teóricos dessa dicotomia: sejam os estudos de Antonio Candido acerca da importância da literatura para o pleno desenvolvimento humano (humanização), seja o de Edward W. Said sobre orientalismo, com ênfase, neste caso, para a histórica ligação das letras lusas com a literatura de viagens, em particular, as relativas a sujeitos e situações do Oriente. Para complementar, ainda é abordada a presença do orientalismo (ou de orientalismos) em algumas obras da literatura portuguesa, em suas diversas fases.

No Capítulo 3, *Perspectivas cruzadas PNLL-PNL e linguagens de hoje*, o ponto de partida liga-se a uma abordagem sociointerativa da língua, de um lado, considerando-se a equivalência e complementaridade entre a fala e a escrita, e, de outro, salientando o papel do digital no âmbito de ambos.

Para concluir, retoma-se a noção de perspectivas cruzadas entre PNLL e PNL, em suas bases centrais de humanização e orientalismo, conforme a proposição original; de forma complementar, faz-se uma breve análise da situação atual no tocante ao fomento à leitura nos dois países e se discute possíveis saídas para a estagnação que se observa no andamento do plano brasileiro, particularmente.

CAPÍTULO 1

1. UM PANORAMA SOBRE A LEITURA NO BRASIL E EM PORTUGAL: POLÍTICAS PÚBLICAS E PARCERIAS NO PNLL E NO PNL

1.1. Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)

1.1.1. Antecedentes

Na história do Brasil, pode-se reconhecer a existência de muitos entraves para o acesso da maioria da população à leitura; um deles, aliás, a persistir ainda no início do século XXI, o analfabetismo, é fato evidenciado pelo seguinte paradoxo: há ainda poucas livrarias no território nacional; em compensação há um número grande e significativo de bibliotecas públicas espalhadas pelo país; não obstante, em projetos como *Retratos da Leitura no Brasil*, afirma-se ainda haver pouca experiência entre os brasileiros da leitura literária, um exemplo marcante da nossa precariedade cultural instituída.²¹

Quanto às políticas públicas culturais, o esforço ainda hoje é realizar antigos projetos políticos de Estado e voltados à educação pela leitura, eles mesmos iniciados no passado, entre os anos de 1930 e 1945, com destaque para aquilo que foi germinado no governo do presidente Getúlio Vargas. Com efeito, naquele momento é que foram fundadas instituições nacionais responsáveis por implantar medidas educacionais para diversas áreas do ensino e da cultura em todo o país. Uma das propostas era incentivar e promover a cultura, de modo a valorizar o sentimento de nação ao fazer arte, literatura e sociedade. Esse era o espírito inovador da política do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, apoiada por ilustres homens da sociedade brasileira tais como Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Cândido Portinari, Lúcio Costa, entre outros²². O vezo era claramente nacionalista, e

²¹ Com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), extinto na década de 1990, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ou, ainda, a conversão dos programas governamentais do livro em política de Estado. Depois disso, o Brasil promoveu a desoneração fiscal do livro, criou programas governamentais de financiamento a editoras e fez ressurgir instâncias políticas de debate e concertação, como é o caso da Câmara Setorial do Livro, Literatura e da Leitura, Ao mesmo tempo, intensificou esforços para zerar o número de municípios sem biblioteca – algo em torno de 1,3 mil, em 2003. (O país tem 5.564 municípios; em 89% deles não há livrarias). Fonte: *Retratos da leitura no Brasil* / Organizador Galeno Amorim. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. Disponível em (<http://prolivro2-org-br.umbler.net/pesquisas-e-projetos-ipl/livros-retratos-da-leitura/>). Acesso: 29/7/2020.

²² SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª ed., Fundação Getulio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

bastante iluminista e elitista, porém, inaugural do ponto de vista da produção de uma cultura nacional apoiada pelo Estado – é importante mencionar. Neste sentido, “[...] pela primeira vez, o Estado nacional realiza um conjunto de intervenções na área da cultura [...] por meio de formulações, práticas, legislações e (novas) organizações de cultura”²³, como a criação do Instituto Nacional do Livro (INL).

Em plena ditadura, o ministro Capanema, em carta do dia 15 de dezembro de 1937, envia ao presidente Getúlio Vargas a mensagem:

O livro não é só companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola. É ainda e, sobretudo, o grande semeador, que pelos séculos afora vem transformando a face da Terra. Encontramos sempre um livro ao fundo de todas as revoluções. É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, e ainda vigilando no sentido de que ele seja não um instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas.²⁴

Em resposta ao documento citado e agindo em concordância com a premente necessidade de dar agilidade aos processos governamentais, o presidente Getúlio, seis dias depois da leitura da carta, oficializou o INL com a edição do decreto-lei n. 93, de 21 de dezembro, destacando objetivos de expandir a cultura para a população e a responsabilidade social da medida.

Entre as proposições visando a potencializar a iniciativa, propunha-se a expansão do número de bibliotecas públicas em todo o país, contando, para isso, com a colaboração de outros entes da federação, como é o caso dos municípios: cada um ficaria com a incumbência de implantar pelo menos uma em seu território.

Entretanto, deve ser observado que se de um lado houvera o reconhecimento da importância do livro enquanto instrumento que abarca o talento humano e estimula a capacidade de influir positivamente sobre pontos de vista, de outro, o governo não colocou em pauta ações voltadas para promover a leitura e seus benefícios.

Nesse contexto, com o passar dos anos os frutos foram compreensivelmente de pequena expressão e tão somente em 1970 o IBGE, instalado em 1936 e organizado por Fausto Cunha, produziu um estudo chamado *Fome de Livros*. A partir

²³ RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

²⁴ Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/fotos/Diretrizes_do_Estado_Novo/Educacao_cultura_e_propaganda/Inl/ArgNacional\(decretos\)_1_thumb.jpg](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/fotos/Diretrizes_do_Estado_Novo/Educacao_cultura_e_propaganda/Inl/ArgNacional(decretos)_1_thumb.jpg). Acesso: 27/7/2018.

desse estudo, pela primeira vez foi possível medir, em uma pequena parcela da população, o grande abismo existente entre o mercado literário e o público leitor.

Uma das ações adotadas pelo INL foi a de providenciar a criação de mais bibliotecas em todo o país, porém ficou claro que tal ação não resolveria por si só o problema latente, faltando, assim, um planejamento estruturado de longo prazo que fosse capaz de aliar diversos programas que pudessem ser inseridos no cotidiano do brasileiro.

Em decorrência disso, ao longo de seus 52 anos de existência (1937-1989), o INL²⁵ não conseguiu mudar de forma relevante o contexto da leitura literária no Brasil. Questiona-se, nesse sentido, o seu foco, pois ficou restrito a incentivar o aumento do número de bibliotecas públicas, com a consequente expansão do mercado e distribuição de livros²⁶.

Já a partir do encerramento de suas atividades, o governo federal criou o Programa Nacional do Incentivo à Leitura (Proler), em 1992, cuja proposta motriz foi executar programas objetivando conduzir à formação de leitores e qualificação dos docentes da rede pública.

Lembre-se, em tal sentido, que o Proler foi instituído com a finalidade principal de ampliar o direito dos brasileiros à leitura, ao promover condições de acesso a práticas leitoras envolvendo também a escrita na condição de atividade crítica e criativa²⁷. Para tanto, em sua elaboração constavam linhas tais como:

[...] articular a leitura com outras expressões culturais, propiciar o acesso a materiais escritos, abrir novos espaços de leitura e integrar as práticas de leitura aos hábitos espontâneos da sociedade, constituindo, dentro e fora da biblioteca e escola, uma sociedade leitora na qual a participação dos cidadãos no processo democrático seja efetiva²⁸.

Com isso, pode-se afirmar que o Proler se configura, dentro do governo federal (à época com a participação do MEC e do MinC), como um programa que serve de preparação para a implantação do PNLL. A propósito, é bom lembrar que, em sua

²⁵ O INL permaneceu no MEC de 1953 até 1987, quando foi integrado com a Biblioteca Nacional (BN) à Fundação Pró-Leitura, nos quadros do recém-criado Ministério da Cultura (MinC).

²⁶ ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia and ODDONE, Nanci. *Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca*. [online]. 2006, v. 35, n. 3, p. 183-193. (Ciência da Informação). [SciELO - www.scielo.br > scielo > pid=S0100-19652006000300017 >](http://www.scielo.br/scielo/pid=S0100-19652006000300017). Acesso: 11/6/2019.

²⁷ PROLER (Programa Nacional de Incentivo à Leitura), 1992. "Sobre o Proler", p. 1. [http://proler.culturadigital.br/oproler/ >](http://proler.culturadigital.br/oproler/). Acesso: 21/12/2018.

²⁸ PROLER. Op. cit., p. 1.

articulação original, o programa trazia ainda a ideia de envolver a sociedade leitora, dentro e fora da biblioteca e da escola, visando, em última instância, à formação de cidadãos plenos e em condições de contribuir efetivamente com o processo democrático do Brasil.

1.1.2. As linhas do PNLL (2006-2018)

O ponto de partida do PNLL está relacionado à instituição do Ano Ibero-Americano da Leitura em 2005, que culminou com a criação do Prêmio Viva Leitura. A partir de então, em 2005 e 2006, foram organizadas em todo o país mais de 150 reuniões com o objetivo de colher sugestões para o plano.

Documento divulgado recentemente com o registro da história do PNLL sintetiza aquele momento inaugural (2006), bem como as etapas seguintes, com a menção às leis então promulgadas (2015 e 2018):

Participaram desses debates representantes de todas as cadeias produtivas do livro (editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro), bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.

Em 10 de agosto de 2006, os então ministros da Cultura e da Educação, Gilberto Gil e Fernando Haddad, respectivamente, instituíram o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), consolidando o resultado dos debates realizados ao longo de 2005 e 2006, por meio da Portaria Interministerial n. 1.442.

Em 1º de setembro de 2015, na XX Bienal Internacional do Livro no Rio de Janeiro, a então presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto n. 7.559, dispondo sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura, dando-lhe assim uma maior dimensão que à conferida pela Portaria.

Em 2018, foi promulgada a Lei n. 13.696/2018 que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita estabelecendo diretrizes básicas voltadas a cumprir objetivos numa visão estratégica da política pública para as áreas do livro, leitura e bibliotecas.²⁹

O plano se apresenta com o objetivo de consolidar uma somatória de sugestões de diversos representantes de cadeias relacionadas à leitura no país: bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.

²⁹ SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, 2019, p. 1.

O documento estabelece:

... as diretrizes básicas para assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.³⁰

Com base em tais diretrizes, foram definidos os quatro eixos que orientam a organização do plano:

- Eixo 1 – Democratização do acesso;
- Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores;
- Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;
- Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro.

A partir desses eixos, buscou-se abranger a multiplicidade de ações propostas, que têm no livro e nos projetos de leitura as suas ferramentas mais visíveis.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o PNLL, em sua primeira fase (2006-2016), foi constituído com os esforços de milhares de pessoas, numa tarefa que é de cada um e de todos que lutam pela leitura. Afinal, trata-se de um plano de todos os brasileiros, principalmente daqueles que mantêm a esperança de uma nação livre, com cidadãos conscientes e formados para o bem comum e o gosto pelo belo, segundo síntese do professor José Castilho Marques Neto³¹.

No destaque que ele fez quanto a esses aspectos, o gosto pelo belo e o valor próprio da liberdade, características essenciais dos regimes democráticos, pressupõem, obviamente, a fruição dos bens proporcionados pela cultura e a educação. Assim, um plano nacional de leitura, como é o caso em foco, não pode prescindir da adoção de políticas que promovam o acesso ao livro e à formação de leitores como ações de cidadania, inclusão social e desenvolvimento humano, eles mesmos elementos humanizadores

Nessa mesma linha, quando questionado acerca do sentimento e das expectativas da equipe envolvida em relação ao alcance do plano, Castilho responde que o PNLL traz elementos muito importantes. Destarte, o professor vê a implantação

³⁰ Op. cit., p. 2.

³¹ MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010, p. 15.

do plano como um processo difícil e de pequenas e sucessivas conquistas em terreno árido, tanto dentro das prioridades de governo (ministérios envolvidos, lideranças políticas) quanto junto da sociedade civil interessada na formação de leitores (toda a cadeia criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro e da leitura).

Ele segue em sua avaliação crítica ao apontar a não existência de políticas públicas sólidas ou duradouras voltadas para a formação de leitores nos 500 anos do país; a interrupção de programas de formação de leitores exitosos no passado remoto e recente; a competição por verbas e prioridades políticas no campo da cultura, tradicionalmente desassistido e com poucos recursos; a precariedade conceitual do valor da leitura para o desenvolvimento sustentável do país enquanto nação que domina a linguagem da leitura e da escrita, imprescindível ao concerto mundial; a confusão teórica e conceitual sobre alfabetização e formação de leitores, com a consequente discriminação do papel da cultura nessa tarefa estratégica; o conservadorismo atávico do setor, em todos os elos da cadeia, preso a fórmulas isolacionistas, tradicionalistas, regressivas às novas tecnologias que se impuseram; enfim, um conjunto de barreiras não tornava fácil ou com grandes expectativas o PNLL para a equipe inicial.

Então, sintetiza Castilho, num desabafo: “Sabíamos que tínhamos muitos obstáculos a superar de modo a se conquistar, palmo a palmo, um terreno firme para se construir uma política de Estado para a formação de leitores”.³²

Portanto, o sentimento dele e, certamente de toda a equipe, era o de uma construção fundada na resiliência: um propósito pelo qual todos nós, brasileiros, deveríamos insistir com firmeza e argumentos, a tal ponto que o período de um governo includente não poderia deixar de contemplar a leitura como direito, entendendo-a como a chave de todos os outros direitos humanos, algo decisivo quando se pensa em humanização pela leitura, conforme ainda irei discutir.

Mas voltando ao problema da defasagem de letramento na população do país, que o plano, por certo, não poderia deixar de se dispor a enfrentar: embora um programa como o PNLL não tenha diretamente o objetivo de reduzir, tampouco eliminar, as taxas de analfabetismo de uma população, há que se levar esse dado em conta. Afinal, se mais pessoas são estimuladas a ler, se o Estado e outras organizações sociais se dispuserem a facilitar o acesso ao livro e a outros suportes

³² Trecho da entrevista com o Prof. Castilho.

para a leitura, como consequência espera-se que haja um avanço no nível educacional e cultural da população envolvida.

Esta pesquisa traz à tona o debate internacional em torno do letramento com observações importantes em torno do analfabetismo, mas não do analfabetismo de não saber ler nem escrever, do analfabetismo das crianças que, embora alfabetizadas, saem da escola sem condições de se inserir de forma efetiva na sociedade.

Importante observar, neste ponto, a pertinência das observações feitas a esse respeito pelo já citado Roger Chartier e por Anne-Marie Chartier. De fato, para ambos os pesquisadores, o letramento, nesse sentido, vem para dar continuidade ao processo que a criança vinha construindo antes de entrar na escola, pois vivia em uma sociedade letrada e já se relacionava com as várias linguagens disponíveis nesse espaço, e, também, para suprir as faltas e lacunas deixadas pela própria alfabetização. Em outras palavras, a ênfase será o letramento e não o analfabetismo, sendo o primeiro o ponto de cruzamento entre as duas experiências nacionais do livro e da leitura. Em compensação, não podemos deixar de abordar esse problema historicamente estrutural, pois ele é base para nossa reflexão sobre sociedades desiguais e letradas.

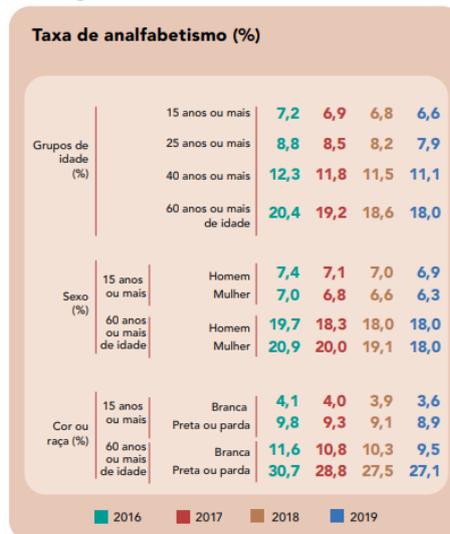
De acordo com o *Mapa do Analfabetismo no Brasil* (Inep, 2019), que utilizou números obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do IBGE, o total de analfabetos foi estimado em 11 milhões de pessoas, como foi citado na Introdução; e apresentou relação direta com a idade, aumentando na medida em que a idade avançava até atingir 18% entre as pessoas de 60 anos ou mais.

Apesar de os índices terem pequenas reduções de 2016 a 2019, a Meta 9 do PNE para 2015 (de no máximo 6,5% de analfabetos) só foi alcançada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, logo, o plano não teve o êxito nacional que o seu próprio nome pressupõe.

Segundo a Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais, em 2019, foi de 6,3%, enquanto a dos homens foi de 6,9%. Em relação a 2018, essa taxa caiu 0,3 p.p. para as mulheres e 0,1 p.p. para os homens. Para a faixa etária mais velha, nota-se que a taxa das mulheres se igualou à dos homens, alcançando 18% em 2019. Esse valor, no entanto, foi quase três vezes maior do que para o grupo de pessoas de 15 anos ou mais.

Comparando-se os indicadores de 2016 a 2019, a taxa de analfabetismo para as pessoas de 60 anos ou mais no Brasil manteve o comportamento da faixa de idade mais nova, de 15 anos ou mais. Entretanto os indicadores da faixa mais velha eram de 2,5 a 3 vezes maiores do que os da faixa mais nova. Em 2019, a taxa do Nordeste alcançou 37,2% e a do Norte, 25,5%. Por outro lado, Sudeste e Sul ficaram abaixo de 10% e o Centro-Oeste, com 16,6%. Frente a 2018, destaca-se a queda de 1,7 p.p. na região Centro-Oeste e de 1,5 p.p. na região Norte.

Imagem 1. Taxa de analfabetismo



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento da Pnad Contínua 2016-2019.

Ainda de acordo com o IBGE (2019), a imagem a seguir mostra os percentuais de analfabetismo por grupos de idade, tomando por base as regiões do país (%):

Imagem 2. Taxa de analfabetismo por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões (%)

Taxa de analfabetismo	Taxa de analfabetismo (%)													
	15 anos ou mais						60 anos ou mais							
	2016	2017	2018	2019	Variação			2016	2017	2018	2019	Variação		
					2018/2019	2017/2018	2016/2019					2018/2019	2017/2018	2016/2019
Brasil	7,19	6,92	6,77	6,60	↓	↓	↓	20,36	19,21	18,59	18,00	↓	↓	↓
Norte	8,51	8,00	7,98	7,60	↓	↓	↓	29,95	27,39	27,02	25,50	↓	↓	↓
Nordeste	14,79	14,48	13,87	13,90	↑	↓	↓	39,78	38,65	36,87	37,20	↑	↓	↓
Sudeste	3,76	3,51	3,47	3,30	↓	↓	↓	11,64	10,57	10,33	9,70	↓	↓	↓
Sul	3,61	3,52	3,63	3,30	↓	→	↓	11,31	10,86	10,80	9,50	↓	→	↓
Centro-Oeste	5,71	5,23	5,40	4,90	↓	→	↓	21,18	18,96	18,27	16,60	↓	↓	↓

Fonte: Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento da Pnad Contínua 2016-2019.

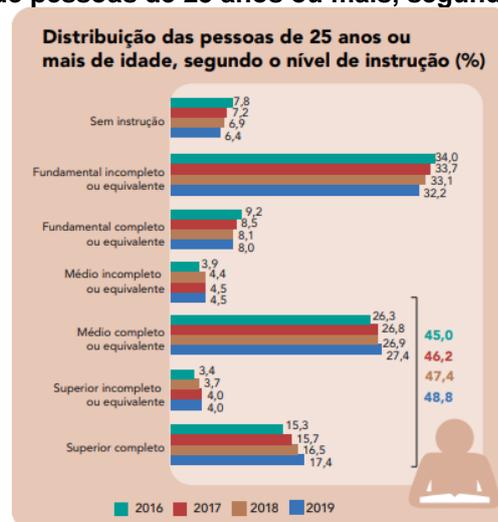
Com o objetivo de estabelecer metas, estratégias e diretrizes para a política educacional brasileira e promover avanços educacionais no país, o PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25/6/2014, determinou, na Meta 9, a redução da taxa de

analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais para 6,5%, em 2015, e a erradicação do analfabetismo ao final da vigência do plano, em 2024. Desde 2016, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste haviam cumprido a meta intermediária. Já as regiões Norte e Nordeste se deparavam com outro panorama ainda em 2019: taxas ainda acima da meta intermediária de 2015.

Para a erradicação até 2024, os desafios são diversos entre as regiões, seja devido à tendência de estabilização das taxas no Centro-Sul do país, seja pelo nível mais elevado das taxas no Norte e no Nordeste.

Outro dado importante é o nível de instrução: esse é indicador que capta o nível educacional alcançado por pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados. Como as trajetórias educacionais das pessoas variam ao longo da vida, esse indicador é mais bem avaliado entre aqueles que já poderiam ter concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos.

Imagem 3. Distribuição de pessoas de 25 anos ou mais, segundo o nível de instrução (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento da Pnad Contínua 2016-2019.

Segundo o PNLL³³, esse quadro educacional traz consequências que repercutem até os dias atuais, como mostram os resultados de diversas pesquisas no país, tomando como exemplo o já citado *Mapa do Analfabetismo no Brasil* que estima o número de analfabetos em 11 milhões, de acordo com o IBGE – algo em torno de 6,6% da população de 15 anos ou mais. A taxa indica que o Brasil não conseguiu

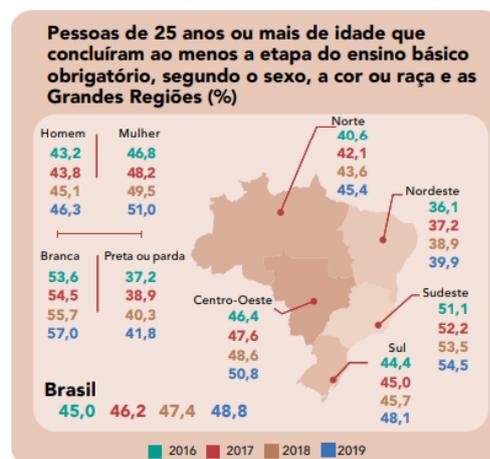
³³ BRASIL. Portaria Interministerial n. 1442. Publicação no Diário Oficial da União n. 154, de 11/8/2006, Seção 1, p. 18-19.

alcançar uma das metas intermediárias estabelecidas pelo PNE quanto à alfabetização da população com 15 anos ou mais. Conforme já referido, a meta 9 do PNE determinava a redução do analfabetismo a 6,5% até 2015, o que não aconteceu. O decreto diz ainda que em 2024 o analfabetismo deve estar erradicado do país, consolidando um projeto nacional de letramento de toda a população brasileira.

Outro dado importante do Pnad Educação 2019, divulgado em julho de 2020, é o fato de que mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio, passando de 45% em 2016 para 47,4% em 2018 e 48,8% em 2019 – isso significa que 51,2% (ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram essa etapa educacional.

Os resultados mostraram ainda que a passagem do ensino fundamental para o médio acentua o abandono escolar, uma vez que aos 15 anos o percentual de jovens quase dobra em relação à faixa etária anterior, passando de 8,1% aos 14 anos para 14,1% aos 15 anos. Os maiores percentuais, porém, se deram a partir dos 16 anos, chegando a 18% aos 19 anos ou mais.

Imagem 4. Pessoas de 25 anos ou mais que concluíram ao menos o ensino básico, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento da Pnad Contínua 2016-2019.

Nessa linha, destacam-se também outros projetos, embasados em avaliações reconhecidas nacional e internacionalmente como a já referida Pnad, o Sistema

Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Pisa. Não oficial, mas também expressivo, é o projeto *Retratos da Leitura no Brasil*³⁴.

Parte das ações governamentais quando da implantação do plano (2006) se efetivou com a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC), assim como o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), instituições que, em simbiose, atuaram na inclusão de diversos segmentos da sociedade para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao incentivo da cadeia produtiva e criativa multicultural, congregando áreas como audiovisual, dança, teatro, circo e a do livro e leitura³⁵. Com isso, foi implantada a Lei n. 10.753/2003 que dá origem à Política Nacional do Livro³⁶ elaborada em 2003 e que determina o início de um processo inédito no Brasil que resultou na construção e expansão do PNLL.

Uma das ações mais importantes do plano é a que visa aumentar o índice de prática de leitura do país, adotando o compromisso de expandir o acesso ao livro e à literatura em todo o território nacional, reunindo esforços entre o Estado, a escola e a sociedade letrada. Com a criação de novas bibliotecas, pontos de leitura e compartilhamento de livros, o MEC e o MinC³⁷ investiram recursos em ações de promoção e formação de leitores.

Segundo o professor Castilho, sem dúvida, o eixo do plano está assentado na ideia de democratização do acesso e no apoio à economia do livro. A democratização do acesso, traduzida pelo apoio, incentivo e recursos vultosos destinados às bibliotecas de acesso público (bibliotecas públicas, escolares, comunitárias) sempre foi considerada o principal caminho para fazer chegar o livro às mãos da maioria da população de um país em desenvolvimento como o Brasil. E isso foi realizado com a criação de mais de 1.700 bibliotecas em cidades que nunca tinham tido esse equipamento, tendo o Censo de Bibliotecas Públicas apontado, em 2010, que apenas três dezenas de cidades no país ainda não tinham biblioteca instalada.

³⁴ É importante destacar que o livro e a leitura ganham grande atenção nas duas últimas décadas de diferentes grupos sociais, tanto por ONGs, como o *Instituto Pró-Livro*, uma associação de caráter privado e sem fins lucrativos, quanto por parte do governo, como, por exemplo, os programas *Biblioteca Escolar*, *Biblioteca do Professor* e *Casa da Leitura*, lançados em 2003, e o programa de incentivo à leitura *Leia Mais, Seja Mais*, lançado em 2014 e integrante do PNLL.

³⁵ Na área do livro e leitura o Colegiado Setorial é instituído no âmbito do CNPC pelo decreto n. 5.520, de 24/8/2005.

³⁶ Lei n. 10.753, de 30/10/2003.

³⁷ No governo de Jair Bolsonaro (que assumiu a Presidência da República em 1º de janeiro de 2019), o MinC foi extinto; de ministério, foi rebaixado à condição de Secretaria Especial da Cultura, integrante do Ministério da Cidadania.

Ao mesmo tempo, cuidou-se para implantar 600 pontos de leitura em simbiose com atividades culturais já existentes, além de diálogo com o MEC para suprir o exitoso Programa Nacional da Biblioteca Escolar como um centro formador de leitores que contemplasse a bibliodiversidade nacional.

Quanto ao apoio à economia do livro, setor que foi o mais tradicionalmente apoiado por vários governos anteriores, a ação se deu pela maior utilização e critérios na aplicação da Lei Rouanet; lei esta voltada para a literatura e eventos literários e também o incentivo aos escritores, tanto com premiações quanto com a intensa difusão do escritor brasileiro em feiras e eventos nacionais e no exterior, inclusive com o aumento de verbas para tradução por editoras estrangeiras de autores nacionais.

O PNLL afirma ainda que, apesar de que nas sociedades atuais a leitura seja imprescindível para o ingresso no mercado de trabalho e para o exercício da cidadania, no Brasil as pesquisas e avaliações educacionais apontam para a precária formação de um público leitor e revelam as imensas dificuldades para o sucesso das ações envolvidas na solução do problema do letramento.

Torna-se claro, ao analisar a literatura sobre o assunto, que o governo brasileiro, nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, retomou a luta pelo livro, a leitura, as bibliotecas e a literatura com a necessária perspectiva e escala de política pública. Pois, ao que tudo indica, na concepção da área educacional do seu governo, o livro didático parecia representar um importante e indispensável fator de mediação para assegurar um dos direitos basilares à cidadania: o direito à educação escolar.

Esse direito, cuja oferta de qualidade tem como sujeito principal o Estado em seu dever de provê-lo, ancora-se no art. 205 da Constituição da República de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo o PNLL (2010)³⁸, há muitos anos o Brasil esperava uma política que pudesse se configurar duradoura e permanente, mais abrangente e inclusiva do que qualquer outra que já tivesse sido por aqui realizada, respeitando as experiências e

³⁸ BRASIL. Portaria Interministerial n. 1442. Publicação no Diário Oficial da União n. 154, de 11/8/2006, Seção 1, p. 18-19.

os avanços acumulados desde as primeiras lutas para que a leitura se tornasse parte do cotidiano dos brasileiros. E, nesse sentido, propõe:

Uma política que pudesse, finalmente, romper a barreira que considera o letramento uma questão apenas de alfabetização, sem considerar os inúmeros aspectos culturais que acompanham a aquisição do direito à leitura, conciliando a Educação e a Cultura como partes indispensáveis ao processo de construção de leitores. E que, da mesma maneira que conciliasse Cultura e Educação, pudesse também se apoiar em outro binômio indispensável a esta luta pela leitura: a ação coordenada do Estado com a Sociedade (PNLL, 2010, p. 14).

A ideia norteadora do PNLL foi ambiciosa, pois alcançou um patamar político e conceitual que é imprescindível para se consolidar uma política de Estado para o setor. Esse ideal foi o que mais projetou o PNLL para os países ibero-americanos, tornando-se referência para muitos dos planos de leitura que também se desenvolveram nos “países irmãos” do continente americano e do mundo ibérico; isto é, o desejado consenso entre governo e sociedade tanto no diagnóstico do que é preciso fazer quanto nos objetivos a se alcançar para se tornar um país de leitores.

Com isso, os entrelaçamentos conceituais e práticos da ação do Estado com a sociedade e a indissociabilidade entre a cultura e a educação na formação de leitores são os pontos referenciais trazidos em discussão no PNLL, tanto de 2006 quanto de 2011.

A demanda por esse planejamento orquestrado em nível nacional foi um dos fatores fundamentais a fomentar a necessidade de implantação do PNLL no país.

1.1.3. O PNLL e as políticas de incentivo à leitura

Ao definir as políticas nacionais de leitura que são a sua base orientadora, o PNLL busca desenvolver, orientar e promover ações, projetos e programas de incentivo, estabelecendo metas e mecanismos de acompanhamento e controle dos resultados em sinergia com todas as instituições envolvidas³⁹.

É importante citar que o documento elaborado para o PNLL em 2006 já admitia a evidência de que os jovens brasileiros demonstravam baixo desempenho em testes internacionais, níveis de alfabetização abaixo das metas estabelecidas pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

³⁹ Além do PNLL, entretanto, há outros programas de incentivo à leitura, legislações e portarias do atual governo, mas que nada têm a ver com esse plano. Assunto este que discutiremos no capítulo 3.

Considerando que tal desempenho não apresentou avanços dignos de nota desde então, o PNLL, tanto na definição de suas políticas para a primeira quanto para a segunda fase, mostra exagerado pudor em estabelecer, de maneira explícita, o que se compreende por “literatura” e “leitura”. Sendo assim, as políticas públicas criadas pelo governo federal aparentam estar circunscritas à ideia central de formar o leitor de acordo com critérios antecipadamente estabelecidos e presumem que tão somente o acesso ao livro seja garantia para a realização dos princípios éticos, estéticos e políticos. A esse respeito, o PNLL é categórico quando afirma:

[...] o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida.⁴⁰

De início, o plano, ao concluir que o livro é o veículo mais importante para a prática e disseminação da literatura e do conhecimento, definiu-se pela alocação de recursos financeiros na construção de bibliotecas públicas, na compra e na renovação dos acervos tanto nas bibliotecas que já existem quanto naquelas que seriam supostamente construídas. Como resultado daquilo que foi realizado até o final de 2018, na realidade, nem se sabe se as políticas públicas de incentivo à leitura efetivamente transformaram as bibliotecas em núcleos formadores de leitores. Agora quanto à sequência do programa, tal objetivo hoje em dia deixou de ser executado, haja vista o abandono a que têm sido relegadas a educação e a cultura pelo atual governo federal.

Num livro publicado no ano de 1999 e sintomaticamente chamado *Miséria da Biblioteca Escolar*, seu autor, Waldeck Carneiro da Silva, aponta aquele que no entendimento dele deveria ser o foco desses pontos de acesso e desenvolvimento do saber no território brasileiro:

Estamos convencidos de que no Brasil, no campo das bibliotecas, as atenções têm de se voltar prioritariamente para as bibliotecas escolares e para as bibliotecas públicas, espaços que, se minimamente organizados, podem desempenhar um importante papel na elevação do nível cultural e da consciência crítica da população brasileira.⁴¹

⁴⁰ BRASIL. Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), 2006, p. 63. Acesso: 27/4/2019.

⁴¹ Waldeck Carneiro da Silva. *Miséria da Biblioteca Escolar*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 23.

Todavia, nem sempre as coisas saem conforme idealizadas e/ou projetadas. A propósito, o escritor e professor Luiz Milanesi publicou um estudo em 2002 com uma interpretação desse quadro que já se desenhava desde a década de 1970. Assim como Waldeck, ele defendia o papel de relevo desempenhado pelas bibliotecas em todo programa de leitura, no entanto advertia que a proposição nem sempre encontrava, no mundo real, o campo adequado para o seu pleno desenvolvimento:

Apesar das boas intenções, essas bibliotecas vindas de cima para baixo, das esferas federais para o cotidiano das cidadezinhas, da mesma forma que chegaram, desapareceram e assim, o público ficou com o rádio e a televisão como fontes de informação.⁴²

Aqui, ainda uma vez, evidencia-se aquele desencontro entre o que estabelece o plano e a vida real mencionado na página anterior. Ou seja, no Brasil, como certamente em todo o mundo, há inúmeros leitores que fazem suas escolhas por conta própria, definem aquilo que vão ler de acordo com os seus gostos pessoais, quando não influenciados diretamente por pessoas ou “personagens” do seu círculo de relações. Lembrando sempre que hoje esse círculo se alargou de forma ampla, algo não mensurado há poucas décadas, devido à expansão da internet em todo o mundo e ao fato de que a imensa maioria da população, mesmo em países em desenvolvimento crítico como o Brasil, ter acesso a, pelo menos, um celular. Um celular conectado à rede, obviamente, e pelo qual chegam os novos “amigos” que, muitas vezes, tornam-se os sujeitos indicadores de novas leituras: youtubers, digital influencers etc. E lembre-se que tais sugestões, ou “dicas”, não raro se ligam a signos e conteúdos derivados de filmes, de séries, em que uma peça de teatro ou um livro tenha sido convertido em roteiro de filme, de série cinematográfica e/ou televisiva.

Na linha do questionamento feito por Milanesi, o PNLL surge com a proposição de enfrentar tal dicotomia, tantas vezes observada. O problema, no entanto, é que esse enfrentamento se dá de forma bastante genérica. Assim, define-se como “[...] um conjunto de iniciativas e ações a serem desenvolvidas pelo governo federal”, com uma série de diretrizes “de natureza abrangente”, a orientar políticas, programas, projetos e ações:

⁴² MILANESI, Luiz. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim (org.). *Políticas culturais no governo Lula*, p. 47. **Comunicação e Realidade Brasileira**. <https://www.passeidireto.com/arquivo/23264619/politicas-culturais-no-governo-lula-antonio-albino-canelas-rubim-org/45>. Acesso: 27/5/2019.

Trata-se da fixação, do delineamento e da sistematização dessas iniciativas e ações, de tal modo que o conjunto dos eixos possa servir como baliza clara para que as mais variadas instituições e entidades da sociedade planejem e implementem suas ações, concentrando o foco nas prioridades do setor e não dispersando recursos de qualquer natureza.⁴³

De fato, a dita “abrangência” pode soar enganosa na vida prática pelo fato de o plano não estabelecer, baseado em dados concretos, as suas ações específicas nem o seu *modus operandi*.

Ainda na mesma perspectiva, o PNLL demonstra outras limitações, uma das quais, relacionada à falta de um planejamento financeiro claro que descrevesse e preparasse as fontes de financiamento para a execução dessas políticas. Diz apenas que os recursos governamentais “podem ser” designados ou transferidos para o incentivo à leitura.

Quando se considera todo o conjunto das ações propostas, constata-se que o governo brasileiro concentrou seus esforços na transformação, por meio das políticas de incentivo à leitura, do não leitor em consumidor de livros, sem definir critérios e conteúdos e temas para a leitura. Em contrapartida, nota-se que iniciativas como a formação de mediadores e o apoio a atividades de mediação entre o livro e a população conseguiriam uma eficácia maior na consolidação de “leitores habituais”, competentes para praticar leituras mais prazerosas, proveitosas e profundas, aproximando-se às do “leitor profissional”.

Atualmente, o Brasil é detentor de uma indústria editorial bem-sucedida, mesmo levando-se em consideração o início tardio no século XX, porém, quando é avaliado o nível de leitura de sua população é notado o descompasso. Este cenário contraditório evidencia as circunstâncias socioeconômicas e educacionais da população do país. Observe-se que a Constituição Federal de 1988 estabelece propósitos elementares visando assegurar a plena cidadania (como no artigo I – *Dos Princípios Fundamentais*), quando busca definir o que é uma sociedade livre, justa, solidária, objetivando a diminuição das desigualdades sociais e a eliminação da pobreza; e, no Capítulo II – *Dos Direitos Sociais* – que se assegure ao cidadão a garantia de direitos sociais como educação, trabalho, lazer, saúde, segurança, moradia (BRASIL, 1988).

⁴³ Brasil. Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), 2006, p. 27. Acesso: 30/4/2019.

Todavia, apesar disso, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil se mantém como um obstáculo para o cumprimento dos preceitos nela expressos.

Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com a finalidade de contrapor os dados econômicos a outros fatores, para medir a riqueza dos países e analisar o desenvolvimento, o IDH é a fusão de três condições – longevidade, educação e renda, conforme retratado no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Em 2017, o Brasil ocupava a 79ª posição dentre 188 países analisados, em situação de desempenho inferior à de alguns vizinhos sul-americanos como Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela⁴⁴.

E, sem dúvida, para avançar nesse importante balizador da qualidade de vida das populações, a elevação do fator educação, obviamente ligada a bons índices de leitura e, de preferência, amparada em obras literárias, é uma meta a ser perseguida sem descanso pelos governos federal, estaduais e municipais e por todo o conjunto da sociedade brasileira.

A leitura é responsável por mudar a história de um indivíduo, sua contribuição para a sociedade se evidencia quando se percebe o senso crítico, e liberdade do ser humano exercitado nas mais diversas áreas. Segundo o escritor peruano e Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa (1936), “um público comprometido com a leitura é crítico, rebelde, inquieto, pouco manipulável e não crê em lemas que alguns fazem por ideias”⁴⁵. Por isso, é tão importante buscarmos caminhos para essa formação da população leitora do país, posto ser o desafio ainda bastante grande, como observa Zoara Failla “[...] ... parece haver ainda um longo caminho a percorrer até que se possa alcançar o ponto de dizer que o Brasil efetivamente passou a ser ‘um país de leitores’”⁴⁶.

Com a abordagem de perspectivas sobre o livro e a leitura, busca-se enfatizar as propostas adotadas pelo PNLL, bem como o contexto histórico em que se insere a definição de suas políticas, por meio do estudo de documentos, informações e pesquisas, e ressaltando o poder de transformação da literatura para se alcançar tais objetivos. Nesse sentido, o plano objetivou medir o alcance de tais políticas no

⁴⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), 2017.

⁴⁵ LLOSA, Mario Vargas. (Epígrafe). In: LEAL, Dini Keli Barro. *A importância do lúdico na formação da criança*, p. 1. [www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle. Acesso: 5/5/2019.](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/5/5/2019)

⁴⁶ FAILLA, Zoara (org.). In: *Retratos da leitura no Brasil – 4*. p. 140.

cotidiano dos brasileiros, considerando o direito à crença, opinião e lazer como bens imprescindíveis à sobrevivência física e à integridade espiritual, de acordo com ideias defendidas por Antonio Candido em suas obras. (Tais aspectos serão aprofundados mais adiante, após discutir o PNL português e retomar o debate sobre a situação brasileira, apoiando-me naquilo que escreveu Marques Neto).

Para finalizar esse primeiro percurso sobre PNLL, resta dizer que sua criação justifica-se naquilo que foi apresentado até aqui sobre a necessidade de humanização pelo fato literário relacionado ao livro e à leitura. E que é inegável que através desse plano o país parece ter avançado na promoção do direito à leitura. Segundo dados do Guia de Elaboração e Implantação dos Planos Estaduais e Municipais, desenvolveu-se no Brasil uma ampla articulação entre diversas instituições públicas e privadas. Todas elas mobilizadas para chegar à efetiva condição de “um país de leitores”, utilizando recursos criativos, parcerias inéditas, em todas as regiões do território nacional, demonstrando a existência de um esforço sistemático para que a leitura se tornasse mais acessível a todos.

1.2. Plano Nacional de Leitura (PNL)

O Plano Nacional de Leitura de Portugal foi apresentado à população do país com a finalidade de tentar esclarecer as prováveis razões pelas quais parte da sociedade lusa apresentava, com frequência, um desempenho sofrível nessa área. Lembrando que isso colocava o país numa posição de inferioridade em relação a outros países no que diz respeito à interpretação dos resultados de avaliações internacionais, quando o assunto é educação escolar, particularmente, quando se tratava dos índices de leitura. Destarte, o governo resolveu então enfrentar os problemas que levavam a essa disparidade.

O PNL divulgou, então, algumas das suas linhas metodológicas e filosóficas para a definição dos programas a serem implantados, não sem antes apresentar uma abordagem sucinta do quadro observado.

Em sua Tese de Doutorado em Ciências da Educação, defendida e publicada no ano de 2016 e intitulada *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*, a professora Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar retoma essas bases para elucidar o panorama então vivido em seu país e mostrar como o governo, por meio da sistematização e aplicação do PNL, objetivava enfrentar o desafio. Desse

modo, o governo português buscou proceder a uma análise da teia de obstáculos que explicavam a persistência do atraso do país em matéria de leitura, procurando identificar as razões centrais desse atraso. E concluiu que, já no início do século XXI, eram ainda notórias as fracas competências de leitura dos portugueses, explicáveis pelas graves lacunas da escolarização⁴⁷.

Conforme a autora observou, logo no início de seu estudo,

A necessidade do PNL e a adequação das suas propostas à realidade social portuguesa são justificadas com base numa seleção de indicadores relativos à literacia e às práticas de leitura, que documentam a evolução recente da promoção da leitura em Portugal.⁴⁸

Com as informações disponíveis à mão, a equipe ministerial encarregada da tarefa procurou traçar um panorama da situação portuguesa, visando à adoção das medidas iniciais para o enfrentamento do problema. De acordo com a interpretação desse panorama, ficou decidido que a opção mais adequada seria o PNL levar em conta, em primeiro lugar, os dados de rankings aferidos nas avaliações mais recentes dos níveis e dos hábitos de leitura verificados entre a população escolar e a população adulta no país.

Constatou-se que apesar dos vultosos investimentos nas escolas e nas bibliotecas, a situação, em sua amplitude, ainda era bastante preocupante, vide aquilo que apontavam os estudos internacionais sobre as competências dos jovens e dos adultos em literacia e leitura.

Para enfrentar essa situação, estipulou-se, em primeiro lugar, que o PNL deveria abarcar toda a rede educacional do país, e, em segundo, foi definida a questão dos prazos: era necessário que o plano tivesse a duração suficiente para que fossem alcançadas as suas principais metas. Optou-se então inicialmente por se estabelecer um período de pelo menos 10 anos, desdobrado em duas fases.

Com o objetivo de traçar as linhas mestras do PNL, foi definido um conjunto de objetivos de acordo com parâmetros internacionais, em especial os recomendados pela União Europeia (UE), em documentos sobre o desenvolvimento da literacia, e

⁴⁷ VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Educação. Lisboa (Portugal), janeiro de 2016, p. 91.

⁴⁸ VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. Op. cit., p. 1.

pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), particularmente as que decorrem de estudos elaborados pelo Pisa:

- Promover a leitura, assumindo-a como fator de desenvolvimento individual e de progresso coletivo;
- Criar um ambiente social favorável à leitura;
- Inventariar e valorizar práticas pedagógicas e outras atividades que estimulem o prazer de ler entre crianças, jovens e adultos;
- Criar instrumentos que permitam definir metas cada vez mais precisas para o desenvolvimento da leitura;
- Enriquecer as competências dos atores sociais, desenvolvendo a ação de professores e de mediadores de leitura, formais e informais;
- Consolidar e ampliar o papel da Rede de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares no desenvolvimento de hábitos de leitura;
- Atingir resultados gradualmente mais favoráveis em estudos nacionais e internacionais de avaliação de literacia.

Tais ações obviamente integravam um conjunto maior de objetivos, de estratégias em que se destacam tópicos como: a definição do público-alvo; a sistematização de um planejamento quanto ao incentivo às bibliotecas públicas e bibliotecas escolares; o estímulo permanente ao desenvolvimento de atividades promotoras de leitura visando abranger todos os jovens e crianças e jovens do país.

Em sua primeira fase de intervenção, o plano buscou a promoção da leitura orientada nas salas de aula com a disponibilização permanente de livros e definiu como público-alvo prioritário as crianças em educação pré-escolar e os primeiros seis anos do ensino básico. E, para tornar possível esse engajamento de crianças e jovens com a leitura, optou-se por mobilizar os principais responsáveis pela sua educação, ou seja, os educadores e professores, os pais e encarregados da educação, os bibliotecários, os mediadores e animadores de leitura. Afinal de contas, em educação, em especial nesse período da infância propícia à aquisição da leitura e da escrita, a influência do papel da família era mesmo determinante. O que, aliás, é amplamente corroborado por resultados de pesquisas acerca de programas lançados em diversos

países, em particular os que elegeram como público-alvo grupos socioeconômicos desfavorecidos⁴⁹.

Na sequência de sua abordagem sobre a fundamentação e aplicabilidade do PNL, e levando em conta o respeito pela autonomia pedagógica dos docentes visando a estimular a diversidade de perspectivas do plano, Maria Isabel Vilar explicitou outros princípios, prevendo, igualmente, possíveis dificuldades a serem encontradas em seu trajeto:

- O caminho para a aquisição de uma competência sólida no domínio da leitura é longo e difícil.
- Para se induzirem hábitos de leitura autônoma, são necessárias muitas atividades de leitura orientada.
- A aquisição plena da competência da leitura não exige apenas a aprendizagem da descodificação do texto. Para se atingirem patamares superiores de compreensão é indispensável uma prática constante na sala de aula e na biblioteca, bem como em casa, durante vários anos.
- O treino da leitura não deve ser remetido apenas para o tempo livre ou para casa, pois, se o for, em muitos casos não se realiza.
- A promoção da leitura implica um desenvolvimento gradual e só se atingem os patamares mais elevados quando se respeitam as etapas inerentes a esse processo.
- Para despertar o gosto pela leitura e estimular a autonomia é necessário ter em mente a diversidade humana, considerar as idades, os estádios do desenvolvimento, as características próprias de cada grupo, o gosto e o ritmo próprios de cada pessoa.
- Os projetos de leitura devem rejeitar tentações de modelo único. Exigem uma atitude aberta, flexível, onde caibam múltiplos percursos, os percursos que a diversidade humana aconselha a respeitar.
- Negar, ignorar ou atropelar estes princípios compromete e, por vezes, anula os esforços mais bem-intencionados de todos os que se empenham em generalizar o acesso à leitura e a veem como um bem essencial.

⁴⁹ VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Educação. Lisboa (Portugal), janeiro de 2016, p. 91.

Desse modo, definiu-se um conjunto de programas para a primeira fase do PNL, num prazo de cinco anos, estabelecendo-se como público prioritário as crianças dos jardins de infância (3 a 6 anos), do 1º ciclo do ensino básico e do 2º ciclo. Logo em sequência, estava programado o alargamento visando a alcançar estudantes do 3º ciclo, o que seria assegurado por meio do lançamento de programas específicos a partir do seu segundo ano de execução, e a estudantes do secundário a partir do lançamento da 2ª fase⁵⁰. E, para complementar o processo, previu-se a extensão dos programas de promoção da leitura ao contexto familiar, bem como a bibliotecas públicas e noutros contextos sociais. Para tanto, programou-se o desenvolvimento de campanhas de sensibilização da opinião pública, incluindo programas de informação e recreativos centrados no livro e na leitura, por intermédio dos órgãos de comunicação social.

Como vemos, no texto elaborado por Vilar, afirma-se que o PNL português (assim como o PNLL brasileiro) assume a promoção da leitura como uma prioridade política, reforçando o argumento de que as perspectivas cruzadas entre os dois planos é um assunto que estava carecendo de reflexão quando o assunto são as políticas nacionais voltadas à cultura literária. Além disso, ambos os planos foram concebidos e propostos com a perspectiva basilar de interferir positivamente na vida cultural e educacional das duas nações em questão.

1.2.1. Justificação do PNL

Do ponto de vista de sua linha propositiva, o PNL parte da premissa de que para analisar a problemática em foco, em seu país, em primeiro lugar é preciso considerá-la como técnica de leitura, que inclui fatores como: capacidade de decodificar vocábulos, aquisição de fluência, compreensão e interpretação dos textos, seja qual for o suporte em que se apresentem. Em segundo lugar, como literacia, no sentido de capacidade de usar o poder de ler na vida cotidiana, conceito também referido como “literacia de leitura”, para se distinguir de outras formas de literacia, como a numérica, a científica, a financeira, a de informação ou a digital.

⁵⁰ O ensino básico em Portugal compreende três ciclos, 1º Ciclo: 1º, 2º, 3º e 4º Anos. 2º Ciclo: 5º e 6º Anos. 3º Ciclo: 7º, 8º e 9º Anos. A título de ilustração, no Brasil compreende o ensino fundamental 1 e 2.

Finalmente, como hábito ou prática de leitura, isto é, a frequência e o modo como a leitura é praticada nas várias idades e nos diferentes contextos sociais.

O conceito mais utilizado para se referir à capacidade de ler e escrever era o da alfabetização. Consideravam-se alfabetizados todos os que fossem capazes de ler e escrever, ainda que a um nível muito rudimentar, geralmente graças à frequência da escola. O grupo dos alfabetizados incluía quem apenas conseguisse decifrar palavras ou escrever o próprio nome, mas igualmente quem não hesitasse perante textos complexos ou obras extensas e redigisse com total correção. Um âmbito tão abrangente não permitia dar conta da enorme diversidade de situações de pessoas e grupos perante a leitura e, assim, foram surgindo outros conceitos, como letramento.

Com efeito, a busca da literacia para todos os leitores do país e para os escolares, no caso, apresenta-se como uma das grandes marcas definidoras do PNL. Entretanto, por óbvio, ele avança em outras propostas e metas, como a de visar contribuir, pela leitura, para a emancipação dos cidadãos, para o exercício da cidadania, conforme reforça Vilar na justificação do plano:

Para viver com autonomia, com plena consciência de si próprio e dos outros, para poder tomar decisões face à complexidade do mundo atual, para exercer uma cidadania ativa, é indispensável dominar a leitura. Determinante no desenvolvimento cognitivo, na formação do juízo crítico, no acesso à informação, na expressão, no enriquecimento cultural e em tantos outros domínios, é encarada como uma competência básica que todos os indivíduos devem adquirir para poderem aprender, trabalhar e realizar-se no mundo contemporâneo.⁵¹

Dessa forma, Vilar defende, ainda uma vez, a necessidade de o PNL estimular os leitores a assumirem um posicionamento crítico sobre as coisas do mundo, dando prioridade aos textos literários para contribuir no aflorar de uma consciência crítica. Alerta, assim, para que Portugal assumia, com o plano, a boa ambição de trabalhar seriamente para fazer com que seus novos cidadãos se insiram no mundo contemporâneo dotados de espírito crítico e enriquecimento cultural, indispensáveis para crescer e se desenvolver do ponto de vista mais democrático.

Conforme ela reforça, era preciso desenvolver, com regularidade, atividades com o intuito de levar as pessoas a cultivar o interesse pelo livro e o prazer de ler, de

⁵¹ VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Educação. Lisboa (Portugal), janeiro de 2016, p. 91.

modo que “os níveis de leitura das crianças e jovens portugueses passassem a se aproximar dos padrões internacionais”⁵².

O PNL elegeu então como foco prioritário as crianças que frequentam os jardins de infância⁵³ e o ensino básico, porém sem descuidar em nenhum momento do estímulo gradual aos jovens do ensino secundário e aos adultos, numa intervenção pensada em termos de cidadania e ampla participação popular.

As medidas a serem lançadas de imediato, baseadas em informação científica disponível a partir de estudos desenvolvidos no próprio país e em outros centros de excelência no mundo, incluíram, em primeiro lugar, itens como: leitura orientada na sala de aula e apoio integral às bibliotecas escolares e bibliotecas públicas.

Todavia, o PNL não poderia deixar de levar em conta o papel da internet no mundo contemporâneo, em especial com crianças e jovens. Assim, baseou-se também em estudos sobre o papel dos recursos em suporte digital, de modo a se avaliar “as potencialidades do trabalho com computadores ou tablets nas dinâmicas da sala de aula”⁵⁴. De fato, os processos de aprendizagem do presente, e mais ainda os que se projetam para o futuro, precisam estar alicerçados nessas novas tecnologias de comunicação e integração das pessoas de um modo geral.

1.2.2. O PNL e os caminhos do letramento na leitura em Portugal

Para começar a falar de caminhos do letramento em Portugal, é necessário refletirmos um pouco, primeiro, sobre os livros, que são ainda o principal instrumento disseminador da leitura no mundo, e dos modos que eles têm sido utilizados, especialmente nos meios escolares.

Nesse sentido, no documento intitulado *Plano Nacional de Leitura: o que fazem os estudantes com os livros?*, de Maria José Gambôa, publicado em outubro de 2008, que é um dos textos-base aqui adotados para as referências ao PNL português, a autora discute a existência de discursos que deixam transparecer uma crise de confiança na perenidade da leitura, do livro, dos seus leitores e na escola enquanto lugar de formação leitora. E isso leva governantes, particularmente os da área da

⁵² VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. Op. cit.

⁵³ Em Portugal, ainda é usada a expressão *jardim de infância* para designar essa fase da educação pré-escolar (para crianças de 3 a 5 anos). Já no Brasil, não se usa mais; em lugar dela, se fala em *centros de educação infantil*.

⁵⁴ VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. Maria Isabel Girão de Melo Veiga. *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Educação. Lisboa (Portugal), janeiro de 2016, p. 28.

educação, a colocar a questão da leitura no centro das preocupações da agenda política nacional e internacional.

Assim como aconteceu no Brasil quando da implantação do PNLL, também nos países que integram a União Europeia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, algumas áreas da vida social tiveram participação específica e determinante na gênese de seus planos nacionais de leitura. Destarte, na elaboração de tais planos ganharam destaque, sobretudo, as áreas da educação e da cultura, setores que, como se sabe, têm grande poder de intervenção na vida dos cidadãos.

Um *plano* corresponde a um conjunto de grandes linhas que orientam uma vontade de intervenção, deriva de diretrizes políticas, abarca um conjunto amplo de temas ou aspectos a concretizar a médio ou longo prazo; um *programa* corresponde a uma primeira concretização do plano, aplicando as linhas diretrizes a um aspecto concreto; o *projeto* é a linha mais operativa da intervenção e corresponde ao desenvolvimento dos programas através de ações concretas e é a unidade mínima de atuação com sentido global em si mesma.⁵⁵

No caso específico de Portugal, as políticas de promoção da leitura, em tempos mais recentes, surgiram por iniciativa da então Secretaria de Estado da Cultura, com a constituição em 1980 do Instituto Português do Livro (IPL), cuja ação foi determinante para a criação de uma rede de bibliotecas públicas municipais, lançada em 1987 no quadro do *Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas*. Tal iniciativa tinha como objetivo central assegurar a criação, bem como o aperfeiçoamento de bibliotecas públicas por todo o país, tendo como parâmetros princípios e também normas de consenso em termos internacionais: diversificação de atividades direcionadas tanto para adultos quanto para crianças, coleções abrangentes e amparadas em diferentes suportes, livre acesso às estantes, o direito assegurado ao público frequentador de tomar livros e outros materiais em empréstimo domiciliar etc. E, quanto à estratégia de execução, o programa assentou-se no investimento em parcerias entre a administração central (no caso, o governo federal via Ministério da Educação) e a local (configurada nas prefeituras municipais e nas escolas).

⁵⁵ ALÇADA, Isabel. *O Plano Nacional de Leitura. Ler+ - Plano Nacional de Leitura: Fundamentos e Resultados*, p. 51.

Em linhas gerais, o Plano Nacional de Leitura – Portugal (PNL 2006-2027) pode ser descrito como uma iniciativa do governo lançada no ano de 2006 com o objetivo maior de melhorar os níveis de literacia e leitura dos portugueses.

De acordo com o site *Cartografias da Leitura*, da Cátedra Unesco de Leitura PUC-Rio, o PNL surge com a definição prévia de linhas de ação a serem levadas a efeito nas duas décadas seguintes, num trabalho dividido em duas fases e, dessa maneira, organizado:

Na primeira década de atividade, o projeto envolveu a realização de estudos, trabalho de promoção do livro e da leitura em todos os agrupamentos de escolas, envolvendo municípios, a Rede de Bibliotecas Escolares, professores, bibliotecários, pais e alunos. Uma das faces mais visíveis do PNL foi a criação de listas anuais de livros, recomendados para leitura para diferentes níveis letivos e em contexto escolar e familiar. Para a próxima década, o Governo anuncia que quer consolidar o que fez nos primeiros anos e desenvolver novas vertentes, envolvendo as famílias e a população em geral.⁵⁶

Em síntese, o Plano Nacional de Leitura traz, em seus princípios e finalidades, o objetivo central de elevar os níveis de literacia dos portugueses e colocar o país em igualdade de condições com os demais parceiros europeus. Destina-se, assim, a criar condições efetivas para que estudantes e o público em geral do país tenham plenas condições de alcançar os mesmos altos níveis de leitura já obtidos em nações mais avançadas nesse quesito no continente europeu. Assim, reafirma que essa iniciativa de Estado vem no sentido de fazer com que os portugueses se sintam plenamente dispostos a lidar com a palavra escrita, em qualquer circunstância da vida⁵⁷. E, dessa maneira, que estejam com disposição para “interpretar a informação disponibilizada pela comunicação social, ter acesso aos conhecimentos da Ciência e desfrutar as grandes obras da Literatura”⁵⁸.

Por isso, em Portugal, a emergência do Plano Nacional de Leitura, em contexto escolar, insere-se de modo consequente nesta perspectiva que abarca, ao mesmo tempo, orgulho pátrio e uma indisfarçável intenção de emular seus vizinhos no continente, além de cultivar um evidente saudosismo em relação aos grandes feitos

⁵⁶ CARTOGRAFIAS DA LEITURA. Cátedra Unesco de Leitura da PUC-Rio. iiLer – Instituto Interdisciplinar de Leitura / Cátedra de Leitura PUC-Rio. <http://cartografias.catedra.puc-rio.br/wp/> Acesso: 19/8/2019.

⁵⁷ VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Educação. Lisboa (Portugal), janeiro de 2016, p. 40.

⁵⁸ VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. Op. cit., p. 31.

da nação no passado. Para tanto, e, nesse sentido, uma das faces mais visíveis do PNL foi a criação de listas anuais de livros, recomendados para leitura para diferentes níveis letivos e em contexto escolar e familiar.

Para a segunda década (que começou em 2017 e vai até 2027), quando de sua concepção, o governo anunciou a intenção de consolidar o que fez nos primeiros anos e desenvolver novas vertentes, envolvendo “as famílias e a população em geral”, rumo a um futuro sem fronteiras, sobretudo, em direção ao “Oriente”, conforme veremos.

1.2.3. A segunda década: em busca da integração social

Já visando a cumprir a sua 2ª etapa, o PNL buscou apoiar e fomentar programas especialmente voltados ao ideal de favorecer a integração social por intermédio da leitura e da literacia, contando, para isso, com o apoio de diferentes suportes. Do mesmo modo, procurou favorecer e estimular “a formação dos diferentes segmentos da população – crianças, jovens e adultos; a inclusão de pessoas com necessidades específicas; o desenvolvimento articulado de uma cultura científica, literária e artística”⁵⁹.

Portugal, assim como outros países, sempre teve preocupação expressiva com o problema da educação, sabendo que a análise dos indicadores relativos ao letramento e às práticas de leitura tem revelado uma evolução sustentada, e, ainda assim, é amplamente reconhecida a necessidade de um maior investimento numa política pública de leitura. Nesse sentido, a ampliação e o reforço do PNL ganham mais uma década (2017-2027), aprofundando a articulação entre a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia enquanto eixos transversais da intervenção na esfera pública. Essa é a expressão do empenho do governo numa estratégia nacional de elevação dos níveis de letramento, visando qualificar a população portuguesa e prepará-la para as exigências da sociedade do século XXI.

A implantação dessa política pública como uma prioridade e um desígnio nacional pressupõe a leitura como instrumento de um conjunto de propósitos mais vastos, no contexto internacional, nas grandes metas para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, na Estratégia 2020 da União

⁵⁹ VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Educação. Lisboa (Portugal), janeiro de 2016, p. 31.

Europeia, esforços esses traduzidos, no contexto nacional, em termos dos objetivos do PNL2027.

O PNL2027 está sendo operacionalizado por meio da concretização de um conjunto de áreas de intervenção. Subjacente ao seu desenvolvimento está uma filosofia: de rede que se realiza pela cooperação entre setores da administração central e com o poder local; de parcerias com entidades públicas, privadas e da sociedade civil; e da colaboração com pessoas coletivas e individuais, buscando realizar um vasto conjunto de programas, projetos e atividades (PNL, 2017)⁶⁰.

Ainda segundo o plano, o foco de atuação está dividido em dez áreas:

1. Alargamento dos públicos-alvo;
2. Incentivo à prática da escrita;
3. Valorização de todas as literaturas.
4. Reforço da leitura por prazer;
5. Desenvolvimento da colaboração com as bibliotecas escolares, municipais e do ensino superior;
6. Aproximação com a literatura, as ciências, artes e tecnologias;
7. Colocação da leitura e da escrita no centro da escola;
8. Mobilização de pessoas qualificadas, experientes, criativas e inovadoras;
9. Levantamento, realização e disseminação de estudos científicos;
10. Exploração da web como espaço de partilha, difusão e comunicação.

Cada uma das dez áreas identificadas desdobra-se num conjunto de medidas, a serem executadas ao longo do período 2017-2027. O plano também prevê leituras orientadas, que incluem obras de autores portugueses e estrangeiros para os diferentes anos de escolaridade e que correspondem a diferentes graus de dificuldade, para que os educadores e os professores possam escolher os livros mais adequados aos estudantes das turmas envolvidas nos processos de aprendizagem.

Enquanto em Portugal o PNL se estrutura a partir da definição dessas dez áreas de atuação, dentre as quais a da *valorização de todas as literaturas*, no Brasil o PNLL

⁶⁰ PORTUGAL. Plano Nacional de Leitura. Disponível em < <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/> >. Acesso: 13/3/2018.

parte do estabelecimento de quatro eixos⁶¹, dentre os quais se destaca justamente a *democratização do acesso ao livro* e a outras formas de leitura.

Por isso, o Brasil formula um plano de leitura que apresenta como um dos seus ideais basilares a humanização, já Portugal, inclui entre as vertentes do seu plano o orientalismo. E é dessa diferenciação básica entre PNLL e PNL que passo a tratar no capítulo seguinte.

⁶¹ Cf. citado na Introdução: 1 - Democratização do acesso; 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores; 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; 4 - Desenvolvimento da economia do livro.

CAPÍTULO 2

2. NAS TEIAS DA HUMANIZAÇÃO (PNLL) E DO ORIENTALISMO (PNL)

2.1. Humanizar pela literatura

Neste tópico, de início, importa destacar que tanto na definição do PNLL quanto do PNL reside uma questão cujo fundo é essencialmente ideológico. Seja a perspectiva humanizadora do plano brasileiro, seja a perspectiva oriental que estrutura o plano português, trata-se de um problema dos significados da cultura nesses dois países, algo que é preciso compreender discutindo o ideário que sustenta cada um dos planos. Discutir o ideário, ou seja, discutir a ideologia que os norteia.

Então, na sequência desta análise, busca-se fazer um estudo sobre o PNLL e as mudanças no processo de elaboração das políticas culturais na esfera pública. Para tanto, propõe-se a análise de algumas das teorias culturais incorporadas ao texto do PNLL e que nos remetem a fragmentos da obra do crítico literário Antonio Candido (1918-2017), grande defensor da literatura como um bem humanista e que, pela amplitude do seu alcance e impacto, tornar-se-ia um direito universal. Acerca de suas ideias, lembre-se que o princípio da humanização tem as suas linhas mestras registradas no ensaio “O direito à literatura”, o que coincide fundamentalmente com as do texto do PNLL, mais especificamente nos parâmetros adotados na elaboração do livro *Plano Nacional do Livro e Leitura: Textos e História 2006-2010*⁶², organizado pelo professor José Castilho Marques Neto e co-organizado por Rosália Guedes e Luciana do Vale, em 2010. Minha discussão sobre a humanização relativa ao PNLL concentra-se neste momento particular de formulação das bases do plano.

Lendo Antonio Candido, destaca-se sua evidente identificação com a literatura, vendo-a como uma arte capaz de mexer de forma positiva com o imaginário coletivo, especialmente no caso dos brasileiros: “Constatemos de início [...] que as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm quase sempre assumido, no Brasil, forma literária”⁶³.

⁶² MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010, p. 14.

⁶³ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 9ª ed. Revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006, p. 137.

Para Candido, a influência literária na vida nacional é decisiva por dois aspectos: de um lado, a literatura registra a perene herança cultural que o Brasil recebeu da Europa, particularmente no campo das Humanidades, e, de outro, a falta de políticas públicas nacionais no sentido de melhorar o nível de instrução das pessoas e de estimular o trabalho de ordem intelectual:

A longa soberania da literatura tem, no Brasil, duas ordens de fatores. Uns, derivados da nossa civilização europeia e dos nossos contatos permanentes com a Europa, quais sejam o prestígio das humanidades clássicas e a demorada irradiação do espírito científico. Outros, propriamente locais, que prolongaram indefinidamente aquele prestígio e obstaram esta irradiação. Assinalemos, entre os fatores locais (que nos interessam mais de perto), a ausência de iniciativa política implicada no estatuto colonial, o atraso ainda hoje tão sensível da instrução, a fraca divisão do trabalho intelectual⁶⁴.

Ao ler o excerto, vê-se que para colocar em prática o projeto de formação literária da nação seria necessário desde muito antes um processo de modernização e divisão do trabalho intelectual, com a participação do Estado na formação de um público leitor. Contudo, isso não aconteceu de modo satisfatório no Brasil Colonial, Imperial, Republicano, até os nossos dias. O argumento de que a estruturação de um poder que execute as políticas de incentivo à leitura literária, envolvendo em primeiro plano o Estado, parece estar na base do raciocínio de Antonio Candido, conforme acabamos de ler.

Entende-se que a escrita corresponde a um salto no desenvolvimento humano em que a linguagem oral, os gestos, os sons que ficaram contidos nas palavras serão traduzidos em letras; assim, percebemos que cresce o valor simbólico do escrever.

Dessa forma, a leitura é uma das ferramentas reconhecidamente mais eficazes para a evolução da humanidade num sentido amplo, sendo capaz de potencializar questões concernentes às aptidões humanas para a superação do atraso tanto no campo profissional (do trabalho) quanto no campo puramente intelectual. Pode-se observar isso, por exemplo, em outro ensaio de Candido, “Direitos humanos e literatura”: é pela leitura que se consegue desenvolver em cada pessoa a capacidade de compreender a si mesma, a natureza ao seu redor, a sociedade em que está

⁶⁴ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 138-9.

inserida e seu semelhante⁶⁵, além de capacitar os indivíduos a agir com liberdade na organização de uma sociedade mais igualitária e globalizada.

No sentido lato, associamos a palavra leitura sempre que decodificamos alguma escritura, isto porque nos faz compreender e interpretar a mensagem escrita com que tomamos contato, entretanto, sabe-se que ela não se compõe só de textos; também se efetiva na interpretação textual, e temos, ainda, a interpretação de linguagens visuais como desenhos, mímicas, códigos de sinais marítimos, terrestres, luminosos e os gestos (em particular, a linguagem dos surdos-mudos). Toda vez que nos colocamos na condição de leitores de um filme, acontecimento ou desenho, estamos traduzindo simbolicamente alguma coisa.

A interpretação e a produção de sentidos podem ser construídas de maneiras diferentes, pois estão ancoradas no cruzamento entre aquele leitor que dispõe de competências específicas por conta de sua prática de leitura e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos que são seus⁶⁶.

As práticas de ler em diferentes objetos culturais circulam na escola a partir de referências de professores, os seus mediadores. Pode-se caracterizar a leitura no interior da escola como forma de trabalho. Nessa perspectiva, ao tomar como objeto as práticas escolares de ler sob o prisma de que são historicamente construídas, consideramos a leitura de livros e de outros suportes de impressos que evidenciam sua íntima vinculação com a escrita e a figura do leitor, este como um decifrador de letras e sinais gráficos.

Nessa época [por volta de 1980], os debates sobre os fins da escola e sobre os fins de “aprender a ler” dão lugar às indagações sobre os métodos e os meios de favorecer os aprendizados: todas as ciências didáticas, todas as ferramentas tecnológicas (a informática está de vento em popa) passam a ser convocadas para tal uso. (...) A leitura funcional e a leitura consumidora de objetos culturais só conseguem, portanto, penetrar na escola ao preço de uma remodelagem, imposta pelas limitações internas do espaço e pelas referências anteriores do corpo docente. Se a preocupação com a democratização levou a abandonar o patrimônio literário a favor de outros conteúdos de maior

⁶⁵ CANDIDO, Antonio. *Direitos Humanos e literatura*. In: ACR. FESTER (org.) *Direitos humanos e...* CJP. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁶⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão, 1990.

urgência ou mais atraentes, em compensação a escola não pode abandonar a leitura, seja ela qual for, como forma de trabalho.⁶⁷

Com vistas a oferecer uma resposta satisfatória a tal questionamento, o PNLL, em seu Caderno de Orientações (2006-2010), informa que o plano tinha como luta: “Pela transformação do Brasil em um país de leitores”, dentro do espírito do que disse o então ministro da Cultura Juca Ferreira: “A leitura é fundamental para a plena realização da nossa condição humana e da nossa capacidade de entender o mundo”. Em outras palavras, a leitura nos realiza enquanto sujeitos de direito ou contribui para nossa humanização.

Assim, a Política Nacional do Livro destaca o acesso e o uso do livro como direito do cidadão, também no sentido de buscar despertar na população o sentimento cidadão de pertencimento ao seu meio (ao seu país) como fator decisivo o progresso econômico, político, social e visando promover a justa distribuição do saber e da renda.

A construção de identidades e o avanço da qualidade de vida e experiência cidadã dependem da formação de sujeitos leitores que respondam não apenas a textos escritos, mas às textualidades diversas que constituem as práticas sociais do morar, conviver, comer, fazer, imaginar⁶⁸.

Lendo os cadernos do PNLL (PNLL: Textos e História, Caderno do PNLL – edição atualizada 2010 e Caderno do PNLL: edição atualizada e revisada em 2014), diversas palavras-chave aparecem no texto como elementos que caracterizam uma perspectiva humanizadora. A propósito, podem ser citadas: Direito Social, Inclusão, Democratização, Autonomia, Independência, Transformação, Equidade, Esperança, Empoderamento, Cultura, dentre outras. Conforme podemos aventar, todas elas constitutivas daquilo que Antonio Candido define como humanização conquistada pela leitura literária:

Entendo aqui por humanização o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota

⁶⁷ CHARTIER, A.-M; HÉBRARD, J. *Discursos sobre a leitura – 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995, p. 576-7.

⁶⁸ MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010, p. 154.

de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.⁶⁹

Partindo desse conceito de humanização, pode-se afirmar que no cerne do PNLL brasileiro reside a ideia de fazer do livro e das demais formas de leitura um instrumento de promoção de uma vida melhor para toda a sociedade; logo, o plano tem como objetivos agregar todos os esforços para contribuir na superação das desigualdades históricas, por meio de políticas, programas, projetos e ações continuadas, envolvendo governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e voluntários em geral, um verdadeiro processo humanizador.

[...] entendo que toda essa movimentação que tivemos e ainda temos nas várias camadas da sociedade civil e nas associações do setor, inclusive muitas vezes aglutinadas nos movimentos em torno da elaboração ou aplicação dos Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura, deve ser totalmente aproveitada para que as Prefeituras acelerem a implantação dos PMLL e, agora respaldadas por uma lei federal, possam criar mecanismos legais e regionais para empenhar recursos e projetar ações locais na formação leitora de suas comunidades. O Brasil leitor será uma realidade se cada Prefeitura se empenhar para ver cumprir os objetivos expostos na Lei da PNLE e nos objetivos e metas dos PNLL.⁷⁰

Portanto, trata-se de um plano que traz em sua formulação o ideal humanista como bandeira por excelência, com “o direito à literatura” de que fala Antonio Candido sendo proposto num vínculo muito forte com a ideia de participação democrática incluindo o governo federal, os estaduais e municipais e toda a sociedade brasileira, objetivando a sua realização.

2.2. O direito à literatura segundo Antonio Candido

... assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é ator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente a das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar.... (Antonio Candido)⁷¹

⁶⁹ CANDIDO, Antonio. “O Direito à Literatura”. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 182.

⁷⁰ PLATAFORMA PRÓ-LIVRO. Entrevista: José Castilho, pai da PNLE. Brasília, 21/5/2018. <http://www.crb8.org.br/entrevista-jose-castilho-pai-da-pnle>, p. 3. Acesso: 21/5/2019.

⁷¹ REVISTA PROSA VERSO E ARTE. *O direito à literatura – Antonio Candido*, p. 8. <https://www.revistaprosaversoarte.com/o-direito-a-literatura-antonio-candido/> >. Acesso: 4/3/2020.

No imaginário popular, as produções literárias em seus mais diversos formatos (desde os relatos orais até os folhetos de cordel, do livro impresso ao e-book) estão presentes o tempo inteiro. Nesse sentido, conforme observa Candido, a arte de contar histórias é própria dos seres humanos a ponto de o autor compará-la, em importância, à educação, sendo, portanto, um direito inalienável dos seres humanos.

No vasto campo das Humanidades, o direito configura-se em um domínio de conhecimento de vital importância da civilização humana desde tempos imemoriais. As noções: “isto aqui é meu, aquilo ali é seu”, “você pode fazer isto, mas não pode fazer aquilo” ou “isto aqui a nós pertence”, efetivamente fazem parte da vida cultural e moral dos agrupamentos humanos desde a Pré-História.

Quanto a isso, Antonio Candido nos adverte que pensar conscientemente em direitos implica, em primeiro lugar, reconhecer a equivalência entre todas as pessoas, ou seja, que aquilo que é tido por nós como indispensável também deve ser considerado igualmente indispensável para os demais seres humanos. Desse modo, segundo seu ponto de vista, “é necessário um grande esforço de educação e autoeducação” para que tenhamos condição de reconhecer sinceramente esse postulado dos direitos iguais. Porque, na verdade, a tendência que mais prevalece em cada um de nós é achar que “os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo”⁷².

Aos bens mais elementares da vida social como o alimento, a casa, a roupa, Candido vai chamar de incompressíveis.

Num primeiro momento, somos levados a pensar que a arte – aí obviamente incluída a literatura – estaria na categoria dos bens compressíveis, pela associação que comumente muita gente faz dela com as coisas menos palpáveis, menos necessárias à vida social, quando não supérfluas. Entretanto, para o autor do ensaio, a literatura e toda a forma de arte devem, sim, estar na categoria de bens incompressíveis, contribuindo para o desenvolvimento humano na medida em que se perfilam na categoria de direitos inalienáveis.

Neste ponto, aliás, sem se utilizar de eufemismos nem de meias-palavras, ele se mostra, ainda uma vez, francamente idealista em seu projeto de humanização (e de instrução, de educação) pela literatura:

⁷² CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 239.

[...] Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante.⁷³

Assim, de acordo com o pensamento do sociólogo, a literatura traz em si um poder transformador que abarca toda a nossa sociedade, configurando-se em importante meio de instrução e educação tanto no aspecto intelectual quanto afetivo. Dessa maneira, os bens literários devem ser igualmente disponibilizados a todos os cidadãos e cidadãs, de modo a garantir sua efetividade. Colocá-los à disposição de apenas uma parcela privilegiada da coletividade (que, como se sabe, historicamente corresponde à realidade observada no Brasil) é negar à maioria das pessoas a possibilidade de humanização e enriquecimento da personalidade, ou seja, não se pode, impunemente, negar às pessoas em geral a fruição artística que a leitura literária faculta.

Nessa mesma perspectiva, durante a entrevista com o professor Castilho, perguntei se o PNLL traz as marcas de um ideal, como esses apresentados por Antonio Candido. Respondeu que sim: que o fato de o plano se preocupar em democratizar a leitura tornando-a um direito de todo cidadão brasileiro, apesar da nossa história pátria excludente e discriminatória para a maioria da população, significou também um trabalho fortemente alicerçado pela realidade política e institucional no período de 2005 a 2010, quando o país foi governado com objetivos extremamente claros de inclusão social; ou seja, enquanto política de Estado. E, além disso, o cenário internacional no mundo ibero-americano, apoiado em instituições de auxílio internacionais, como a OEI, o Cerlalc/Unesco, entre outras, dava suporte político e conceitual para o crescimento sustentável baseado na valorização da ideia de desenvolver também as pessoas, contrastando com o período anterior, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, quando o desenvolvimento se alicerçou nos moldes do neoliberalismo, movimento oposto ao período em que foi erguido o PNLL. Em suma, Castilho disse: “Se há um ideal a ser buscado, ele foi objetivamente

⁷³ CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 243.

alicerçado em uma análise fina e racional do momento político, econômico e social do país e da região”.⁷⁴

No início deste tópico, lembrei a defesa feita por Candido de que as produções literárias estão presentes na vida dos seres humanos em todos os momentos. Registro a seguir essa passagem, para enfatizar a importância desse laço duradouro:

[...] por via oral ou visual; sob formas curtas e elementares, ou sob complexas formas extensas, a necessidade de ficção se manifesta a cada instante; aliás, ninguém pode passar um dia sem consumi-la, ainda que sob a forma de palpite na loteria, devaneio, construção ideal ou anedota. E assim se justifica o interesse pela função dessas formas de sistematizar a fantasia, de que a literatura é uma das modalidades mais ricas.⁷⁵

Por isso, de fato, se justifica – pelo menos em nível de ideal humanizante – colocar a literatura como uma das estratégias de destaque nos processos educacionais em qualquer lugar do mundo. Afinal, conforme o autor coloca no texto citado em epígrafe neste tópico, “ela (a literatura) é ator central de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade”⁷⁶.

Antonio Candido demonstra que a arte literária tanto pode ser útil no ensino por sua simplicidade e aspectos lúdicos (que a aproximam das fontes orais) quanto por sua inerente complexidade (que a identificam com a grande arte que é), porque tudo isso converge para a questão da humanização.

Um dos focos de sua abordagem nesse sentido, por sinal, diz respeito à dimensão da capacidade de a literatura interferir, em nível profundo, na própria ordenação das estruturas mentais dos leitores – especialmente de crianças e jovens, portanto, de estudantes, pessoas em formação. Segundo Candido, dentre todas as artes, talvez seja ela precisamente a dotada dos mais eficazes mecanismos de ordenamento de nosso mundo interior. Nas palavras dele: no mundo, em estado bruto, vigora um “caos originário” ao qual o objeto literário (livro) pode conferir maior capacidade de ali instalar a ordem: “Toda obra literária pressupõe esta superação do

⁷⁴ Trecho da entrevista com o Prof. Castilho.

⁷⁵ CANDIDO, Antonio. “A literatura e a formação do homem”. Revista IEL Unicamp, 2012, p. 3. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/viewFile/3560/3007>. Acesso: 25/6/2018.

⁷⁶ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 8.

caos, determinada por um arranjo especial das palavras e fazendo uma proposta de sentido”⁷⁷.

Lembre-se que o PNLL trazia em seu bojo, quando da definição de suas linhas mestras para a implantação em 2006, que o plano fora elaborado com um olhar voltado para a população carente, pobre e analfabeta, procurando incentivar “as aptidões humanas para a superação do atraso tanto no campo profissional (do trabalho) quanto no campo puramente intelectual”⁷⁸ – conforme consta nos documentos oficiais divulgados à época. É necessário que, para isso, a literatura se configure como uma ferramenta poderosa de inclusão plena dessas populações à vida cultural da nação.

A propósito, Candido sustenta que a produção literária tem o condão de tirar as palavras do nada, articulando-as em textos lúdicos de contos, fábulas, romances, crônicas, historietas. Para ele este é, justamente, o seu primeiro nível humanizador: “Isto ocorre desde as formas mais simples, como a quadrinha, o provérbio, a história de bichos, que sintetizam a experiência e a reduzem a sugestão, norma, conselho ou simples espetáculo mental”⁷⁹.

Formar-se implica um impulso constante de vida. Pressupõe construção, organização, atribuição de sentido às coisas, compreensão. E como compreender implica ação, tomar posição frente às injustiças sociais é um exercício da cidadania, da luta pela realização dos direitos do homem. Logo, o poder da formação é grande, poderoso, daí ser tão negligenciado, banalizado, barbarizado, mercantilizado, como um bem que se torna desprezível e barato, podendo ser vendido em qualquer comércio ou mercado. Se a formação (a educação) nos humaniza, negar isso aos homens é mutilar nossa humanidade.

No PNLL, efetivamente, a literatura entra como elemento capaz de produzir uma sonhada comunhão de propósitos, com uma pedagogia fundada na esperança e na humanização.

Humanização é um conceito cuja base está na antropologia, ou seja, nos estudos relacionados à nossa própria condição de homens. Dessa maneira, remete à ideia básica da diferenciação entre o homem e os outros animais, por causa de nossas

⁷⁷ CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 246.

⁷⁸ Cf. citado no início do capítulo 2 desta tese.

⁷⁹ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 34.

características pensantes, de discernimento, associação de ideias e uso da memória seletiva. E, coroando todo esse processo, a capacidade humana de elaborar isso em forma de escrita, o que implica no fato de a pessoa saber ler e escrever.

A propósito, no ensaio “Literatura como fonte de humanização, prazer e conhecimento”, a professora Lídia Silva Rodrigues reforça tal sentido de interpretação quando, a partir de uma leitura assentada em pensadores das bases da filosofia clássica, afirma que para uma pessoa ser considerada plenamente humanizada, por conseguinte, ela necessita, em primeiro lugar, ter aprendido a ler. E, não por acaso, por óbvio, ter a propensão para estabelecer com os outros humanos laços de amizade:

Essa ação começou com os filósofos da Antiguidade por meio de cartas que enviavam aos seus amigos com demonstrações de afeto e amor. A capacidade de fazer amigos por meio do texto foi o que contribuiu para a filosofia escrita conseguir manter-se contagiosa desde seus inícios até a atualidade⁸⁰.

Entre as proposições humanistas, e francamente idealistas, defendidas por Antonio Candido (que associo, em minha argumentação, no tocante às metas do PNLL), e a realidade objetiva, é certo que pode haver uma enorme distância, a ser devidamente considerada. Nem por isso, entretanto, se pode negar o fato de que a pessoa dominar a capacidade de ler é o primeiro passaporte para se tornar humanizado; e, se o fizer tendo como suporte obras literárias de grandes autores, ainda melhor, pois que o leitor, a leitora, estará partindo de um porto seguro de referências socioculturais e de estilo artístico.

E, já em sintonia com este tópico da tese, no Brasil tal ideia frutificou ainda mais. Com efeito, a humanização pela literatura é um marco de intenções tão presente nas letras nacionais, nas obras de tantos autores e autoras em todas as épocas da vida social brasileira, que se pode dizer que os dois conceitos são, por aqui, complementares e interdependentes. E é algo que o PNLL enfatiza com grande força ao enfatizar a leitura literária em nosso país.

⁸⁰ RODRIGUES, Lídia Silva. *Literatura como fonte de humanização, prazer e conhecimento*. PPGEEB/Cepae/UFG. Instituto Federal de Goiás (IFG). Jataí - GO, 2016, p. 136.

2.3. Uma ponte Ocidente-Oriente pela literatura

No contexto de elaboração do PNL, para Portugal, o Oriente representava mais uma “ideia” (um traço ideológico) do que uma realidade. Simbolizava, assim, uma época de grande relevância histórica, econômica e cultural para o país; na prática, o Oriente recordava um passado glorioso da nação. O Oriente é uma invenção; sobretudo, na época das grandes navegações e expansão do Império Português.

O Oriente que se depreende dessa “invenção” é o de terra idealizada, baú de reminiscências em que se mesclam valores, imagens, imaginações, oriundos de um território que é, acima de tudo, a mais fiel representação do Outro.

É precisamente isso que Edward W. Said, referência neste texto⁸¹, discute na introdução do clássico *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*:

... Oriente não é apenas adjacente à Europa, é também o lugar das maiores, mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, seu rival cultural e uma das suas imagens mais profundas e mais recorrentes do Outro. Além disto, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem ideia, personalidade, experiências contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. O orientalismo expressa e representa essa parte, em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais.⁸²

O excerto evoca a ideia do Oriente como uma *ilusão social*, emoldurado por estereótipos culturais que intensificam, ainda mais, a aura imaginativa que assevera ser esta região do mundo essencialmente “misteriosa” e, por vezes, impenetrável ou somente penetrável por conquistadores.

2.4. Traços de orientalismo em obras da literatura portuguesa

Na história das literaturas de qualquer continente há sempre o entrecruzamento de culturas e influências, seja por proximidade geográfica, seja por afinidades de língua, filosóficas ou de outra ordem. No caso de Portugal, é relevante se ressaltar o

⁸¹ Embora Edward W. Said não faça parte do grupo de elaboração do PNL, estou mobilizando-o para ajudar a compreender o problema, por sua relevância teórica quando se trata de orientalismo.

⁸² SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, p. 27-28. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

amálgama entre a literatura local e as literaturas de toda a Península Ibérica, assim como com as de linhagem oriental – especialmente as do Oriente Médio.

A valorização da cultura oriental começa a ter relevância a partir da insatisfação europeia com as suas próprias manifestações religiosas, sociais e políticas. A adaptação e apropriação de aspectos e ideias orientais pelos intelectuais do Ocidente foram muitas vezes um modo de colocar em pauta as organizações dominantes e canônicas, ou de simplesmente renovar e explorar novos horizontes.

Portanto, o Ocidente adota um posicionamento crítico comparando a si mesmo, e na comparação com o Oriente, cria inúmeras questões aos próprios fundamentos ocidentais. É neste contexto que surge o orientalismo, que analisa de um ponto de vista filosófico, psicológico, paisagístico e sociológico, o Oriente. Como consequência desse posicionamento, o orientalismo se transforma em um sistema que produz o próprio Oriente no Ocidente do ponto de vista político, sociológico, militar, ideológico, científico e imaginário.

Nesse contexto, a Europa desenvolveu-se rapidamente e conseguiu destaque em diversas áreas como em relação ao avanço industrial, tecnológico e militar. Com isso, nascem novas concepções de mundo e meios de como ele se organiza, com o centro desses ideais se posicionando na vanguarda civilizacional.

A relação humana transforma-se a partir dessas influências e transformações políticas, econômicas, sociais, mentais e espirituais ocorridas nesse período, e como consequência surge o princípio de inerente superioridade, que irá ratificar o seu domínio e a ocupação efetiva dos territórios não europeus.

No século XVI, o mundo estava em plena expansão marítima, os portugueses que inicialmente dominaram os mares e o comércio oriental permitindo a inúmeros visitantes, dentre eles, os missionários que, além de divulgação do Evangelho, foram influenciadores de grande relevância cultural. Nesse período, a Índia tornou-se o destino mais procurado e serviu como base da presença europeia no Oriente.

Ao longo do século XIX, o mundo foi se repartindo em colônias, dominadas pelas potências europeias, marcando o ápice do capitalismo e do imperialismo europeus, e a exploração da Ásia em grande proporção. Além dos interesses econômicos, o colonialismo também tem por consequência uma relação de desequilíbrio de forças, pela qual o colonizador se posiciona como ser superior ao colonizado. A consciência de superioridade levou Portugal a querer civilizar os povos considerados “inferiores” a partir desse posto.

O termo orientalismo é detectado pela primeira vez num dicionário português em 1873, ano em que acontece em Paris o I Congresso Internacional dos Orientalistas⁸³. Ainda nesse ano, Guilherme de Vasconcelos Abreu, tido como precursor dos estudos de sânscrito em Portugal, com o marquês de Ávila e Bolama e Possidónio da Silva, criou a Associação Promotora dos Estudos Orientais e Glóticos⁸⁴.

Também usado como instrumento de soberania ocidental, o orientalismo começa a se manifestar nos discursos dos intelectuais portugueses, mesmo sem correlação direta com os estudos linguísticos ou antropológicos.

Embora “Oriente” e “Ocidente” sejam termos ligados a uma perspectiva eurocêntrica e se tratem de uma invenção arbitrada para estabelecer pontos de referência no processo de deslocamento para a expansão comercial europeia, reporto-me a essas culturas perscrutando-as naquilo em que elas se afastam, se aproximam e se entrelaçam, de modo a elucidar as referências a cada uma delas e aos processos que lhes conferem peculiaridades em relação à visão de natureza. Ressalta-se que, em se tratando de Oriente, o foco está especialmente na Índia e na China, por serem os países de maior visibilidade internacional e também quanto à representação cultural no que concerne à relação homem/natureza.

Assim, o PNL, ao propor, entre suas linhas de ação, a articulação com o Museu do Oriente para tornar possível a ampliação de conhecimentos sobre essas culturas distintas, o faz por intermédio basicamente da literatura, indo desde Camões aos contemporâneos românticos, naturalistas, alcançando a poesia de Fernando Pessoa. Embora não tenha condições de adentrar o estudo desses autores e suas obras no presente contexto, importa destacar que parte dessa literatura evoca um sentimento de *orientalismo* como uma marca das “grandes obras da literatura portuguesa”, tais como *Os Lusíadas*, de Camões, à medida que remete às tradições exploradoras além-mar e colonizadores de Portugal.

⁸³ RAMOS, Manuela Delgado Leão. “Das contribuições portuguesas para o X Congresso Internacional de Orientalistas”. António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português. (2001). <https://manueladramoslivro2001.wordpress.com/indice/4-das-contribuicoes-portuguesas-para-o-x%C2%BA-congresso-internacional-de-orientalistas/> >. Acesso: 24/3/2020.

⁸⁴ CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

Isso porque no contexto do Plano Nacional de Leitura, o projeto *Leituras d'Oriente e d'Occidente* é central, pois se trata de uma parceria entre o Plano Nacional de Leitura (PNL) 2017-2027 e a Fundação Oriente Museu⁸⁵.

De acordo com documento divulgado pelo LER+, o projeto se justifica em termos de sua inserção na vida cultural da nação naquele momento:

[...] Num momento em que é necessário aumentar e diversificar leituras e reforçar competências leitoras multimodais, o projeto apresenta-se como uma oportunidade de os alunos lerem textos literários e não literários, articulando-se com o espólio do Museu do Oriente e, assim, ampliarem conhecimentos sobre culturas distintas e desenvolverem a sua curiosidade intelectual, criatividade e espírito crítico.⁸⁶

A estratégia de utilizar a leitura para conhecer as diversas produções culturais do Oriente, principalmente, pelo objetivo de levar as escolas a desenvolverem atividades junto às crianças e aos jovens dos ensinos básico e secundário, é muito importante. Com isso, os estudantes podem descobrir as trocas e os contributos civilizacionais mútuos de Oriente e de Ocidente, conforme destaca a síntese do projeto.

Partindo dessas ponderações, e após me debruçar sobre pesquisas relativas ao assunto nos sites oficiais⁸⁷ do governo português e, propriamente, na Fundação Oriente Museu, verifiquei que as abordagens de textos em língua portuguesa (de diferentes tipologias e de diferentes épocas) testemunham os contatos e o relacionamento entre Portugal e as culturas de povos que habitam o continente asiático.

Acerca da Fundação Oriente Museu, essa foi constituída em 1988 pela Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), como uma das contrapartidas impostas pela Administração de Macau à concessão, em regime exclusivo, da exploração do jogo naquele território de 1988 até 2001. A sede da Fundação Oriente fica em Portugal, mas com reconhecimento também em Macau, e conta com

⁸⁵ FUNDAÇÃO ORIENTE MUSEU. *A Fundação*. Disponível em <<http://www.museudoorientep.pt/>>. Acesso: 13/3/2018.

⁸⁶ ALÇADA, Isabel. *O Plano Nacional de Leitura. Ler+ - Plano Nacional de Leitura: Fundamentos e Resultados*, p. 1.

<https://books.google.com.br/books?id=ZwAoDQAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=isabel+al%C3%A7ada+o+plano+nacional+de+leitura&hl=pt->>. Acesso: 20/10/2019.

LER+, 2019, p. 1.

⁸⁷ Foram feitas pesquisas nos seguintes sites: <http://www.pnl2027.gov.pt/np4/home> > <http://www.apel.pt/pageview.aspx?pageid=131&langid=1>, <http://www.museudoorientep.pt/>

delegações na Índia e em Timor-Leste. Essa parceria tem como objetivo buscar a aproximação das culturas do Ocidente e do Oriente, mostrando a importância das relações de Portugal e da Europa com a nova Ásia e as relações econômicas.

O projeto *Leituras d'Ocidente e d'Ocidente* visa aumentar e diversificar leituras e reforçar competências leitoras, apresentando-se como uma oportunidade de os estudantes lerem textos literários e não literários e reforçando o debate acerca do Oriente enquanto espaço de memória histórica e sua importância na construção da identidade nacional portuguesa.

O projeto *Leituras d'Ocidente e d'Ocidente* é um programa em que as escolas são convidadas a desenvolver projetos que contribuem para:

- Estimular a leitura como possibilidade de viagem, alargando geografias, desenvolvendo o conhecimento e aprofundando a identidade histórico-cultural que marcam as relações entre as sociedades do Oriente e do Ocidente;
- Possibilitar o trabalho de articulação curricular;
- Melhorar as competências de leitura multimodal;
- Fomentar o gosto pelo conhecimento museológico pelo cruzamento de valores artísticos, filosóficos e religiosos, numa perspectiva global.

Tal projeto tinha em seu desenvolvimento a ideia de ser efetivado em dois anos (2018-2019) da seguinte forma:

- 1º Ano - seleção das leituras; escolha do tema (por exemplo: ópera, máscaras, danças, lendas e fábulas, porcelana, vestuário, arte do leque, religião, natureza etc.); pesquisa; formação realizada pelo Museu do Oriente aos professores coordenadores; visita dos estudantes ao museu;
- 2º Ano - desenvolvimento e apresentação do produto do projeto, nas instalações do museu.

O mais importante, em se tratando desta tese, quando se fala do projeto *Leituras d'Ocidente e d'Ocidente*, é destacar que o PNL tem enveredado pelas trilhas do orientalismo e no estudo das representações discursivas em Portugal. Cabe ressaltar que o orientalismo não se deve esgotar nas grelhas restritivas de uma

produção interessada do Ocidente, mas ser compreendido por toda a sua extensão conceitual, ou seja, é importante notar que essa corrente de pensamento foi um elemento valioso no desenvolvimento intelectual e cultural europeu.

Buscar conhecer o Outro, sua cultura e valores por meio dos livros, de fato, contribui não só para o desenvolvimento da curiosidade intelectual, criatividade e espírito crítico⁸⁸, como também efetiva tal contato de forma lúdica, com o estímulo da fantasia e da imaginação, algo implícito no PNL português e que no orientalismo é o seu eixo de irradiação.

⁸⁸ ALÇADA, Isabel. *O Plano Nacional de Leitura. Ler+ - Plano Nacional de Leitura: Fundamentos e Resultados*, p. 11.
<https://books.google.com.br/books?id=ZwAoDQAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=isabel+al%C3%A7ada+o+plano+nacional+de+leitura&hl=pt-> >. Acesso: 20/10/2019.
LER+, 2019, p. 1.

CAPÍTULO 3

3. PERSPECTIVAS CRUZADAS PNLL-PNL E LINGUAGENS DE HOJE

3.1. A correlação das políticas de leitura no Brasil e em Portugal

Neste primeiro tópico do último capítulo do estudo, o meu objetivo centra-se em fazer o contraponto entre o PNLL e o PNL em seus respectivos âmbitos sociais, baseado na metodologia de pesquisa Análise de Conteúdo, remetendo às possíveis perspectivas cruzadas entre os dois planos.

Agora, quanto ao recorte propriamente dito deste tópico, o primeiro ponto a se considerar é, sem dúvida, o que, aliás, está estampado em sua própria nomenclatura: ambos se autointitulam planos *de leitura*, logo, esta é a principal convergência deles, o que significa que a ênfase é no letramento. Todavia, de modo paralelo, há controvérsias, dicotomias observadas a esse respeito. Sim, pois se de um lado existem essas convergências de base, de outro, há de se levar em conta também muitos pontos em que eles se desencontram, em geral subliminar e tacitamente, diferenciando-se, ainda que pouco, dessa maneira.

Outra constatação que não se deve omitir aqui, em tais circunstâncias, a meu ver, é a da pequena disponibilidade de pesquisas no mundo editorial (em livros, jornais, revistas e outros periódicos da internet) relacionadas ao cotejo proposto nesta tese: o já mencionado recorte das perspectivas cruzadas entre o PNLL e o PNL. De fato, cada um dos planos, quando tomado isoladamente, tem sido bastante estudado no “cada um por si” de cada país; no entanto, muito pouco tem se discutido no âmbito acadêmico, ou mesmo jornalístico, quanto ao paralelo de objetivos e caminhos dos respectivos planos de leitura implantados no Brasil e em Portugal no ano de 2006.

A rigor, apenas dois estudos específicos, e que considero relevantes para a análise do tema, foram por mim encontrados. Então, optei por tomar a ambos como base do referencial teórico para esta parte do fecho argumentativo da tese. Cito os ensaios: “Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal”, publicado no Brasil⁸⁹, e “A literacia na perspectiva

⁸⁹ CAMILLO, Everton da Silva e CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. “Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal”, Revista ACB: *Biblioteconomia em Santa Catarina*. Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 113-130, dez./mar., 2019/2020.

dos planos nacionais de leitura no Brasil e em Portugal”, publicado em 2017, no país ibérico⁹⁰.

Neste tópico, apresento, em primeiro lugar, alguns destaques do estudo realizado por Camillo e Castro Filho (2019-2020) no que se relaciona às propostas e visão de alcance do PNLL ao longo de sua existência: seu foco está em realizar eventos; criar e manter bibliotecas e espaços de leitura; valorizar, acima de tudo, os profissionais da cadeia produtiva do livro; promover a circulação de obras não restritivas, a bibliodiversidade, elaborar planos do livro e da leitura, realizar incentivos com prêmios e com a concessão de bolsas de estudo.

Quanto à convergência na intersecção das linhas traçadas por ambos os planos nacionais, os autores do ensaio concordam em que eles se encontram:

[...] ao promover a leitura para que haja desenvolvimento social, assegurar a prática leitora por meio da criação de instrumentos de aferição de leitura e qualificar profissionais do universo da leitura, com foco nos mediadores desta⁹¹.

Com efeito, tanto o PNLL quanto o PNL se definem como políticas de Estado que se traduzem em amplos programas do governo. Para isso, em sua constituição, cada um deles dispõe de coordenações interministeriais articuladas com estados, municípios, empresas e instituições do terceiro setor, e ambos trazem objetivos próximos às suas respectivas sociedades. Nos dois, é a leitura o grande objetivo almejado e fator determinante no acesso às obras literárias e artísticas e suas riquezas culturais, na interpretação da informação disponibilizada pelos meios de comunicação, na formação e manifestação do juízo crítico e no desenvolvimento e circulação do conhecimento.

Notoriamente, as políticas públicas levadas a efeito pelo PNLL e o PNL objetivam que o uso do livro e das bibliotecas seja uma prática real nas suas sociedades imediatas – a portuguesa e a brasileira – para promover e assegurar a leitura.

Já no segundo recorte, nesta passagem, no que concerne ao ensaio “A literacia na perspectiva dos planos nacionais de leitura no Brasil e em Portugal”, os autores,

⁹⁰ FERNANDES, P. V. e VILARINHO, E. “A literacia na perspectiva dos planos nacionais de leitura no Brasil e em Portugal”. II Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação. (Eixo temático: Políticas Públicas Educacionais). Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2017.

⁹¹ CAMILLO, Everton da Silva e CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Op. cit., p. 113.

depois de reconhecerem a leitura como um bem essencial no mundo atual, até para o desenvolvimento econômico nas nações, falam dos objetivos do seu trabalho:

Este estudo teve como objetivo identificar as semelhanças e diferenças entre os planos nacionais de leitura do Brasil e de Portugal, ao nível da formulação política, governação e implementação. (...) E concluiu que eles apresentam algumas semelhanças na sua formulação política e na governação e dessemelhanças aos níveis dos destinatários, das práticas implementadas e influência dos interesses do mercado livreiro.⁹²

Como se sabe, e já tive a oportunidade de mencionar na tese, Portugal leva muito em conta a questão dos rankings de leitura e de aferição de outros conhecimentos, principalmente em relação aos seus vizinhos europeus. E, tomando por base levantamentos nacionais (por ex., o Estudo Nacional de Literacia), e internacionais (por ex., o Pisa), os governantes e/ou os formuladores de políticas educacionais eram obrigados a reconhecer uma relativa situação de desvantagem em tal aproximação. Desse modo, ao implantar o PNL, objetiva-se, em primeiro lugar, elevar o índice de literacia no país.

Ainda de acordo com Fernandes e Vilarinho (2017), o plano é lançado tendo prioritariamente em vista a formação de uma sociedade portuguesa alfabetizada e emancipada:

A fim de alcançar os objetivos, o plano apresenta quatro programas centrais ou nucleares, a saber: I - Promoção da leitura diária a partir dos Jardins-de-infância e nas escolas de primeiro e segundo ciclos nas salas de aula; II - Promoção da leitura no contexto familiar; III - Promoção da leitura em bibliotecas públicas e noutros ambientes sociais, e IV - Lançamento de campanhas que busquem sensibilizar a opinião pública, de programas de informação e de recreação voltados para o livro e a leitura por meio dos órgãos de comunicação social.⁹³

No prosseguimento de sua análise, os autores destacam os pontos de convergência e divergência entre o PNLL e o PNL.

⁹² FERNANDES, P. V. e VILARINHO, E. "A literacia na perspectiva dos planos nacionais de leitura no Brasil e em Portugal". II Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação. (Eixo temático: Políticas Públicas Educacionais). Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2017.

⁹³ FERNANDES, P. V. e VILARINHO. "A literacia na perspectiva dos planos nacionais de leitura no Brasil e em Portugal". II Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação. (Eixo temático: Políticas Públicas Educacionais). Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2017.

⁹³ FERNANDES, P. V. e VILARINHO. Op. cit.

Primeiro, quanto às semelhanças: I - O plano português teve influência de organismos internacionais como a OCDE do Pisa enquanto o brasileiro levou em conta parâmetros da OEI e do Cerlalc; II - Entre os principais problemas para tocar o seu plano de leitura, ambos os países enfrentaram limitações nos recursos financeiros e humanos; III - De igual modo, apresentam a mesma finalidade, ou seja, objetivar a formação de uma sociedade leitora; IV - Os valores simbólicos atribuídos à leitura também convergem, como ao relacionar excelência em leitura e sucesso acadêmico; V - Valorização de parcerias, tanto dentro da esfera pública quanto com o terceiro setor da iniciativa privada.

Já em relação a aspectos em que os planos diferem, eles são mais detalhados em seu estudo:

I. Eixo de intervenção – em Portugal o plano é preferencialmente direcionado para a população escolar, com ênfase nas bibliotecas escolares, as quais se constituem como recurso básico do processo educativo, enquanto que no Brasil é direcionado para toda a população; III. Avaliação e Monitoramento – apesar de constar no desenho dos dois planos a avaliação e monitoramento das suas ações, na prática a experiência dos dois países revela diferenças de atuação. O plano português é periodicamente avaliado. No Brasil, embora esteja registrado nos princípios norteadores do plano, ainda não foi avaliado; IV. Disponibilidade de Orçamento – o plano português conta com dois orçamentos, um que é destinado às escolas e outro para demais atividades de incentivo à leitura. No Brasil não há um orçamento específico para o plano; V. Participação da sociedade civil e voluntariado – o Brasil conta com a participação da sociedade civil, não apenas como parceira, mas principalmente para a formulação dos planos estaduais e municipais, e também com o trabalho voluntariado das pessoas que participam na implementação e desenvolvimento das ações de estímulo à leitura. Em Portugal a sociedade civil atua como parceira.⁹⁴

Em linhas gerais, com efeito, como já referido, os dois planos foram concebidos e propostos com a perspectiva basilar de interferir positivamente na vida cultural e educacional de Brasil e Portugal, entretanto, cada um dos países optou por dar ênfase

⁹⁴ FERNANDES, P. V. e VILARINHO. “A literacia na perspectiva dos planos nacionais de leitura no Brasil e em Portugal”. II Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação. (Eixo temático: Políticas Públicas Educacionais). Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2017.

⁹⁴ FERNANDES, P. V. e VILARINHO. Op. cit.

a um aspecto em termos de políticas nacionais voltadas a sua cultura literária, a falada e a escrita.

3.1.2. Separação entre fala e escrita: uma discussão superada

Numa abordagem feita em livro publicado em 2010 e que ainda hoje serve de referência para muitos estudos sobre o tema no Brasil, Marcuschi⁹⁵ defende um ponto de vista, por assim dizer central, no que tange à relação de fala e escrita nos processos escolares: a de que a existência de cada uma delas se complementa intrinsecamente com a outra: elas se cruzam, se mesclam a todo instante, jamais podem ser analisadas em separado e, menos ainda, como conceitos opostos.

De modo a marcar essa sua posição, ele inclusive cita (refutando, como é óbvio) uma interpretação do assunto defendida, entre outros, pelo padre jesuíta americano Walter J. Ong⁹⁶, segundo a qual o irromper da escrita no mundo teria significado “a grande virada” em termos de linguagem na História da Humanidade: “Para esses autores, nosso grau de desenvolvimento tecnológico e nossa capacidade de raciocínio formal seriam impensáveis sem a escrita”⁹⁷.

Conforme salienta o linguista e professor brasileiro, nada mais falso, e impossível de se defender, hoje em dia: tais teses já não se sustentam, sendo que seus próprios autores deixaram-nas de lado.

Nesta perspectiva, já nas primeiras linhas de *Oralidade e Letramento*, o professor afirma sua posição ao entender a língua como uma atividade eminentemente sociointerativa, histórica e cognitiva; portanto, não se prestando à exploração de oposições fixas, estanques, de dicotomias tais como oralidade versus escrita. A propósito, ele afirma logo de início que hoje “[...] já não se podem observar satisfatoriamente as semelhanças e diferenças entre fala e escrita (o contraponto formal entre as duas práticas) sem considerar a distribuição de seus usos na vida cotidiana”⁹⁸.

⁹⁵ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010.

⁹⁶ ONG, Walter J. *Oralidade e Cultura Escrita*. Trad. Enid Abreu Dobránsky. São Paulo: Papyrus, 1998.

⁹⁷ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 17.

⁹⁸ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 15.

Inserção na vida cotidiana pressupõe permanente movimento, dinâmicas de trocas sucessivas e uma simultaneidade que se formula nas espirais do tempo, no movimento das pessoas no mundo. O que, nos dias atuais, apresenta também a característica da transitoriedade, de algo capaz de se transmutar continuamente. Para o autor, com efeito, é muito importante observar a natureza das práticas sociais a que se remete o uso da língua (escrita e falada) num contexto amplo de relações.

Então, é preciso considerar que o uso da escrita permeia os mais diversos contextos da vida humana: a família; o dia a dia; o trabalho; a escola; a vida burocrática; a atividade intelectual.

A fala e a escrita são, sim, coisas distintas, mas, nem por isso, excludentes. Desse modo:

Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais e dialetais e assim por diante. As limitações e os alcances de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de sua realização: som de um lado e grafia de outro, embora elas não se limitem a som e grafia, como acabamos de ver. Em suma, eficácia comunicativa e potencial cognitivo não são vetores relevantes para [as] distinguir...⁹⁹

Como bem observa o autor, embora se imponha socialmente de forma contundente, nem por isso se pode afirmar a preponderância da escrita sobre a oralidade. Um posicionamento que ele, inclusive, expressa claramente: "... sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como *um ser que fala* e não como *um ser que escreve*"¹⁰⁰.

Na verdade, o homem é originalmente *um ser que fala*, porém, com o avançar da civilização e das próprias demandas geradas pela sociedade, ele se tornou, também, *um ser que escreve*.

Quando se trata de abordagem envolvendo a fala e a escrita na escola, obviamente, para nós da área de letras/linguagens e educação, isso ganha um sentido mais relevante e urgente.

⁹⁹ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 17.

¹⁰⁰ MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Op. cit.*

O conceito de letramento, conforme destacado ali, remete à ideia de se ter (adquirir) a competência necessária para ler e interpretar os textos e demais signos, verbais e não verbais, da língua, de modo que o leitor/cidadão tenha a condição de se inserir com desenvoltura na vida sociocultural de seu tempo. Conforme ficou registrado naquela passagem, ele surge para responder à necessidade de se reconhecer e nomear as práticas de leitura e de escrita, bem como fazer o uso competente e frequente delas.

No caso específico do Brasil, a discussão sobre letramento de certa forma levou a um apagamento da especificidade do processo de alfabetização, conforme aponta Magda Soares¹⁰¹.

Na contemporaneidade, a propósito, é oportuno registrar o raciocínio de Eni Puccinelli Orlandi expresso em obra publicada no ano de 2001: ao refletir sobre um livro dela mesma, no seu campo de estudos preferencial (o da análise do discurso), ela traça um paralelo entre o dito “leitor empresarial” (o *leitor profissional*, já mencionado¹⁰² e aquele que lê pelo prazer, ou seja, fruição):

Em um trabalho mais recente (E. Orlandi [org.], 1998), procuramos caracterizar a forma histórica do leitor na atualidade, tomando como referência a escola, a imprensa, a favela, a zona rural, o cotidiano urbano, a cultura indígena, os projetos acadêmicos etc. visando compreender a constituição de um perfil linguístico-histórico de um leitor atual brasileiro que se enquadra no que chamamos “perfil empresarial” (um leitor de quantidade, de resumos, com fins estritamente pragmáticos etc., que não “saboreia” a leitura).¹⁰³

No desdobramento imediato de sua análise, Orlandi reflete acerca desse *leitor empresarial* como aquele que se constitui “com sua leitura linear, superficial, de aparência e em quantidade”¹⁰⁴.

Ora, a pressa de ler e armazenar rapidamente conteúdos diversos ao mesmo tempo como num “saco de letras”, também tão típica do mundo atual, implica em estar imerso em um processo que não deixa de ser superficial. Até em razão do bombardeio de informações a que todos estamos expostos continuamente, dentre o que selecionamos, é preciso saber interpretar, pois, ainda como observa Orlandi¹⁰⁵, a

¹⁰¹ SOARES, M. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

¹⁰² Cf. citado no capítulo 1, tópico 1.1.3 O PNLL e as políticas de incentivo à leitura.

¹⁰³ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas - SP, Pontes, 2001, p. 23.

¹⁰⁴ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., p. 24.

¹⁰⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit., p. 68.

leitura inteligente e produtiva pressupõe “interpretar... atribuir sentidos, mesmo porque eles não existem a priori”.

Por falar no *leitor empresarial* de que trata Orlandi em seu texto, aquele que lê linear e de forma rápida e superficial, e se importa muito com as aparências, que precisa e/ou quer aparecer socialmente e, até por isso, lê ou, pelo menos, diz ler em grande quantidade, há que se refletir um pouco; é preciso considerar o impacto acarretado por esse modo de ler e consumir material escrito. Logo, a ocorrência desse tipo de agente leitor (o leitor-consumidor) deve ser devidamente levada em conta no âmbito da presente discussão.

Até porque, de outro lado, existe no mundo acadêmico a defesa da perspectiva da chamada “leitura funcional”, feita, por exemplo, por Anne-Marie Chartier. Para ela, tal tipo de leitura deve andar de mãos dadas com os textos imaginários ou lúdicos, pois, para ela, é justamente essa falta que define hoje o iletrismo. E, dessa maneira, reforça o quanto se torna relevante, cada vez mais, dimensionar um universo tão amplo e multifacetado quanto possível nos conteúdos a serem veiculados pelos meios digitais na disseminação de tais informações:

As leituras de utilidade ou de trabalho informam, esclarecem, mas também solicitam informações e esclarecimentos. As situações interativas se tornaram a norma a partir do momento em que os suportes de leitura passaram a ser máquinas, mas a chegada de ferramentas digitais permitiu que uma nova fronteira fosse ultrapassada, marcando um ponto sem retorno. Basta observar os adolescentes que “batucam” em seus smartphones. Para eles, ler é comunicar. Muitas mensagens são escritas, não redigidas, de forma que as normas da oralidade entre iguais suplantam as normas da correspondência que ainda regem os e-mails. Algumas mensagens a ser “lidas” nem mesmo são textos: enviam-se e recebem-se fotos, vídeos, músicas, emoticons, como se a urgência fosse a troca. É preciso “manter contato”, garantir que se está conectado.¹⁰⁶

Ressalto que essa “volta dentro de si mesma” na história da leitura, quando a humanidade evolui da oralidade para a escrita e desta, de novo, retorna para a valorização plena das práticas orais (em especial, no caso da produção literária), estabelecendo-se uma produtiva fusão entre ambas, parece, mesmo, a esta altura dos acontecimentos, algo já cristalizado.

¹⁰⁶ CHARTIER, Anne-Marie. “Os três modelos da leitura entre os séculos XVI e XXI: como as práticas sociais transformam os métodos de ensino”. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, PR, v. 16, n. 1 (40), p. 275-295, jan./abr. 2016.

Assim, segundo o pensamento da autora, tal ocorrência, que muitos chegam a apontar como o fim do modelo da leitura “receptiva” (no qual o ato da leitura e o ato da escrita eram mantidos como instâncias separadas), ainda não se cristalizou; todavia, isso pode, sim, ser considerado. Para ela, é evidente que aquela posição de predominância do modo de ler “receptivo” está mesmo bastante ameaçada.

O que estava em jogo quando ela publicou o seu ensaio, em 2016, e segue a nos questionar, pois, é a instituição de um novo paradigma no tocante às formas com que compreendemos hoje a questão do letramento social e, em consequência, das formas de entrada das crianças nos domínios da escrita.

3.2. A emergência da leitura digital no mundo contemporâneo

Em mais de uma passagem no desenvolvimento desta tese, tive a oportunidade de salientar o quanto a questão do suporte adotado para ler em contextos diversos se mostra relevante na própria definição das linhas mestras do Plano Nacional do Livro e Leitura, no Brasil, e do Plano Nacional de Leitura, em Portugal. Quanto ao impresso, nem há o que se discutir, posto que, ainda hoje, quando falamos “livro”, nossa mente quase sempre visualiza o objeto físico, um livro à mão sendo folheado, apreciado, lido. Dessa maneira, antenados com o tempo presente, tanto o PNLL quanto o PNL também focam, devidamente, a emergência do livro digital no momento da definição das estratégias para a execução de seus programas.

Com efeito, já nos próprios documentos-matrizes do PNLL e do PNL, tal traço é destacado, com os formuladores de ambos os planos deixando bastante clara a importância de sublinhar a emergência e consolidação das mídias digitais no mundo contemporâneo.

De olho no futuro próximo (os dias de hoje) que então se descortinava, o PNLL, na projeção feita quando de seu lançamento em 2006 para a segunda fase (2018-2027), estabelecia a proposição de se adotar ferramentas destinadas a responder às demandas de estudantes quanto a práticas contemporâneas de acesso e fruição da leitura, dentre as quais sobressaem as bibliotecas digitais. É certo que o faz de maneira ainda tímida, e pouco fundamentada quanto a sua aplicação, mas o faz. Já o PNL, em Portugal, é bem mais explícito e contundente nesta perspectiva. Assim, no documento em que se configura o conjunto de áreas de intervenção propostas para a concretização do PNL2027, menciona-se uma rede resultante da cooperação que

envolve “entidades públicas, privadas e da sociedade civil, com a colaboração de pessoas coletivas e individuais, buscando realizar um vasto conjunto de programas, projetos e atividades (PNL, 2017)¹⁰⁷. Nesse documento, conforme registrado no tópico desta tese: **1.2.3. A segunda década: em busca da integração social**, o foco de atuação, dividido em dez áreas, tem o seu fecho justamente com o seguinte: – 10. *Exploração da web como espaço de partilha, difusão e comunicação*.

Ao propor metas de interação das diferentes formas de comunicação da atualidade, na essência de ambos os planos a conjunção dos meios digitais com os relatos orais passa a ganhar corpo, inevitavelmente.

A utilização das diversas ferramentas possibilitadas pela internet no quesito leitura aponta para aquilo que se pode chamar de “o ensino da fala na escola”. Para tanto, como argumenta Marcuschi, há de se considerar fala e escrita sempre como instâncias complementares, nunca competindo entre si.

Assim, os desafios que se colocam diante da sociedade hoje em dia, bem como das instâncias governamentais dos países envolvidos com a execução de planos nacionais de leitura a exemplo de Brasil e Portugal, a efetiva inclusão dos estudantes também em relação aos meios digitais é, sem dúvida, uma das principais demandas a serem atendidas.

É dessa abertura ao novo e dessas interfaces e conexões que, afinal, se trata aqui e que me proponho a analisar no próximo tópico deste trabalho.

3.3. PNLL e PNL e as linguagens de hoje

Na condição de fator limitante para uma performance satisfatória de planos de inserção cultural que se propõem como de largo alcance em um dado país (como o PNLL e o PNL), há que se considerar, entretanto, a particularidade da fragmentação das sociedades ao longo do tempo. Conforme lembra Néstor Canclini¹⁰⁸ – num contexto no qual trata da realidade latino-americana como um todo –, a ideia de urbanidade não se opõe à de mundo rural ou comunidade, já que elas se articulam e

¹⁰⁷ PORTUGAL. Plano Nacional de Leitura. Disponível em < <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/> >. Acesso: 13/3/2018.

¹⁰⁸ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

se confundem pela força e grande capilaridade dos meios de comunicação eletrônicos.

Não se trata, aqui, das relações secundárias sobre as primárias, da heterogeneidade sobre a homogeneidade, pois isso não é atribuível unicamente à concentração populacional nas cidades. Assim, Canclini aborda a ideia de que a cidade e o meio rural se articulam pela mídia eletrônica. O meio urbano pode ser considerado um aglomerado de pessoas com diversas culturas tradicionais, trazendo do meio rural as suas ideologias e todo o seu modo de viver. As novas misturas interculturais são classificadas como processos de hibridação¹⁰⁹.

Com a hibridação que ocorre nos espaços urbanos, cada vez mais as pessoas tendem a adaptar-se a novidades, a novos espaços e a novas configurações da vida em sociedade. É na multiculturalidade que ocorre a hibridação; trata-se de um contexto de tensões que Canclini chama de “heterogeneidade multitemporal”¹¹⁰.

É, em especial, no âmbito da multiculturalidade transfigurada em hibridação cultural que os meios digitais de informação vêm ganhando cada vez mais espaço entre nós. E os programas relacionados à leitura, por óbvio, devem responder a essa demanda. Assim, um plano efetivo de estímulo à leitura vai bem além do que valorizar tão somente a figura do livro enquanto objeto físico (assim como o jornal, a revista, o gibi, o zine, o mangá), ou seja, o material impresso.

Por isso, nesta perspectiva, não se pode deixar de mencionar o papel das bibliotecas no mundo contemporâneo, pelo tanto que passaram a comportar, também e necessariamente, os recursos digitais disponíveis. Logo, a biblioteca, em sua condição de uma das bases da chamada cultura letrada, nos dias de hoje encontra-se cada vez mais ligada ao universo informacional da sociedade atual. E pode, conseqüentemente, contribuir para “promover experiências criativas do mundo da informação”. Afinal, como afirma a autora citada na sequência do ensaio, bibliotecas são espaços públicos por excelência que podem “aproximar o aluno de uma realidade que ele vai vivenciar no seu dia a dia, como profissional e como cidadão”.¹¹¹

¹⁰⁹ CANCLINI, Néstor García. Op. cit.

¹¹⁰ CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995 - p. 72.

¹¹¹ CAMPELLO, Bernadete Santos et al. *A Biblioteca Escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 64p. (Coleção Biblioteca Escolar - 1).

Por falar no assunto, o quesito em tela também é tema de debate em uma matéria¹¹² da *Folha de S.Paulo* publicada em 2019 no caderno especial “Seminários Folha” tratando dos rumos atuais do PNLL. No texto, a repórter destaca os resultados positivos observados sempre que se oferece estrutura, acervo e atividades pedagógicas direcionadas ao fomento à leitura. E cita, inclusive, conclusões do estudo *Retratos da Leitura no Brasil* realizado em 2018, o qual, nas palavras de sua coordenadora Zoara Failla, teve por objetivo “medir o impacto das bibliotecas escolares. O segundo, descobrir que aspectos precisam ser garantidos para que tenham esse impacto”¹¹³.

Todavia, os dados obtidos mostram que somente o fato de se dispor de biblioteca pode não ser suficientemente eficaz: é necessário que ela seja equipada com todos os recursos hoje disponíveis:

Os resultados mostraram que escolas onde a biblioteca dispõe de um espaço bem iluminado, com mobiliário adequado, se saem melhor no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: apresentam Ideb 0,2 maior em relação às que têm biblioteca, mas sem a estrutura física adequada. (...) Para fins de comparação, o Brasil inteiro cresceu 0,3 ponto no Ideb entre 2015 e 2017.¹¹⁴

Outra observação relevante feita pela jornalista é a dos fatores apontados pelos pesquisados em cada escola (diretor, professor de português e responsável pela biblioteca). Na entrevista, elaborada com um total de 60 questões, eles apontaram: qualidade do espaço físico; acervo; atendimento e pessoal; serviços e atividades curriculares e extracurriculares; recursos eletrônicos.

Quanto a esse último fator, uma observação se faz necessária: a rápida, para não dizer instantânea, adaptação dos leitores ao formato digital que, como se sabe, é uma conquista recente da humanidade, e ainda mais observável entre nós brasileiros, apresenta-se na condição de uma das prioridades do debate em foco. Nesse sentido, reforçando as palavras de Sodré¹¹⁵: o Brasil passou abruptamente de um estágio de oralidade para a cultura do audiovisual em meados do século XX, quando a “indústria cultural” se fez onipresente entre nós, sem que houvesse efetiva mediação dos livros

¹¹² LAGE, Amarílis. “O desempenho dos alunos é melhor se a escola tem biblioteca”. *Folha de S.Paulo* [Seminários Folha] – Economia da Arte, 3ª edição. São Paulo, 28 de setembro de 2019 - p. 11.

¹¹³ LAGE, Amarílis. “O desempenho dos alunos é melhor se a escola tem biblioteca”. *Folha de S.Paulo* [Seminários Folha] – Economia da Arte, 3ª edição. São Paulo, 28 de setembro de 2019 - p. 11.

¹¹⁴ LAGE, Amarílis. Op. cit.

¹¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 94.

e materiais de leitura, uma vez que esta nunca chegou a alcançar largas faixas da população, restringindo-se a pequenos e localizados grupos sociais.

A se considerar, no caso, o poder de youtubers, influencers digitais nas redes sociais, especialmente, com o uso cada vez mais frequente e indispensável do celular, hoje a realidade aponta para horizontes bem mais amplos, nesse prisma.

Na verdade, é um novo tipo de público leitor que está sendo formado. E, concomitantemente, por consequência, também a indústria editorial (do livro físico e eletrônico) se adapta a este tempo, com a oferta de material para ser lido, visto, ouvido e “sentido” por essa gama de leitores sempre ávidos por novidades.

De um lado, temos de refletir que os livros digitais, por si sós, não têm o poder de aumentar o índice de leitura de uma comunidade ou de um país, conforme sustentam alguns pesquisadores, para quem a mudança de suporte não pode oferecer tal garantia de aproveitamento, a ponto de transformar uma pessoa em leitora. Inclusive, nesta direção, alguns pesquisadores acreditam que o livro, quando lido em aplicativos de dispositivos móveis, é possível que o seu leitor se distraia em jogos e outros interesses, logo, a leitura propriamente dita pode ser um tanto quanto “pulverizada” em meio a tantos atrativos. Por outro lado, entretanto, muitos sustentam que os *e-books* são capazes de eliminar barreiras para a leitura, na medida em que ampliam o acesso ao livro.

Entrementes, como acontece em toda revolução no meio cultural, as coisas vão se processando aos poucos, levando-se em conta os avanços pretendidos – talvez, apenas entrevistos, imaginados – e aquilo que efetivamente é possível se realizar no contexto de uma dada comunidade de leitores.

Num recorte dessas “fotografias”, cito uma pesquisa recente, realizada pelo Instituto Pró-Livro¹¹⁶ quando publicou a 5ª edição do estudo *Retratos da Leitura no Brasil*, que proporciona um panorama da leitura no país, na qual ampliou seu escopo de modo a conhecer os novos hábitos dos leitores, por exemplo, em ambientes online ou fazendo uso de dispositivos eletrônicos. Segundo o instituto, a leitura é libertadora, transforma, informa, emociona e humaniza, ela traduz e nos aproxima do que é humano em diferentes tempos, lugares, sentidos, culturas e sentimentos.

¹¹⁶ O IPL é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), sem fins lucrativos, criada e mantida pelas entidades do livro – Abrelivros, CBL e Snel – com a missão de transformar o Brasil em um país de leitores. Acesso: 19/3/2021 (<https://www.prolivro.org.br/>)

A pesquisa revelou que quando se trata de assuntos do momento na internet as suas vendas podem crescer exponencialmente. Ou seja, são os temas abordados que tenderão a motivar a compra de livros. Logo, o impacto mais intenso do digitalismo que a pesquisa revela não está associado ao acento individual dos influencers, mas incide sobre dois itens bem relevantes na influência da escolha de um livro entre leitores: “tema ou assunto” (33%) e “dicas de outras pessoas” (12%).

Quanto à mudança do público-leitor para o amigo-seguidor: o leitor plataformizado, a imersão na vida digital, sobretudo entre os 32% que priorizam a compra de livros exclusivamente em livrarias online, está mais correlacionada com a compra do livro em função do autor.

Foi perguntado também sobre se ler notícias na internet é um hábito mais presente na vida adulta. O resultado revelou que ler notícias, assim como jornais e revistas, é uma atividade cotidiana de 23% dos que usam a internet. Ler notícias na internet é um hábito mais ligado à população adulta. Se contrastarmos os extremos dos mundos adulto e jovem, veremos que o grupo etário de 50 a 59 anos (32%) lê notícias duas vezes mais que o de 18 a 24 anos (16%). Já ler livros em ambientes da internet é um hábito mais infanto-juvenil (13% entre quem tem de 11 a 17 anos), mais do que o dobro em relação a outras faixas etárias, como, por exemplo, 18 a 24 anos (6%) e 50 a 69 anos (4%).

É a troca de mensagens o principal espaço interativo da leitura e da escrita online: 67% dos entrevistados não leitores mencionaram a troca de mensagens via WhatsApp ou chat do Facebook como uma das atividades mais realizadas na internet. Já entre leitores, esse mesmo item soma 55% das respostas.

Uma das questões que me chamou bastante a atenção está relacionada à forma como os leitores buscam mais conhecimentos aprofundados na internet. A pesquisa revelou que 81% dos leitores utilizam meios eletrônicos para aprofundar um conhecimento particular; 64%, para estudar e fazer trabalhos escolares (praticamente o dobro em comparação com o índice de 34% entre os se dizem não leitores); mais da metade (53%) leem livros na tela de dispositivos computacionais; e 64% têm o hábito de baixar livros, enquanto apenas 17% e 9%, respectivamente, entre não leitores. Entre aqueles com ensino superior, 92% leem notícias e informações e 89% aprofundam conhecimentos sobre os seus temas de interesse na internet. Essa mesma atividade é foco de 54% e 60% entre os que têm apenas o ensino fundamental de 1ª a 4ª série.

Dentre as aparentes novidades de nosso tempo, há que se destacar, ainda, o audiolivro ou “livro para ouvir”. Em que pese a superficialidade desse formato, trata-se de um meio de “ler” rápido, muito rápido – isso é indiscutível. Antenados com o espírito do tempo, muitos leitores, de todas as idades, têm embarcado nessa onda, pela qual, segundo dizem, são capazes de “devorar” grandes clássicos da literatura universal em curtos períodos, e mais: em uma programação intercalada com outros afazeres do dia a dia. Caso, por exemplo, de outro relato registrado em jornal: este feito por Ricardo Camps, sócio da Tocalivros, uma plataforma criada no fim de 2014 e que já tem quase 2,4 mil audiobooks e 15 mil e-books, cujo foco é a publicação de autores independentes:

Comecei a ouvir muito audiolivro uns três anos antes [*em 2011, portanto*]. (...) Primeiro, com livros técnicos, sobre negócios e carreira; depois passei a experimentar outros conteúdos. Escutei *Crime e Castigo* em 20 horas. Devo ter ouvido em três semanas, fiquei fascinado. É um autor que eu não leria. É muito grande, uma literatura muito densa.¹¹⁷

Em tempos de “digital natives”, aqueles os quais, no entendimento de Roger Chartier, guardam em suas mãos uma possível resposta do futuro¹¹⁸, o audiolivro, juntamente com outros formatos de mídias eletrônicas, tem, de fato, um largo caminho a abrir e percorrer. O tempo (ou a falta dele), esse bem cada vez mais caro para o homem contemporâneo, ainda mais para os habitantes das metrópoles e grandes cidades, corre a favor das mídias digitais pela inquestionável capacidade que estas têm de se adaptar aos mais diversos meios e espaços em que podem operar. Seja dentro do ônibus ou do metrô, nos pontos e terminais de transbordo de passageiros, elas estão presentes. E ajudando o mundo da leitura a andar.

Entretanto, nos dias de hoje, cabe a pergunta: com esses novos meios técnicos de leitura, o desafio da humanização, no caso brasileiro e do orientalismo, no caso português, ainda se colocam? Na verdade, não tenho esta resposta, embora considere que este é um dos desafios dos planos na atualidade: manter seus princípios norteadores.

E é sobre isso que quero discorrer aqui, visando à conclusão do trabalho.

¹¹⁷ MOLINA, Nathalia. “Inteligência artificial e plataforma de áudio fortalecem ramo editorial”. Caderno 2 do jornal *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

¹¹⁸ Conforme citado na Introdução da tese.

3.4. Desafios dos planos de leitura: o “pós-PNLL” e o PNL hoje

No Brasil de 2021, quando finalizo esta escrita, considerando o atual governo e suas reiteradas investidas visando ao desmantelamento de qualquer proposta razoável para a educação e a cultura, na verdade, pode-se dizer que o PNLL sequer existe mais. Conforme já afirmei, aquela que era para estar sendo a sua segunda fase em andamento (2018-2027) sequer saiu do papel. Então, nesta reta final do capítulo, penso ser oportuno que se passe a considerar esta realidade: a de estarmos vivenciando já o “pós-PNLL brasileiro”. E, obviamente, refletir sobre os caminhos que têm sido propostos em nível de país, de estados, de municípios, regiões, para se enfrentar a situação-chave sobre a qual se debruçaram os formuladores e executores desses dois planos nacionais de leitura. De outro lado, e da mesma forma, atualizar os dados e mostrar a situação em que se encontra o PNL em Portugal.

Na própria entrevista com José Castilho de Castro Neto, ele foi bastante claro quanto ao caso brasileiro quando afirmou: “Com a desastrosa eleição de Jair Bolsonaro, como se sabe, o cenário é de destruição da cultura e da educação e, obviamente, nada será feito para regulamentar e implantar o PNLL decenal, conforme determina a Lei 13.696/PNLE”.

Nesse sentido, aliás, no segundo semestre de 2019, a *Folha de S.Paulo* também se propõe a discutir o tema, ao lado de muitos outros, abordando a situação em que se encontra hoje o Plano Nacional do Livro e Leitura no Brasil quanto a seu aspecto de política pública. No já referido caderno “Seminários Folha”, o jornal fala da lenta agonia vivida pelo PNLL nessa quadra de nossa história; já o título da primeira página não deixa margem a dúvidas: “Governo Bolsonaro atrasa implantação da política nacional de incentivo à leitura”¹¹⁹. E completa, na linha-fina, logo depois de enfatizar que o Brasil de hoje, na sua totalidade, é um país que não lê e, desse modo, os seus dirigentes (as suas políticas) falham miseravelmente na tarefa de formação de um público leitor:

“Segundo lei sancionada em 2018¹²⁰, o governo já deveria ter desenvolvido o novo Plano Nacional do Livro e Leitura, com metas para os próximos dez anos, mas o tema está parado no Ministério da Cidadania e o departamento

¹¹⁹ SALDAÑA, Paulo. In: *Folha de S.Paulo [Seminários Folha]* – “Governo Bolsonaro atrasa plano de incentivo à leitura”. *Folha de S.Paulo [Seminários Folha]*. Economia da Arte, 3ª edição. São Paulo, 28 de setembro de 2019 - p. 4.

¹²⁰ Portanto, no governo de Michel Temer. (A Lei Castilho ainda não foi regulamentada).

responsável não tem titular nomeado. A pasta diz que ‘avalia possibilidades de elaboração’ do programa”¹²¹.

Como que antecipando o que me confidenciaria em 2020, nessa matéria de jornal publicada no ano anterior, o próprio professor mostrava seu total desalento com os rumos não só de planos de leitura como de qualquer iniciativa nos territórios da arte, da educação e da cultura que demande atenção e recursos (humanos e financeiros) do governo federal.

A lei de 2018 recebeu um nome que hoje, mais do que simbólico, soa quase que como uma provocação, se não, uma tragicomédia: trata-se da Lei Castilho, cuja nomeação visou homenagear o professor que é um dos principais formuladores e entusiastas do PNLL. De fato, no atual governo ela vem sendo tratada apenas como “uma coisa em veremos”, uma possibilidade que até agora não aconteceu e, pelo visto, não acontecerá até que se finde o mandato do presidente atual. Tanto que o próprio “homenageado” faz uma reflexão bastante amarga acerca do ocorrido: “Sem a regulamentação da lei, fica difusa a questão de cobrar de quem deve ser cobrado”¹²².

Ainda na mesma matéria, uma nota oficial do Ministério da Educação fala da publicação de um decreto visando a atualizar o formato das instâncias colegiadas que ficariam responsáveis para tocar adiante o plano; no entanto, tais colegiados ainda não haviam sido criados.

Em seguida, inclusive, outra nota foi enviada pelo MEC, diante do questionamento do jornalista quanto ao desenrolar (ou não) do plano.

O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania vêm trabalhando em estratégias permanentes de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no país.¹²³

Para nós, estudantes e professores das áreas de Educação e Linguagem, e, aliás, para todo leitor mais atento e conhecedor da política praticada hoje no país, fica fácil se deduzir a indicação de que nada será objetivamente feito no caso em foco. Os

¹²¹ *Folha de S.Paulo [Seminários Folha]* – Economia da Arte, 3ª edição. São Paulo, 28 de setembro de 2019 - p. 1.

¹²² SALDAÑA, Paulo. Op. cit.

¹²³ SALDAÑA, Paulo. In: *Folha de S.Paulo [Seminários Folha]* – “Governo Bolsonaro atrasa plano de incentivo à leitura”. *Folha de S.Paulo [Seminários Folha]*. Economia da Arte, 3ª edição. São Paulo, 28 de setembro de 2019 - p. 4.

termos e expressões empregados na nota são genéricos, nada dizem de específico, não se fala de prazos nem de metas, tampouco há qualquer previsão de recursos para a sua realização.

Todavia, independentemente da falta de vontade política demonstrada pelo atual governo neste item, há que se pensar em saídas – e isto, sim, tem sido observado, com gente de todas as áreas afeitas à educação se mostrando empenhada, seja por meio de iniciativas de governos estaduais, seja de representantes do terceiro setor em todo o território brasileiro.

Dito isso, podemos afirmar que os indicativos por enquanto apontam no sentido de que o PNLL e a Lei da PNLE seguirão congelados no atual governo em nível federal, mas que nos estados e nos municípios, e igualmente na sociedade civil engajada nessa luta, ambos seguirão. Devem prosseguir nos movimentos para a construção dos Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura que se puder implantar, ou como movimentos não oficializados em políticas públicas institucionais. Afinal, ambos são fortes e significativos por seus valores, simbolizados nos dois alicerces do PNLL (Estado e Sociedade/Cultura e Educação) e nos seus quatro eixos norteadores que projetam programas e ações efetivas para se construir uma sociedade de leitores no país.

Para concluir esta passagem, oportuno, ainda uma vez, é lembrar palavras do professor Castilho – como na observação-síntese que ele fez ao jornalista: a de que, não obstante ter de conviver com um governo que se empenha o tempo todo contra a inclusão e a diversidade, e se nega a discutir com diferentes atores sociais, é preciso manter viva a esperança, bem como a disposição para continuar trabalhando em busca de nosso ideal; assim, há que se lançar mão do que temos para superar o momento problemático que vive a nação. Em suma, não arrefecer diante dos golpes, enfrentar a situação: “Não podemos encarar esse assunto de formação de leitor fora da política, fora da democracia, fora dos objetivos de inclusão social. Não há como dissociar isso”¹²⁴.

A propósito, no mesmo texto, o jornal cita iniciativas fora do governo federal para tentar minimizar o vácuo deixado pelo abandono do PNLL. Informa que no dia 10 de setembro de 2019 havia sido lançada a Frente Parlamentar Mista do Livro, da

¹²⁴ MARQUES NETO, José Castilho apud SALDAÑA, Paulo. “Governo Bolsonaro atrasa plano de incentivo à leitura”. *Folha de S.Paulo [Seminários Folha]* – Economia da Arte, 3ª edição. São Paulo, 28 de setembro de 2019 - p. 4.

Leitura e da Escrita, objetivando acompanhar e cobrar a implementação de políticas e legislações existentes. E complementa informando que, naquele mês, tramitavam no Congresso Nacional 91 projetos de lei tratando do tema de alguma forma.

Ao sintetizar a luta pelo enfrentamento da situação, o jornalista cita uma fala da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS): “O lançamento da frente foi uma prova de combate ao autoritarismo”, para, em seguida, deixar registrada a sua própria posição: “A postura do governo Bolsonaro com relação à educação e à moralidade preocupa os atores envolvidos”¹²⁵.

Por isso, a sociedade civil, instituições e organizações do terceiro setor se movem e seguem fazendo a sua parte. Por exemplo: atualmente, observa-se no país a realização de feiras literárias e a publicação de livros com temática relacionada aos 200 anos da Independência do Brasil, data a ser comemorada em 2022.

Sem dúvida, este é um desafio que está colocado diante de todos nós. Importa a cada um buscar modos e meios para formular e encaminhar, na prática, as possíveis respostas que o momento exige.

Já em Portugal, com o PNL seguindo o seu curso conforme o projetado, no contexto presente o foco passa a ser *leitura e literacia digital*, conceito que se impõe ante a nova realidade, com o avanço das tecnologias de informação e a necessidade crescente de se recorrer aos suportes digitais para ler, para aprender. Nesse aspecto, é indiscutível que a escola contemporânea precisa integrar as novas tecnologias na sua prática e contribuir para preparar leitores que possam se beneficiar das potencialidades educativas de meios tão diversos: as páginas da web, os motores de busca, os jogos interativos, os vídeos, a participação nas redes sociais. Torna-se, pois, evidente que as novas tecnologias exigem novas formas de literacia.

Se o conceito de alfabetização traduz um ato de ensinar e de aprender a leitura, a escrita e o cálculo, um novo conceito – a literacia – traduz a capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, escrita e de cálculo.

Na atualidade, para qualquer pessoa se inteirar dos programas e atividades em andamento, basta acessar o site administrado pelo próprio plano: <https://www.pnl2027.gov.pt/np4/home>.

Dentre as atividades a serem destacadas, observa-se que vários incentivos à leitura permanecem em alta, por intermédio de blogs, concursos de leitura e escrita.

¹²⁵ SALDAÑA, Paulo. Op. cit.

Exemplos: os projetos *Um Livro por Semana* e *Ideias de Leitura e Escrita*; *Entreler*: uma revista digital de acesso livre e gratuito, de periodicidade anual, cujo objetivo é divulgar estudos e reflexões sobre a leitura, a escrita e a literacia, em todas as faixas etárias e nas suas múltiplas dimensões (educativa, literária, social, antropológica).

A Biblioteca PNL2027 disponibiliza ao público livros e documentos em suporte digital sobre temas relacionados com a leitura, a escrita e as literacias.

No site oficial é possível encontrar livrarias e espaços de leitura, além das redes sociais que interagem com a sociedade; também o Plano Nacional de Leitura e a Rede de Bibliotecas Escolares prosseguem em seu objetivo de divulgar anualmente as melhores práticas das escolas.

Em síntese, quanto ao plano português, se pode afirmar que a evolução da oferta cultural tem sido positiva, tanto no que toca aos eventos como aos equipamentos culturais. Importa destacar o crescimento do número de bibliotecas no território luso, em particular das públicas e das escolares.

Para o PNL, a leitura é a chave mestra da aprendizagem; e não só para a escola como também para a vida. Saber ler bem todo o tipo de obra, saber ler bem em qualquer circunstância é vital para que cada um se torne um cidadão informado, com uma melhor compreensão de si próprio e dos outros. E para que, em conjunto, todos possam contribuir para uma sociedade simultaneamente diferenciada e coesa, uma sociedade mais democrática.

Acerca da discussão da humanização através do PNLL, hoje, até provavelmente em decorrência de todos os entraves encontrados, devido, sobretudo, à falta de vontade política do governo federal quanto a essa questão, alguns indicadores do Brasil no quesito leitura têm se mostrado, de alguma forma, preocupantes.

A mais recente pesquisa do programa *Retratos da Leitura no Brasil*, publicada em setembro de 2020 com dados coletados em 2019, dá conta disso quando, entre outros fatores, sintetiza: “Enquanto cresce o número de leitores de 5 a 10 anos, esse percentual cai a partir dos 11 anos e entre leitores de nível superior e classe A”¹²⁶.

¹²⁶ ABE, Stephanie Kim. “Retratos da leitura no Brasil: por que estamos perdendo leitores”. Cenpec Educação – São Paulo, setembro de 2020. <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/> > Acesso: 29/4/2021.

No cômputo geral, os números negativos impactam ainda mais, quando o levantamento estatístico aponta que “entre 2015, ano da última edição, e 2019, o Brasil perdeu 4,6 milhões de leitores”.

De acordo com Marcos Pereira, vice-presidente do IPL, a diminuição no número de leitores também, certamente, reflete a falta de políticas públicas de incentivo à leitura no país.

Pelo fato de a pesquisa também trazer dados sobre a percepção e o uso das bibliotecas, apontando que apenas 17% da população brasileira as frequenta (tanto as escolares quanto as públicas), existe a necessidade de aumentar o número desses centros culturais nos municípios, possibilitando, assim, mais acesso das pessoas à leitura, para que os princípios humanizadores da leitura sejam recuperados.

Ainda que algumas instituições da sociedade, sobretudo em parceria com governos estaduais e prefeituras municipais, vêm promovendo ações para fazer chegar o livro a regiões menos desenvolvidas, e mais distantes dos grandes centros urbanos, sabe-se que, ainda não é fácil alcançar a todos. Entretanto, apesar de todos os percalços, pode-se dizer que ocorreu apenas um avanço, quando se pensa nos meios técnicos disponíveis para a leitura, pois há maior oferta de meios tecnológicos a todas as regiões brasileiras, ainda que a desigualdade digital seja realidade: dados do mais recente censo do IBGE para o setor, 50% dos professores não tinham computadores e isso, por certo, dificulta em muito a tarefa deles de ensinar e implantar projetos de leitura. Se isso ocorre aos professores, pensem nos estudantes, sobretudo, naqueles mais carentes e moradores das periferias das cidades brasileiras.

A tecnologia mostra-se como uma boa oportunidade para dar um salto de qualidade em matéria de educação, já que a internet leva as pessoas a vários lugares e as “convida” a exercer a leitura para empreender esta viagem. Logo, o aprendizado e o treinamento no manuseio de tais ferramentas contribuem também, em larga escala, com o processo de educação e formando cidadãos para seus desafios e aventuras da vida.

Aliás, em um texto postado no site *Publishnews* no final de 2020, a constatação de o país ter perdido 4,6 milhões de leitores entre 2015 e 2019, segundo a 5ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2020), pode ser, ao menos em parte, debitada na conta de fatores ligados à fissura, sobretudo dos jovens, por internet. Para tanto, basta observar a disputa do tempo por redes sociais e serviços de streaming, por exemplo.

Assim ele abre o seu texto:

Em 2015, os brasileiros superaram a média mundial dos usuários do Instagram. Foi nesse ano também que começou a escalada do Spotify, lançado em versão beta em 2014. Junto com isso, a Netflix, que aportou no Brasil em 2011, se tornou popular. Serviços que só existem no virtual se proliferaram e se tornaram parte importante do dia a dia do brasileiro médio. E isso acabou impactando no índice de leitores do país.¹²⁷

Por outro lado, em uma sociedade em que avultam e se tornam corriqueiros traços a nos caracterizar como nação exemplo da exclusão e do autoritarismo, as oportunidades culturais não são distribuídas de forma equitativa a todas as camadas sociais. E de maneira ainda mais difícil a literatura, por se tratar de arte escrita e que para alcançar significados mais plenos precisa contar com o poder de uma boa imaginação, sem ter a seu favor o recurso da imagem, da cor, dentre outros elementos comumente presentes nos programas de televisão, no cinema e na internet. Antonio Candido, por exemplo, afirma que as camadas populares não leem os clássicos porque não têm oportunidade de tê-los nas mãos¹²⁸.

Desde a implantação do PNLL, na passagem de um governo para outro, como já destacara o professor Castilho, ocorreram rupturas, discontinuidades. Por exemplo, com a tomada do poder por Michel Temer, quando houve a sanção presidencial à Lei 13.696, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). Ele, aliás, nesse aspecto, reconhece que toda passagem de governo força mudanças. Mudam-se os dirigentes dos ministérios e há, necessariamente, uma acomodação entre o que recebem dos ministros anteriores e os programas que trazem para a pasta. Até por isso, como acrescenta o professor, essa foi uma razão fundamental para que, em 2006, a sua equipe tenha proposto o PNLL como lei, como política de Estado que por força legal teria que ser sustentada.

Efetivamente, se por um lado aprovar uma lei (como a do PNLL, de 2006 e a Lei Castilho, de 2018) não significa necessariamente sua aplicação, por outro, o simples fato de aprová-la já é uma garantia institucional de peso. Pois a lei, na forma

¹²⁷ NETO, Leonardo. "Brasil perde 4,6 milhões de leitores entre 2015 e 2019, aponta Retratos da Leitura no Brasil". *Publishnews*, 11/9/2020. <https://www.publishnews.com.br/materias/2020/09/11/brasil-perde-46-milhoes-de-leitores-entre-2015-e-2019-aponta-retratos-da-leitura> > Acesso: 30/3/2021.

¹²⁸ CANDIDO, Antonio. "O direito à literatura": *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 183.

de um marco, coloca para a sociedade civil, parlamentares simpáticos à formação leitora e militantes pró-leitura um instrumento legal e legítimo para reivindicar.

A manutenção desse marco legal é um instrumento de valor na luta democrática pela formação de leitores; é um farol e uma garantia legal da necessidade do PNLL com bases democráticas e como extrato da longa experiência histórica dos brasileiros na formação leitora.

Para que o direito humano à leitura e à literatura se efetive é fundamental continuar a pressão pela regulamentação da Lei 13.696, de 2018, que, após 12 anos de luta, institucionalizou a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), mas que está aí estacionada. Enfim, a PNLE é um marco legal síntese do PNLL implantado no período compreendido entre 2006 e 2010.

Portanto, se ao mesmo tempo em que a lei, por si só, não modifica nada na política inexistente para a leitura do governo Bolsonaro, ela mantém o rumo do que as políticas públicas devem realizar no Brasil para se construir uma nação de leitores. Assim, se deve objetivar sempre a participação e o engajamento de todas as pessoas nessa luta pelo prosseguimento das ações de planos de leitura, em qualquer circunstância política e social que se esteja vivenciando. Com base no marco civilizatório da equidade e da justiça social, é preciso que cada um siga fazendo sua parte independentemente de governos e de políticas públicas.

O êxito do PNLL e a manutenção de seu texto desde 2006 sem emendas demonstram o “estado da arte” a que chegamos no Brasil quanto a conceitos e práticas de formação de leitores. Lei e plano não são resultado de gabinetes políticos ou acadêmicos; ambos resultam dessas duas instâncias, mas, antes, são resultado de uma grande e profunda escuta e diálogos do que os especialistas e os militantes da sociedade civil e do setor público, à época de sua implantação, tinham de melhor como prática e como conceitos sobre a formação de leitores.

Vale a pena lembrar que foi em função do movimento da sociedade que foi dado o primeiro passo de muitos que viriam pela frente até a aprovação pelo Congresso Nacional e sanção presidencial da lei que visa efetivar o PNLL como uma política de Estado. Importa dizer que, como estabelece a Constituição Federal em seu art. 5º. inc. II: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (CF, 1988), o que, significa que, se não houver lei, não haverá obrigação.

O texto do PNLL é, portanto, um resultado dessa síntese e não uma aplicação artificial de ideias gestadas por alguns luminares.

Estamos diante de um grande desafio: temos uma lei e a árdua tarefa de pressionar um governo que vem cada vez mais impondo sacrifícios à sociedade, promovendo cortes radicais de recursos sobre as políticas sociais já conquistadas e constitucionais para que se regule um direito humano valorosamente conquistado e se realize a tão sonhado processo humanizador.

Quanto ao PNL em Portugal, a sua implementação atua como uma prioridade e um desígnio nacional que pressupõem a leitura e a literacia enquanto instrumentos de um conjunto de propósitos mais vastos. Baseia-se em parâmetros internacionais, nas grandes metas para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, na Estratégia 2020 da União Europeia, e traduzido, se traduz, em nível nacional, nos objetivos do PNL2027.

O governo português aposta, deste modo, na ampliação do PNL no quadro de uma nova estratégia nacional que passa pela educação, pela cultura, tecnologia e ensino superior e pelas autarquias locais e que vê na literacia o instrumento indispensável de qualificação, inovação e competitividade do país para enfrentar os desafios deste século. Convocam-se novos parceiros e organismos, como as bibliotecas do ensino superior, os Centros Ciência Viva, os Centros Qualifica e outros. Enfatiza-se a escrita e o enquadramento do plano no sentido de uma maior participação, envolvimento e ativismo dos cidadãos, no quadro de uma economia do conhecimento cada vez mais aberta.

Inclui-se a sociedade com o papel facilitador do plano, pela execução de uma política assentada em projetos e parcerias mobilizadoras das comunidades locais, organizações profissionais, órgãos de comunicação social e instituições nas áreas da cultura, da ciência, tecnologia e ensino superior, da educação, da justiça, da economia, da saúde e do trabalho.

O PNL teria seu encerramento em 2017, dando expressão a este conjunto de ideias; o novo PNL projetou-se por mais 10 anos, tendo em vista não só a consolidação dos bons resultados alcançados, mas, sobretudo, o investimento nestas novas linhas de intervenção, que determinarão as atividades a desenvolver no período de 2017-2027.

Segundo o quadro estratégico do Plano Nacional de Leitura (PNL2027) enquadra-se neste contexto, constituindo a resposta a este conjunto de preocupações

e objetivos: contribuir para tornar os portugueses mais letrados, competentes e preparados para lidarem de forma crítica, coesa e eficaz com o mundo que os rodeia, neste século XXI, presente e futuro.

Com isso, lançado o PNL2027, as áreas de foco serão: (1) Alargamento dos públicos-alvo; (2) Incentivo à prática da escrita; (3) Valorização de todas as literacias; (4) Reforço da leitura por prazer; (5) Desenvolvimento da colaboração com as bibliotecas escolares, municipais e do ensino superior; (6) Aproximação à literatura, ciências, artes e tecnologias; (7) Colocação da leitura e da escrita no centro da escola; (8) Mobilização de pessoas qualificadas, experientes, criativas e inovadoras; (9) Levantamento, realização e disseminação de estudos científicos; (10) Exploração da web como espaço de partilha, difusão e comunicação. Cada uma das 10 áreas identificadas desdobra-se num conjunto de medidas, a executar ao longo do período 2017-2027.

Ao contrário do que ocorre no Brasil, há uma comissão interministerial de monitorização e acompanhamento do PNL2027. Essa comissão Interministerial é apoiada por um Conselho Científico com funções de natureza consultiva, designadamente no que diz respeito às linhas de orientação estratégica, bem como a projetos de investigação e avaliação.

As ações que envolvem o orientalismo dentro do PNL continuam a cargo da Fundação Oriente – Museu do Oriente, que promove encontros com as diversas culturas orientais, refletindo sobre os olhares, entendimentos e interações entre a cultura ocidental e oriental ao longo da história, de modo a contribuir para a aceitação da diferença. Destarte, a Fundação, juntamente com o PNL2027, pretende tomar o Museu um lugar de experiência das realidades, do lugar e de nós próprios – promovendo o diálogo intercultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNLL e o PNL sustentam, em suas linhas gerais, que é necessário, primeiramente, definir estratégias para colocar o livro nas mãos das pessoas em cada um dos países – e, isto, em qualquer formato. Com efeito, ambos os planos consideram que a leitura se apresenta como uma das atividades mais importantes para desenvolver, em qualquer ser humano (principalmente nas crianças e nos jovens) a imaginação, a sensibilidade e a memória, rompendo as fronteiras do nosso cotidiano e adentrando novos mundos, revisitando o passado e projetando futuros.

No contexto dos dois planos aqui estudados, pode-se afirmar, para concluir, que tanto o PNLL quanto o PNL trazem afirmações no sentido de que um alto nível de literacia é um indicador de competitividade e de maturidade social. O desenvolvimento social e econômico depende da capacidade para nos transformarmos num país capaz de ler mais, para trabalharmos melhor, para desfrutarmos de forma mais plena os prazeres da cultura e da civilização. Esta ambição implica em prosseguir o trabalho alicerçado pelos dois planos para conseguir que as novas gerações obtenham o potencial de leitura exigido das sociedades contemporâneas.

A partir do domínio da leitura, os sujeitos se habilitam para participar ativamente do contexto social em que estão inseridos, transformando a realidade. Ou seja, a leitura é essencial para o exercício pleno da cidadania.

Esta tese é fruto de um desdobramento de duas políticas públicas (PNLL e PNL) é importante citar que o documento-base do PNLL admite que os jovens brasileiros tenham mostrado, em testes internacionais, níveis de alfabetização abaixo das metas estabelecidas pela OCDE. Embora ciente desse problema educacional, o PNLL demonstra exagerado pudor em estabelecer, de maneira explícita, o que se compreende por “literatura” e “leitura”. Sendo assim, as políticas públicas criadas pelo governo federal aparentam não ter um critério definido no sentido de formar leitores críticos, presumindo que tão somente o ato de ler seja garantia para a realização dos princípios éticos, estéticos e políticos.

De um lado, o PNLL afirma ser o livro “o meio principal da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 2010, p. 63); de outro, entretanto, não explicita a importância que devem ser as políticas públicas de incentivo, com

programas capazes de transformar as bibliotecas e outros centros em núcleos formadores de leitores.

Também é necessário evidenciar que ao não elencar eixos prioritários e linhas de ação, o PNLL não propõe “[...] um conjunto de iniciativas e ações a serem efetivamente desenvolvidas pelo governo federal”, mas, simplesmente, uma série de diretrizes “de natureza abrangente” quando convoca outras entidades e instituições para trabalhar em conjunto para a formação de um público leitor (em princípio, algo positivo). De fato, ao não estabelecer diretrizes suficientemente claras, acaba por não estruturar um aparato estatal que execute, na prática, tais políticas. O fator mais crítico, assim, está relacionado à falta de um planejamento financeiro claro que descreva e prepare as fontes de financiamento para a execução dessas políticas: os recursos governamentais “podem ser” designados ou transferidos para o incentivo à leitura.

Quando se leva em conta as ações propostas, constata-se que o governo brasileiro concentrou seus esforços visando transformar o “não leitor” em “consumidor de livros”, sem, no entanto, definir critérios e conteúdos e temas para a leitura. Em contrapartida, nota-se que iniciativas como a formação de mediadores e o apoio a atividades de mediação entre o livro e a população conseguiriam uma eficácia maior na consolidação de “leitores habituais”, competentes para praticar leituras mais prazerosas, proveitosas e profundas, aproximando-se às do “leitor profissional”. Porém, sem um plano público sistemático, sem a sinergia entre todos os setores envolvidos, sem um processo claro de acompanhamento e gestão, essas atividades não parecem estar estáveis e capazes de financiar a progressão dos resultados alinhados com os objetivos traçados. Tais projetos ficam, assim, atrelados a uma diretriz vaga para obter incentivos oriundos do PNLL, porém sem um processo rigoroso de avaliação de seus benefícios. Sem poder efetivo de decisão sobre alocação de recursos, o poder público não tem propriedade de propor um desenvolvimento integrado no PNLL, restando uma série de ações desconexas, de boa visibilidade, por vezes “folclóricas”, mas com fracas possibilidades de serem avaliadas em termos objetivos.

Em síntese, considerando o contexto atual, é possível apontar inegáveis avanços na condução do PNLL nesse tempo abarcado por nossa análise (2006-2019), mas ainda é necessário avançar um longo caminho para a redução dos altos índices de analfabetismo e analfabetos funcionais observados no país. Com efeito, o incentivo

coordenado e sistematizado à leitura, em nível de governo, é o fator basilar que possibilitará à elevação do nível educacional do brasileiro, assim como a sensibilidade ao lidar com o mundo, a natureza, as pessoas e principalmente consigo mesmo, o que não é possível sem a contribuição da literatura humanista, conforme recomendado por Antonio Candido. Pois, por meio da literatura, o homem consegue viver a liberdade de questionar o mundo ao redor e a si mesmo, o que equivale a compreender o seu papel a transformação do seu ambiente atuando como um cidadão consciente da sociedade em que está inserido, com preparo democrático e intelectual alinhado às demandas do mundo atual.

A leitura é responsável por mudar a história de um indivíduo, sua contribuição para a sociedade se evidencia quando se percebe o senso crítico e de liberdade, exercitado nas diversas áreas do conhecimento. Segundo o escritor Mario Vargas Llosa, “um público comprometido com a leitura é crítico, rebelde, inquieto, pouco manipulável e não crê em lemas estabelecidos por outros”. No mesmo sentido, parafraseando Zoara Failla (2011, p. 9), há que se reconhecer que o Brasil ainda não alcançou níveis adequados de leitura, capazes de nos definirmos como um público deveras comprometido com o exercício de ler e interpretar o mundo.

Todavia, obviamente este é um objetivo alcançável em médio prazo, conforme nos mostram as citadas experiências de países europeus e, mesmo, latino-americanos.

A nova etapa do PNL para 2017-2027 (PNL2027) pretende apoiar e fomentar programas especialmente vocacionados para favorecer a integração social através da leitura, em diferentes suportes; a formação dos diferentes segmentos da população – crianças, jovens e adultos; a inclusão de pessoas com necessidades específicas; o desenvolvimento articulado de uma cultura científica, literária e artística; e, ainda, o acesso ao saber e à cultura com recurso às tecnologias de informação e comunicação.

No âmbito das suas atribuições, e no cumprimento do Programa do Governo, compete às áreas das autarquias locais, da cultura, da ciência, tecnologia e ensino superior e da educação, o desenvolvimento de uma política integrada de promoção da leitura e da escrita e das múltiplas literacias, nomeadamente, a cultural, a científica e a digital. Para este fim, concorrem diretamente o Programa de Promoção da Leitura, a Rede de Centros de Ciência Viva, a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, a Rede de Bibliotecas Escolares e as bibliotecas das instituições do ensino superior.

A leitura é a trave mestra da aprendizagem. Cada pessoa tem necessidade de dominar esta competência para ter êxito na escola. Mas a leitura não é só para a escola, é para a vida. Saber ler bem todo o tipo de obras, saber ler bem em qualquer circunstância é vital para que cada um se torne um cidadão informado, com uma melhor compreensão de si próprio e dos outros. Esta ambição implica prosseguir o trabalho dos Planos Nacionais de Leitura para conseguir que as novas gerações adquiram o potencial de leitura exigido às sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ABE, Stephanie Kim. “Retratos da leitura no Brasil: por que estamos perdendo leitores”. Cenpec Educação – São Paulo, setembro de 2020. <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/> > Acesso: 29/4/2021.

ALÇADA, Isabel. *O Plano Nacional de Leitura. Ler+ - Plano Nacional de Leitura: Fundamentos e Resultados*, p. 10. <https://books.google.com.br/books?id=ZwAoDQAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=isabel+al%C3%A7ada+o+plano+nacional+de+leitura&hl=pt-> > Acesso: 20/10/2019.

ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de. *A natureza entre Oriente e Ocidente: uma leitura de Grande sertão: veredas e as perspectivas filosófico-culturais*. Rios Eletrônica - Revista Científica da FASETE ano 7, n. 7, dezembro de 2013, p. 1. Acesso: 07/11/2019.

AMARAL, Suely. “História da escrita – surgimento e importância dessa linguagem”. Educação UOL – Pedagogia & Comunicação, p. 3. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/historia-da-escrita-surgimento-e-importancia-dessa-linguagem.htm> >. Acesso: 27/10/2019.

BLOGSPOT PSEUDO-HISTÓRIA COLOMBINA – O local de crítica e de compêndio de diálatas sobre Cristóvão Colombo. <http://ph-colombina.blogspot.com/2008/11/lus-vaz-de-cames-canto-x-138.html> >. Acesso: 20/3/2019.

BN - LITERATURA DE VIAGENS.

http://purl.pt/162/1/brasil/25_literatura_viagens.html >. Acesso: 20/3/2019.

BRASIL. Portaria Interministerial n. 1442. Publicação no *Diário Oficial da União* n. 154, de 11/8/2006, Seção 1, p. 18-19.

_____. Decreto n. 7.559. Publicação no *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 5/9/2011, p. 4.

CAMILLO, Everton da Silva; FILHO, Claudio Marcondes de Castro. “Evidenciando as intencionalidades do PLNN e PNL: Políticas Públicas do Livro e Leitura do Brasil e Portugal”. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 25, n. 1, p. 113-130, dez./mar., 2019/2020.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* *A Biblioteca Escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 64p. (Coleção Biblioteca Escolar - 1).

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. “O direito à literatura”. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. *Direitos Humanos e literatura*. In: ACR. Fester (org.). *Direitos humanos e...* CJP. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 9ª ed. Revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

_____. *Vários escritos*. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. “A literatura e a formação do homem”. Revista IEL Unicamp. 2012. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/viewFile/3560/3007>. Acesso: 25/6/2018.

CARTOGRAFIAS DA LEITURA. Cátedra Unesco de Leitura da PUC-Rio. iiLer – Instituto Interdisciplinar de Leitura / Cátedra de Leitura PUC-Rio. <http://cartografias.catedra.puc-rio.br/wp/>. Acesso: 19/8/2019.

CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. 22ª ed. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Anne-Marie. “Os três modelos da leitura entre os séculos XVI e XXI: como as práticas sociais transformam os métodos de ensino”. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, PR, v. 16, n. 1 (40), p. 275-295, jan./abr. 2016.

_____. Oralidade, alfabetização e letramento. *Revista Pátio Educação Infantil*. Ano VI, n. 20, 2009.

CHARTIER, A. M.; HÉBRARD, J. *Discursos sobre a leitura – 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão, 1990.

_____. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. “Novas tecnologias e a história da cultura escrita. Obra, leitura, memória e apagamento”. In: Revista Leitura: Teoria & Prática / Associação de Leitura do Brasil. Unicamp – Campinas, SP, 2017 – v. 35, n. 71.

_____. O mundo como representação. Estud. av. São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

COMISSÃO EUROPEIA. *Proposta de recomendação do conselho. Sobre as Competências Essenciais para a Aprendizagem ao Longo da Vida*. Bruxelas, 2018.

COUTO, Marcos Miguel Oliveira do. *Representações do Oriente em O Mundo Português (1934-1947)*. 2011. 131p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011.

FERNANDES, P. V. e VILARINHO, E. “A literacia na perspectiva dos planos nacionais de leitura no Brasil e em Portugal”. II Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação. (Eixo temático: Políticas Públicas Educacionais). Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO ORIENTE MUSEU. *A Fundação*. Disponível em <<http://www.museudoorientep.pt/>>. Acesso: 13/3/2018.

GAMBÔA, Maria José. *Plano Nacional de Leitura: o que fazem os alunos com os livros?* (Originalmente publicado em outubro de 2008). Actas do 7º Encontro Nacional (5.º Internacional) de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. Braga: Universidade do Minho, Portugal.

HOMO LITERATUS. “Antonio Candido: a literatura como direito do ser humano”. Estela Santos – 18/8/2015. <https://homoliteratus.com/antonio-candido-o-direito-humano-literatura/>. Acesso: 23/9/2019.

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. *Práticas de Leitura dos Estudantes dos Ensinos Básico e Secundário*. Lisboa, setembro de 2020. Acesso: 27/5/2021.

LAGE, Amarílis. “O desempenho dos alunos é melhor se a escola tem biblioteca”. *Folha de S.Paulo [Seminários Folha]* – Economia da Arte, 3ª edição. São Paulo, 28 de setembro de 2019 - p. 11.

LER+ - PLANO NACIONAL DE LEITURA. *Leituras d’Oriente e d’Ocidente – Projeto*.

PACINI, Renata. *O Plano Nacional do Livro Leitura (PNLL) e o Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (PDLL): expectativas sobre a ampliação dos espaços de leitura em sala de aula*. Monografia do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, junho de 2013. http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8075/1/2013_RenataPaciniVallsCarvalho.pdf >. Acesso: 5/4/2019.

PAIXÃO, Alexandro Henrique. Palestra sobre o PNLL. In: "Debate – evento Cultura e Política – Literatura" (mesa-redonda). Campinas-SP: Adunicamp, 2016.

_____. *Leitores de tinta e papel: elementos constitutivos para o estudo do público literário no século XIX*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Fapesp, 2017a. In: Revista Leitura: Teoria & Prática / Associação de Leitura do Brasil. Campinas, SP, 2017 – v. 35, n. 71.

PARADINHA, Maribel Malta. *A literatura de viagens e as viagens na literatura portuguesa: entre sonho e realidade*. http://ru.ffyl.unam.mx/bitstream/handle/10391/4874/10_ALM_18_2013_Malta_129-148.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso: 10/10/2019.

PLATAFORMA PRÓ-LIVRO. Entrevista: José Castilho, pai da PNLE. Brasília, 21/5/2018. <http://www.crb8.org.br/entrevista-jose-castilho-pai-da-pnle>. Acesso: 21/5/2019.

PORTUGAL. *Plano Nacional de Leitura*. Disponível em < <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/> >. Acesso: 13/3/2018.

PROLER (Programa Nacional de Incentivo à Leitura) – 1992. <http://proler.culturadigital.br/oproler/> >. Acesso: 21/12/2018.

RAMOS, Manuela Delgado Leão. "Das contribuições portuguesas para o X Congresso Internacional de Orientalistas". *António Feijó e Camilo Pessanha no Panorama do Orientalismo Português*. (2001). <https://manueladlramoslivro2001.wordpress.com/indice/4-das-contribuicoes-portuguesas-para-o-x%C2%BA-congresso-internacional-de-orientalistas/> >. Acesso: 24/3/2020.

RANGEL, Alexandra Sofia de Senna Fernandes Hagedorn. *Filhos da terra: A comunidade Macaense, ontem e hoje*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Cultura) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Defendida em 2010.

RIBEIRO, Emílio Soares. *A humanização da cachorra Baleia vs. a animalização de Fabiano: uma análise descritiva da tradução do livro "Vidas Secas" para o cinema*.

Darandina – revisteletrônica. Revista dos alunos de pós-graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG. <http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/01/artigo031.pdf>. Acesso: 13/1/2020.

RIBEIRO, Fábio de Oliveira. *Orientalismo: resenha do livro, de Edward W. Said*. (Publicada em 20/10/2013). <https://jornalggn.com.br/asia-oriental/orientalismo-resenha-do-livro-de-edward-w-said/>. Acesso: 13/9/2019.

RINGER, Fritz. *Declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2001.

RODRIGUES, Lídia Silva. *Literatura como fonte de humanização, prazer e conhecimento*. PPGEEB/Cepae/UFG. Instituto Federal de Goiás (IFG). Jataí - GO, 2016.

http://w2.ifg.edu.br/jatai/semlic/seer/index.php/anais/article/view/464/pdf_175 >. Acesso: 19/2/2020.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia and ODDONE, Nanci. *Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca*. [online]. 2006, v. 35, n. 3, p. 183-193. (Ciência da Informação). [SciELO - www.scielo.br > scielo > pid=S0100-19652006000300017 >](http://www.scielo.br/scielo/pid=S0100-19652006000300017). Acesso: 11/6/2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, jun. 2007.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALDAÑA, Paulo. In: *Folha de S.Paulo [Seminários Folha]* – Economia da Arte, 3ª edição. São Paulo, 28 de setembro de 2019 - p. 4.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. “A hora da estrela: entre o grito e o sussurro constelar”. *Anuário de Literatura* 8, 2000.

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/viewFile/5421/4844>. Acesso: 27/5/2020.

SANTOS, Júlio César dos. “Uma reflexão sobre o papel da Arte em nossas vidas”. Publicado no site *PNB Online*. Cuiabá, 9/7/2020.

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, 2019. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). <http://snbp.cultura.gov.br/pnll/> >. Acesso: 25/5/2019.

SERRA, Antônio M. de Almeida. *De Macau ao Mundo: A evolução da economia de Macau nos últimos anos da administração portuguesa e nos primeiros da administração chinesa*. Trabalho n. 74. CEsA/ISEG/UTL, 2008.

SILVA, E. T. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da Biblioteca Escolar*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999. – (Coleção Questões de Nossa Época).

SOARES, M. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 20ª ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2003.

VILAR, Maria Isabel Girão de Melo Veiga. *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*. Tese de Doutorado em Ciências da Educação, especialidade em Literacias e Educação. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade de Lisboa, janeiro de 2016.

WILLIAMS, Raymond. *Recursos da Esperança*. São Paulo: Unesp, 2014.

WITTER, G. P. A leitura e o bibliotecário: considerações sobre especialização. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, v.18, n.1, p. 24-38, mar. 1989.